

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA MENDES

FEITO BICHO QUE INVADE ROÇA:
racismo e violência na Baixada Maranhense

São Luís – MA

2019

ANA MENDES

FEITO BICHO QUE INVADE ROÇA:
racismo e violência na Baixada Maranhense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

São Luís – MA

2019

ANA MENDES

FEITO BICHO QUE INVADE ROÇA:
racismo e violência na Baixada Maranhense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
(Orientador)

Prof. Cíndia Brustolin
(1ª Avaliadora)

Prof. Ramon Luís de Santana Alcântara
(2º Avaliador)

à minha bisavó, uma mulher indígena, da qual quase nada se sabe

AGRADECIMENTOS

“Quebra cabaça, espalha semente
quebra pro lado de quem fala mal da gente.”
canto Akroá-Gamella

São tempos de fúria e por isso mesmo, mais do que nunca, é necessário cultivar o amor e o companheirismo. Pra que esse trabalho pudesse ser concluído muitas mulheres, homens, organizações, instituições e agentes não-humanos tiveram que se envolver. A elas e eles agradeço:

A começar pelos Akroá-Gamella que sabem caminhar no escuro das matas e me ensinaram, na medida em que pude aprender, os artifícios para resistir. A eles agradeço por me contarem inúmeras vezes a mesma história de dor, o que não foi fácil. E agradeço também por partilharem os momentos de alegria e conquista, que foram muitos.

Às mulheres e crianças Akroá-Gamella, agradeço de modo especial, pois com elas tive trocas que ultrapassaram o teor dessa pesquisa. Eu as admiro imensamente.

Ao meu orientador, Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, pela dedicação extrema com este trabalho desde o começo. E por cumprir com excelência o compromisso de ser professor e pesquisador.

Ao GEDDMA, por ser uma verdadeira Escola, que conta com mais de cinquenta pesquisadores vinculados. Todos eles me nutrem de esperança. Portanto, aos colegas, coordenadores e amigos do GEDDMA que são fonte de inspiração enquanto coletividade e produção de excelência acadêmica, agradeço.

Ao Regional do Maranhão do Conselho Indigenista Missionário, por estar sempre à disposição para esclarecer minhas dúvidas a respeito dos povos indígenas no Maranhão e ao CIMI Nacional por colocar seu acervo a disposição e vibrar com as conquistas.

A Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão por me ensinar sobre os mais diversos contextos de luta e resistência no Maranhão.

Aos meus mestres e mestras da vida inteira que me fizeram chegar até aqui.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa que viabilizou esta pesquisa e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

Aos professores Cindia Brustonlin e Ramon Luís de Santana Alcântara por aceitarem o convite para participar dessa banca. Obrigada desde já pelas avaliações críticas que ajudaram a melhorar este trabalho.

Aos professores e professoras da UFMA que cruzaram meu caminho e ajudaram a elaborar ou pensar um novo projeto de pesquisa. E aos colegas de mestrado que foram parceiros de alegrias.

Ao professor Manoel de Jesus Barros Martins que fez o tratamento técnico da transcrição paleográfica.

Aos que se envolveram diretamente com a confecção desse trabalho, ajudando a corrigir, revistar, traduzir, elaborar listas, mapa e capa, sou muitíssimo grata.

Aos que abriram as portas de casa no momento em que a paz esteve em apuros. Aos que ofereceram abrigo também.

Aos que, mesmo à distância, puderam se fazer presente.

À minha amiga que me deu de presente o significado da palavra lar.

À minha família e, em especial, à linhagem de mulheres da minha família.

Às sementes.

E finalmente aos Encantados, por protegerem as chegadas e saídas. E por continuarem protegendo, porque afinal, são tempos de fúria.

“A gente combinamos de não morrer”

Conceição Evaristo

RESUMO

Essa pesquisa discute as características do racismo que recai, nos dias de hoje, sobre os Akroá-Gamella, que vivem na Baixada Maranhense, no Maranhão. A partir da fotoetnografia, da análise documental e de entrevistas, este estudo toma como episódio central o dia 30 de abril de 2017, quando vinte e dois indígenas ficaram feridos, dentre os quais, dois tiveram as mãos decepadas a golpes de facão, ao empreender uma nova ação de retomada no seu território ancestral. O racismo, a mentira e a punição são vistos aqui como dispositivos de segurança que o Estado e o exército de senhores regionais lançam mão para dificultar o acesso aos direitos constitucionais dos povos originários. Esses dispositivos de segurança são muitas vezes instrumentalizados pelo Estado, o que se evidencia no racismo institucionalizado, que tem como prioridade o desenvolvimento econômico em detrimento da (sub)alteridade Akroá-Gamella.

Palavras-chave: Racismo. Mentira. Punição. Fotoetnografia. Akroá-Gamella.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This research discusses the characteristics of racism imposed today over the Akroá-Gamella Indians, living at Maranhão's "Baixada" area. Taking as method the photoethnography, document analysis and interviews, this study has as its epicenter the episodes from April 30, 2017, when 22 Indians were injured and two had their hands cut off with machetes when trying a new attempt to reclaim their ancestor territory. Racism, lies and punishment are seen here as security devices used by the State and local land owner's armies to block Indigenous people's access to their constitutional rights. These devices are often instrumentalized by the State, which becomes evident in a form of institutionalized racism that has as its main focus the economic development in detriment of Akroá-Gamella's (sub)alterity.

Keywords: Racism. Lie. Punishment. Photoethnography. Akroá-Gamella.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa de Localização dos municípios de Viana, Matinha e Penalva – Fonte: PEREIRA, R. B. Mapa de localização dos municípios de Viana, Matinha e Penalva (2019). Imagens de Satélite: IBGE (2018).	51
Imagem 2 - Mapa da região do rio Pindaré e lago de Vianna com as sesmarias disputadas aos índios de Diogo Guilherme Boyhe – Fonte: Diogo Guilherme Boyhe. Mapa da região do rio Pindaré e lago de Vianna com as sesmarias disputadas aos índios (17--). Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart526282/cart526282.jpg > Acessado em: 12/06/2019.....	53
Imagem 3 – Transladado da certidão de 1921 datado de 23 de março de 1987 (Frente) – Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella.	55
Imagem 4 – Transladado da certidão de 1921 datado de 23 de março de 1987 (Verso) – Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella.	56
Imagem 5 – Escritura de compra e venda – Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella.....	57
Imagem 6 – Twitter do governador Flávio Dino sobre “supostas terras indígenas” – Fonte: reprodução do Twitter do governador Flávio Dino	84
Imagem 7 – Twitter do governador Flávio Dino sobre “a procura pelas duas pessoas que teriam tido as mãos decepadas” – Fonte: reprodução do Twitter do governador Flávio Dino	100
Imagem 8 – Twitter do governador Flávio Dino: “Até agora não houve nenhuma vítima com mãos decepadas” – Fonte: reprodução do Twitter do governador Flávio Dino.....	100
Imagem 9 – Agravo de Instrumento, página 17 – Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella.....	129
Imagem 10 – Agravo de Instrumento, página 18 – Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella	130
Imagem 11 – Agravo de Instrumento, página 19 – Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Classe capitalista transnacional (CCT)

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

Companhia Energética do Maranhão S.A (CEMAR)

Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

Coordenadoria Geral de Licenciamento Ambiental (CGLic)

Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGESI)

Estados Unidos da América (EUA)

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Grupo Técnico (GT)

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Ministério da Justiça (MJ)

Ministério Público Federal (MPF)

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Partido Social Liberal (PSL)

Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)

Polícia Federal (PF)

Produto Interno Bruto (PIB)

Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Maranhão (PEPDDH/MA)

Programa de Integração Nacional (PIN)

Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI)

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID)

Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)

Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA)

Serviço de Proteção ao Índio (SPI)

Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI)

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Terra Indígenas (TI)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Desafios e limites.....	15
1.2	O campo e o método	20
1.3	Fotoetnografar	21
1.4	Dados, padronizações e guia de capítulos	25
2	SUPOSTOS INDÍGENAS	27
3	A TERRITORIALIZAÇÃO E O ESBULHO	51
3.1	Território.....	58
3.2	Os Akroá-Gamella.....	61
3.3	Breve descrição político-espacial	65
3.4	Novas retomadas	69
4	O ATAQUE: 30 DE ABRIL DE 2017.....	74
5	A MENTIRA.....	84
5.1	A guerra.....	91
5.2	A “benevolência” e a matança.....	94
5.3	A punição.....	99
6	O RACISMO	106
6.1	O desenvolvimento	114
6.2	A linha de transmissão da CEMAR e o dia 30.....	118
6.3	Racismo institucional.....	125
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
7.1	O futuro.....	135
	REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho surgiu de uma necessidade. Ou para utilizar os termos de Rita Segato (2006), de uma demanda. Eu havia ingressado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPG-CSoc), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na turma de 2017, com outro projeto, mas fui capturada pelo assunto do ataque que sofreram os Akroá-Gamella em 30 de abril daquele ano. O episódio, que aconteceu na Baixada Maranhense, por sua brutalidade, atraiu a atenção do mundo inteiro. Mais de duas dezenas de indígenas ficaram feridos, sendo que dois deles tiveram as mãos decepadas a golpes de facão. Além do fato de eu ter composto uma das equipes de apoio nos dias subsequentes ao ataque, quase todo o estado do Maranhão passou, pelo menos, alguns meses do primeiro semestre debatendo acaloradamente o ocorrido. Eram meus primeiros meses morando na capital do estado, São Luís, e uma vez que as pessoas sabiam que eu trabalhava com a questão indígena as conversas guinavam para o pretenso conflito que estava acontecendo em Viana, cidade a cerca de 350 quilômetros da capital.

Havia três anos que os Akroá-Gamella tinham se autodeclarado publicamente como indígenas, antes, eles eram considerados extintos pelo Estado. As retomadas de terras que eles estavam empreendendo, que àquela altura já haviam somado uma dezena, estava começando a gerar reações por parte dos pretensos proprietários de terra e grupos políticos anti-indígenas. A emergência étnica (ARRUTI, 1995) dos Akroá-Gamella estava sendo colocada em xeque pela maior parte da imprensa, por parte da sociedade envolvente e por agentes do Estado. A pergunta “Eles são mesmo índios?” ecoava por detrás da veiculação da notícia do dia 30. E os agentes do Estado reforçavam a dúvida utilizando termos como “supostos indígenas” e “pseudo indígenas” para se referir a eles. E “supostas terras indígenas” para se referir às terras que eles estavam reivindicando como suas.

O ataque do dia 30 e a discussão sobre a autenticidade da identidade Akroá-Gamella eram assuntos que andavam juntos. A maioria das pessoas parecia acreditar na hipótese de que a disputa se dava entre pequenos proprietários de terras famélicos e que, ao final, todos sairiam perdendo. Outros, consideravam que os indígenas eram oportunistas. Alguns reafirmavam o direito originário à terra e a autoidentificação, o primeiro previsto na Constituição de 1988 e o último na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Ponto alto dessa profusão de opiniões foi quando uma colega que trabalha no Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um organismo vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), recebeu uma mensagem, pelo *Whatsapp*, com o seguinte teor,

vocês estão inventando índios, vocês têm as mãos sujas de sangue. O CIMI já passou por duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), uma em 1987, ano da Constituinte, no Congresso Nacional, e a outra instaurada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, em 2015. Nessa última, parlamentares e entidades vinculadas aos grandes proprietários de terra da região tentaram acusá-lo de estar incitando retomadas de terra. Mas a CPI foi anulada em maio desse ano. As acusações, portanto, não são novas. Entretanto, indiretamente, me senti afetada, pois nessa época eu já havia começado o trabalho como colaboradora voluntária na comunicação do regional do CIMI que, no Maranhão, assessora juridicamente o povo Akroá-Gamella.

Além do CIMI e do grupo de pesquisa do qual faço parte na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), foram os Encontros da Teia¹, que me forneceram informações pra começar a pensar em um novo projeto. Na Teia conheci outros dois povos de autodeclaração pública recente que vivem no estado do Maranhão. Os Krenyê, que se autodeclaram, em 2003, 9 anos antes dos Akroá-Gamella e os Tremembé², que se autodeclaram em 2017, portanto, 3 anos depois. Desses três povos, ouvi críticas a pesquisas e pesquisadores que, sob a ótica deles, não foram bem-sucedidos em seus trabalhos finais ou nas propostas de trabalho que, por vezes, nem chegaram a realizar, pois foram rejeitadas logo de início. As pesquisas, segundo eles, não deram atenção ao momento político em que os povos estavam inseridos e caracterizavam-se, cada uma a seu modo, como um desserviço. Por isso, antes de fechar um problema de pesquisa, tratei de escutar os Akroá-Gamella muito atentamente tentando entender, a partir do que Segato (2006) chamou de antropologia por demanda, qual assunto lhes parecia urgente responder, “A antropologia, portanto, terá de se expor e se curvar à demanda e à interpelação daquilo que outrora fora seu ‘objeto’ e deixar-se interpelar” (SEGATO, 2006, p. 228).

Nas incontáveis vezes que encontrei os Akroá-Gamella depois do ataque do dia 30 eu os escutava afirmando que desde a autodeclaração pública a raiva contra eles estava aumentando. Essa afirmação repetida de diferentes maneiras por vários deles, apontava para o ódio empregado contra as mãos decepadas no dia 30 de abril e para a condescendência dos órgãos de governo. Mas, nas entrelinhas, revelava também a existência de uma raiva, conforme as palavras deles mesmos, anterior a autodeclaração pública, que estava apenas amortecida. A palavra racismo não demorou pra ser empregada por eles mesmos para descrever a violência

¹ A Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão é uma articulação que reúne comunidades tradicionais, camponesas e indígenas ameaçadas pelo avanço de projetos de desenvolvimento. Essa articulação se reúne duas vezes ao ano nos chamados Encontros.

² Os Tremembé nunca foram considerados extinto pelo Estado. Entretanto, eram considerados inexistentes no Maranhão.

física e simbólica (ESPINOSA, 2007) da qual estavam sendo vítimas. Pois, o questionamento da identidade Akroá-Gamella atravessava (e atravessa) todas as esferas do poder estatal e governamental, dificultando desde o acesso à saúde, educação e outros direitos, tal como registrar os filhos com o nome da etnia nos cartórios da região onde vivem, como também a dificuldade em salvaguardar o seu território contra a passagem de um empreendimento de energia elétrica que vem, desde fins da década de 1960, fazendo aberturas nas florestas e assoreando rios a despeito da população que ali vive.

1.1 Desafios e limites

O racismo começou a se colocar, então, como um tema a ser investigado. Quais os elementos que o compõe? Como ele se dá no presente e quais as diferenças com relação ao racismo anterior à autodeclaração pública? Me vi, então, impelida a levantar a bibliografia brasileira a respeito de racismo contra os povos indígenas. As ciências sociais, no Brasil, têm feito o debate sobre racismo, majoritariamente, para pesquisar temas relativos à população negra. Os autores que estudam casos de racismo contra povos indígenas, estão analisando, na maioria das vezes, o racismo institucional e, mesmo assim, o foco central das análises não é propriamente o racismo, mas a dificuldade de acesso à direitos ou a criminalização dos povos. Na etnologia indígena o tema da raça, muitas vezes, se associou aos “estudos de aculturação”, vigentes até a década de 1970. A aculturação seria o reflexo da mistura dos povos indígenas com a sociedade envolvente. Mais tarde a noção de mistura foi reelaborada por João Pacheco de Oliveira (1988). O autor encara a ideia de “mistura” como situações interétnicas e não como um processo de assimilação dos índios pela sociedade não-índia. E, portanto, passa a utilizar a palavra entre aspas.

O presente trabalho não tem a perspectiva de pormenorizar o processo de “mistura” dos Akroá-Gamella. Pois o recorte temporal dessa pesquisa está entre os anos de 2014 e 2019, isto é, desde a autodeclaração pública, que aconteceu no dia 2 de agosto de 2014, até os dias de hoje. Em muitas ocasiões, entretanto, será necessário fazer menção e descrever momentos históricos chave para poder compreender como o racismo recai sobre eles nos dias de hoje. Um limite, entretanto, se impôs em campo para a realização dessa pesquisa. Foi a impossibilidade de conversar com “os contra”. Os contra é uma denominação atribuída pelos Akroa-Gamella àqueles que eles reconhecem como sendo seus inimigos políticos, por se posicionarem e agirem de forma contrária à retomada de seus territórios. Eles estão documentados com este nome desde a década de 1990 (PAULA DE ANDRADE, 2008), quando o território Akroá-Gamella

começou a ser vendido a partir de um registro fundiário fraudado. Os contra eram reconhecidos, naquela época, como sendo todos que se colocavam a favor da venda. Hoje em dia são classificados em quatro grupos³ que têm em comum o fato de serem contrários às ações e reivindicações dos Akroá-Gamella e, conseqüentemente, contrários à existência simbólica do povo. Dentre os contra há políticos, instituições do Estado, empresas, pretensos proprietários de fazendas, veículos de comunicação, líderes religiosos e também alguns vizinhos dos Akroá-Gamella.

Quando comecei a pesquisa debati com os Akroá-Gamella sobre a minha vontade de entrevistar os contra. A orientação pra que eu não os procurasse era unânime e os argumentos giravam em torno do fato de eu ir frequentemente ao território e já ser, por isso, provavelmente conhecida por eles, o que poderia incorrer em riscos. De fato, o território Akroá-Gamella é todo entrecortado por rodovias, fazendas e povoados, portanto a circulação entre aldeias não se dá sem que se seja visto por pessoas de fora. Além disso, eu chegava e saía ao território de ônibus e foi numa dessas vezes que uma mulher, que já estava dentro do ônibus quando eu subi (em frente a uma aldeia retomada), aproveitou uma das paradas ao longo da viagem para me lançar gestos que não soube identificar muito bem, mas que soaram como uma advertência. Tempos depois eu mostrei a foto que fiz da mulher aos Akroá-Gamella e eles a identificaram como uma política de Viana que era contrária a eles. Essa não foi a única vez em que me senti diretamente intimidada. Em uma outra ocasião dois políticos vinculados a partidos com atuação local anti-indígenas me seguiram nas redes sociais. O que me deixou bastante intrigada e alerta.

Durante o trabalho de campo, também, algumas das minhas tentativas de ir visitar pontos dentro do território foram frustradas por causa da falta de segurança. Quando havia a necessidade de atravessar fazendas, coisa que os Akroá-Gamella sempre fazem, dada a necessidade de colher, pescar ou caçar em locais que ficam para além das fazendas, a minha presença era avaliada. A ponderação que eles faziam era que eu chamaria atenção de mais, pois evidentemente era uma pessoa de fora. Essas decisões, de ir ou não, fazia parte de uma rápida análise de conjuntura, nem sempre fácil de se fazer. Certa vez, marquei de sair com um grupo

³ Os contra são: 1. Os vizinhos: pessoas que vivem nos povoados que estão sobrepostos ao território e com os quais os Akroá-Gamella convivem como vizinhos. Esses contra, geralmente não vivem dentro das aldeias, mas podem circular por elas e por isso, muitas vezes, servem de informantes para outros contra. 2. Igrejas: líderes religiosos irmãos, isto é, frequentadores e adeptos, mais precisamente da igreja pentecostal Assembleia de Deus. 3. As empresas: expropriadores do território Akroá-Gamella, donos de fazenda, donos de comércio, empresas privadas de concessão pública, como é o caso das rádios e TVs locais e empresas privadas que prestam serviços públicos, como é o caso da CEMAR. 4. O Estado: figuram aí órgãos do governo e membros do judiciário, legislativo e executivo local, regional e nacional. Vale mencionar, sem surpresa, que os contra 2, 3 e 4, em muitos casos, são os mesmos atores.

de mulheres para conhecer um guarimazal⁴, onde elas iriam colher o guarimã para fazer cestaria. Acertamos o horário de saída para a manhã seguinte bem cedo, mas na hora marcada elas cancelaram a incursão – ou a minha presença nela – por conta dos riscos. Uma única vez atravessei uma cerca pra visitar um babaçual⁵ composto por árvores bem altas e velhas. De resto, todo o trabalho de campo foi feito dentro das aldeias, onde pude acompanhar idas a roças, pontas de mato, igarapés e campos alagados que estivessem contíguos a elas, sem a necessidade de passar por arames.

Considero que esses limites impostos pelos riscos eminentes do campo empírico estudado não prejudicaram a busca por responder as questões que me coloquei nessa pesquisa, pois pude encontrar um farto material sobre as atitudes dos contra antes e depois do dia 30 de abril de 2017, um dos eventos centrais para analisar o racismo no recorte temporal proposto. E, ademais, a proposta dessa pesquisa não é, logicamente, fazer recair responsabilidades sobre as pessoas que podem ter cometido atos racistas e outros crimes. Essa tarefa ficará a cargo do inquérito policial em curso que irá apontar os mandantes e executores das violências ocorridas naquele dia. Me encarrego, isto sim, de analisar as ideias que corroboram a violência física e simbólica sintetizadas em atos e palavras no dia 30 de abril, mas também nos dias anteriores e subsequentes a esse episódio que os Akroá-Gamella intitulam como “o ataque”, “o dia 30” ou “o massacre”. Para isso, o material disponível na imprensa, na internet, nos meios de comunicação do Estado e nas peças judiciais que pude ter acesso, me dão subsídio suficiente para a análise. O racismo, como se poderá ver, se dá de maneira pública, por meios oficiais.

Acredito que seja importante antes de finalizar esse tópico, apontar algumas outras situações que fazem parte do cotidiano Akroá-Gamella e que podem ajudar a imergir no contexto de tensão constantes no qual eles vivem a também somar-se aos motivos já explicitados anteriormente, sobre porque o racismo se apresentou como uma demanda a ser atendida pela “*caixa de ferramentas*” (SEGATO, 2012, p. 107, grifo da autora) da Antropologia.

Desde a autodeclaração pública, quando aumentaram as ameaças, os indígenas tornaram-se uma espécie de exilados dentro do seu próprio território e forasteiros fora dele. As saídas para as cidades diminuíram drasticamente e a insegurança dentro das aldeias aumentou.

⁴ O guarimã é um arbusto que tem cerca de 5 metros de altura. Um conjunto de arbustos normalmente chama-se guarimazal. Do caule dessa planta tira-se a fibra que é utilizada para a confecção de cestaria. No território Akroá-Gamella há que se caminhar longas distâncias para encontrá-la, pois grande parte dos guarimazais foram degradados.

⁵ A zona dos cocais ou mata dos cocais é um dos biomas brasileiros que se caracteriza por ter grandes extensões de floresta de palmeiras babaçu. Comumente os locais onde se preservou trechos dessa mata chama-se babaçual. Os babaçuais são locais de coleta de coco babaçu, mas também de trabalho, pois como o coco é muito pesado, muitas vezes a quebra dele se dá ali mesmo. O babaçu é um alimento muito importante para os Akroá-Gamella e pra todas as populações tradicionais que vivem na região dos cocais.

Nas retomadas, o clima de tensão é sempre maior, entretanto, no geral, as situações se repetem por todas as aldeias. A aldeia em que mais fiquei hospedada e que via de regra era o meu ponto de chegada e saída, era a aldeia Cajueiro-Piraí, composta por quatro fazendas retomadas. À noite é comum ouvir disparos ao longe, xingamentos e gritos vindos da rodovia. Carros e motos que passavam vagarosamente olhando pra dentro da aldeia sempre geram a impressão de que estão vigiando os moradores. Em uma ocasião, em que eu estava lá, uma moto ficou parada durante quase uma hora em frente ao portão da retomada e o motoqueiro havia sumido. A moto não tinha placa e todos os faróis estavam ligados, como se houvesse sido abandonada. Isso gerou um alerta enorme, pois não se sabia se o motoqueiro havia entrado para a aldeia ou se podia ser uma emboscada. Ao final o motoqueiro saiu de dentro de um matagal, as margens da estrada, todo sujo de lama e foi embora rapidamente. A explicação do que aconteceu realmente, nunca soubemos. A rodovia é, no geral, um lugar de muita vulnerabilidade. Por isso, as restrições de circulação também são aplicáveis para os Akroá-Gamella. Eles evitam circular sozinhos, à noite, às margens dela.

Em algumas ocasiões, entretanto, as idas até a cidade são inevitáveis. Ao menos uma vez ao mês, cada Akroá-Gamella vai à cidade. E os jovens vão diariamente para as escolas localizadas nas cidades de Matinha e Viana. Em uma das raras vezes em que Pe'gre, que vive na aldeia retomada Cajueiro-Piraí, precisou ir à cidade de Viana para comprar ração para galinhas e ir ao banco, ela foi empurrada por um homem dentro de um estabelecimento comercial. Este mesmo homem seguiu-a durante todo o trajeto até a porta da aldeia retomada, e, ao final, fez um gesto de disparo de arma de fogo com os dedos, apontando com o dedo indicador enquanto o dedão fazia o movimento de gatilho. Por causa desse tipo de ameaça e intimidação, os Akroá-Gamella evitam frequentar os hospitais nas cidades de Matinha e Viana. No trabalho de campo, vi pessoas doentes, com males aparentemente simples, tal como um corte de esporão de arraia, uma infecção urinária, um corte no pé ou uma gripe, sofrendo durante dias ou meses e negando-se a buscar um hospital. O receio, como já disse, é justificado. E sabendo disso, uma equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena no Maranhão (SESAI-MA), órgão do Ministério da Saúde, foi ao território Akroá-Gamella em 2017 e fez exames preventivos contra HPV e câncer de colo de útero, o chamado papanicolau, nas mulheres. O resultado desses exames nunca foi entregue às mulheres. “O segurança do posto [de saúde] do Santeiro esteve no dia do massacre. Quando a gente entra lá ele já fica olhando assim” (anotação de diário de campo, s/data, 2019), me contara Gilvana, que relata também que o atendimento fica letárgico quando eles, os Akroá-Gamella, estão no local, como se houvesse uma lentidão maior do que a usual, combinada à olhares de retaliação.

Eu estive mais de uma vez em hospitais e postos de atendimentos com os Akroá-Gamella. Uma dessas situações, foi em 1º de maio de 2017, um dia depois do ataque. As pessoas que estavam com ferimentos leves ou médios não haviam saído das retomadas e aldeias em busca de consultas médicas para os cortes nos pés, os galos de pancadas na cabeça, dores de cabeça, espinhos fincados nos pés e dores musculares porque previam que não seriam bem recebidas ou, quem sabe, até linchadas. Depois de uma negociação com a polícia civil seis deles aceitaram ir um hospital na cidade de Matinha fazer o procedimento de corpo de delito com o acompanhamento policial. A cena que se desenrolou dentro do hospital foi de racismo e de violência psicológica e moral (SEGATO, 2006). Os seis indígenas ocuparam os bancos de espera na sala principal e em poucos minutos as pessoas que estavam nos assentos ao redor levantaram-se. As duas funcionárias que assistiam à situação respondiam somente às solicitações do delegado da polícia civil e não se dirigiram aos outros não-indígenas que tentaram travar diálogo com eles. A hostilidade tanto dos pacientes presentes quanto das duas funcionárias que lá estavam me levou a crer que se a polícia não estivesse ali, os indígenas poderiam não ter sido encaminhados para serem examinados por um médico.

Nas maternidades e nos cartórios de registro civis das cidades de Matinha e Viana o tratamento também piorou. As mulheres Akroá-Gamella e seus companheiros estão enfrentando dificuldades para registrar as crianças. Foi necessária uma intervenção judicial, que aconteceu em 27 de setembro de 2017, para que o Cartório do 2º Ofício, em Viana, passasse a registrar crianças recém-nascidas autorreconhecidas como Akroá-Gamella, com o nome da etnia, sem a necessidade de qualquer documento da FUNAI. Antes, o cartório estava exigindo que os Akroá-Gamella apresentassem o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), concedido pela FUNAI. O RANI, entretanto, é um documento que deve ser pedido, conforme essa mesma resolução prevê, no §5º do art. 2º:

em caso de dúvida fundada acerca do pedido de registro, o registrador poderá exigir o RANI ou a presença de representante da FUNAI. Desse modo, não se pode inverter a lógica do sistema e aplicar a exceção como regra geral, como parece ser a conduta adotada pelo impetrado (...).

Deve ser utilizado, portanto, em casos extremos, como exceção e não como regra, que era o que vinha acontecendo. O cartório, sob ordem judicial, tem cumprido a tarefa de colocar o nome indígena nos registros. Entretanto, outro problema tem se apresentado, ainda sem solução, a maternidade da cidade de Viana tem se negado a dar o documento de nascido vivo para as crianças Akroá-Gamella com as mesmas descrições. “Eles não querem dar. Deve ser por causa do fenótipo. Cabelo...” (anotação de diário de campo, s/data março de 2019), me

explicou o pai da criança, que estava há cerca de 20 dias sem o documento que é fundamental para a feitura das primeiras vacinas da criança.

1.2 O campo e o método

“É tudo copiado”, me dissera certa vez Raimundo Krenyê, comentando uma pesquisa que havia sido feita por um não-indígena junto ao seu povo, os Krenyê. A fala de Raimundo, levanta uma questão importante para pensar o campo e o método nesse trabalho, uma discussão que é bastante abordada na antropologia, mas que sempre será passível a contribuições. Que é: problematizar como o conhecimento nativo é apresentado nas pesquisas; como os interlocutores são representados no trabalho final e como o trabalho de campo pode ser uma resposta crítica à ideia de “o nativo de algum lugar adquire uma aura de anonimato passividade [sic] frente à exuberância que o seu texto passa a alcançar ao ser inscrito numa etnografia de prestígio” (CARVALHO, 2002, p. 3).

Para pensar como o conhecimento nativo é apresentado nessa pesquisa e como os interlocutores são representados, acredito ser necessário, primeiro, assinalar o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), notando como ele afeta o assunto tratado aqui. O lugar de fala, conforme Djamila Ribeiro (2017), é o ponto de partida no qual as diferentes vozes estão se pronunciando, a partir da sua constituição enquanto seres sociais, históricos e políticos. No meu caso, sou uma mulher branca de classe média, esse é meu ponto de partida. É a partir dele, porque não poderia ser diferente, que me debruço para fazer análises sobre o racismo impetrado contra os Akroá-Gamella. Estar nesse lugar não deslegitima minha fala sobre esse ou qualquer assunto, porque todos os lugares de fala são legítimos, entretanto, é importante reconhecê-los para entender os seus limites e os privilégios sociais que eles trazem. Certamente, a mim, por conta desses limites, irão escapar elementos que a um pesquisador ou pesquisadora indígena ou a um pesquisador ou pesquisadora Akroá-Gamella não escapariam.

Tendo em mente, então, o meu lugar de fala, passei a problematizar a escuta e a escrita desse trabalho. A escuta diz respeito ao trabalho de campo, mas também a própria escolha do problema de pesquisa, como já mencionei anteriormente, e a escrita é a confecção de um resultado final ou a realização de um segundo trabalho de campo (STRATHERN, 2014). Strathern (2014) entende o processo de escrita como a realização de um segundo trabalho de campo, cujo desafio é recriar parte dos efeitos do primeiro trabalho de campo com outra linguagem. Considerando, então, a adoção da antropologia por demanda, que é, ao meu ver, uma postura metodológica que atravessa todas as etapas de execução da pesquisa, é necessário

considerar, também, na escrita as mesmas preocupações e atenções postas na escuta. Nesse sentido, optei por trazer algumas vozes Akroá-Gamella em primeira pessoa em um capítulo exclusivamente dedicado às narrativas deles sobre o que ocorreu no dia 30 de abril de 2017, no dia do massacre, tal como fizera Roberto Malighetti (2014) em um artigo intitulado “Sou um mineiro, tenho tenda mineira e vivo cuidando da religião”, absolutamente todo escrito em primeira pessoa, no qual o autor só faz apontamentos nas notas de rodapé.

Trazer esse volume de narrativas não é uma tentativa de amenizar o eco do meu lugar de fala, tão pouco uma tentativa de me afastar do que está sendo dito, mas, ao contrário, é um intento de pôr em evidência uma voz coletiva que tem sido colocada em xeque pelos contra. Como já disse, e como se poderá ver ao longo do trabalho, a identidade Akroá-Gamella tem sido questionada e negada. Entretanto, há diferentes modos de fazer isso. Um deles tem sido fazer crer que os Akroá-Gamella estão sendo vítimas de alguns poucos líderes que querem ocupar terras pretensamente alheias, “eles vão formando as pessoas, é tipo assim um grupo, como se fosse assim uma lavagem cerebral que eles vão dando”, dissera uma mulher à rádio Maracu, uma rádio local, um dia antes do ataque. Então, esse capítulo, dedicado às narrativas do dia 30, traz o relato de 12 Akroá-Gamella, do total de 22 que entrevistei, numa tentativa de mostrar como as ideias são concatenadas em grupo e não individualmente.

1.3 Fotoetnografar

Em campo, estive sempre acompanhada da câmera fotográfica. Para a fotoetnografia (ACHUTTI, 1997) a câmera fotográfica, enquanto companheira em campo não é uma ferramenta imparcial ou imune ao método etnográfico, ela é, ao contrário, parte do método. A sua presença intermediando a minha relação com os Akroá-Gamella coloca, portanto, algumas questões metodológicas que são interessantes de elencar.

Durante os quase três anos em que acompanhei os Akroá-Gamella, diversas situações se apresentaram diante de mim e a utilização ou não da câmera sempre foi um aspecto a ser levado em consideração. A não naturalização do uso do equipamento é fundamental para não esquecermos o que é primordial em campo: olhar (ACHUTTI, 1997). Observar e fotografar podem ser coisas distintas, já que a tarefa de fotografar e etnografar exige que empreendamos várias ações ao mesmo tempo. Algumas situações em campo exigiram a atenção somente do olhar, ou porque elas não podiam transcorrer diante da câmera ou porque, simplesmente, porque meus interlocutores não queriam a câmera como observador. Foi importante notar esses momentos e não colocar a observação como refém do clic. Incontáveis vezes não fotografei.

O olhar livre do aparato técnico pode ser um ponto de apoio para uma pessoa que está sendo entrevistada e, às vezes, baixar a câmera é o começo de uma conversa. Porque nem todas as pessoas gostam de estar diante das câmeras e nem todas as conversas são passíveis ao registro visual. Eu sempre negocie explicitamente o uso da câmera, mas tentei também ficar atenta aos sinais implícitos em gestos e meias palavras. Pois, nem tudo em campo é dito de um modo que possamos entender na primeira vez. Portanto, na dúvida, o melhor sempre foi desligar o equipamento. Certamente, o tempo trabalha a nosso favor e depois de alguns meses foi possível fotografar a relação construída com os Akroá-Gamella. Para Soulages “fotografar é fotografar uma relação” (2005, p. 19), pois na imagem fica impressa a familiaridade que as pessoas têm, não com o equipamento, mas com quem está por detrás dele.

Depois de algum tempo de convívio, passei a fazer um outro tipo de fotografia em campo, as fotos sob encomenda. Os interlocutores passaram a pedir imagens específicas – dos quintais, das plantações, de bichos que criam, de familiares, de festas, de lugares. Esses pedidos refletem a confiança depositada em mim, mas também conta sobre o valor das coisas. As imagens aparentemente singelas, das casas, das crianças brincando, do cotidiano nas aldeias, dos rituais e dos afazeres rotineiros, como pescar, cozinhar e tomar banho de rio são o contraponto daquelas imagens (negativas) expostas na mídia à época do ataque. Os Akroá-Gamella também conhecem o poder da imagem e, por isso, já reúnem um bom acervo próprio com fotos e vídeos feitos por mim, por outros pesquisadores, por jornalistas, por diversos não-indígenas que passam por lá e por eles mesmos. Quando o assunto são as fotos antigas, eles sempre me pedem para ajudá-los a reunir os vídeos e fotos que foram feitos por pessoas que não devolveram o material capturado. Eu nunca tive sucesso nessa tarefa, embora tenha contatado alguns autores.

Todas as vezes que fotografei reuniões com o poder público e judiciário, manifestações, ocupações de órgão públicos, rituais e festas foi com duplo intuito, fotoetnografar e deixar o registro de tal situação no acervo deles. Mas foi só em 24 de abril desse ano que tive consciência do duplo papel que estava desempenhando. Nessa data, eu comuniquei a Pe’gre que eu não poderia ir ao território para fotografar o ritual de São Bilibeu⁶, ao que ela prontamente me perguntou “e quem vai fazer o que você faz?”, como quem deixava explícita a lacuna que eu, enquanto fotógrafa, deixaria. Eu lhe respondi que uma amiga, também fotógrafa, iria estar lá. Pe’gre, ao que pareceu, se conformou, e eu entendi o lugar que passei a ocupar.

⁶ O ritual de São Bilibeu é uma festa anual Akroá-Gamella. Essa festa, é certamente, um dos grandes ícones da resistência cultural do povo, pois ela persistiu mesmo no silenciamento e censura identitária. Bilibeu é um santo que concede muitas bênçãos, mas uma em especial chama atenção, ele realiza o desejo das mulheres engravidar. E os filhos, uma vez nascidos, são considerados filhos do santo.

Uma das características fundamentais da fotoetnografia, no que se refere a apresentação das imagens no trabalho final, é a disposição do texto visual como uma narrativa a parte. As fotos ficam reunidas em um capítulo/seção e não ao longo do texto, como poderia ser; e além disso, as fotografias não trazem legendas explicativas, pois a ideia é que elas se expliquem ancoradas umas nas outras e, claro, em interconexão com o texto escrito nos capítulos anteriores ou subsequentes. A intenção é criar para o leitor a possibilidade de ler o texto imagético em um “hiato de silêncio” (ACHUTTI, 1997, p. XXXIII), para que:

[...] se aguce a percepção destes rostos, olhares, formas, texturas, planos, cores e volumes, que formam também o mundo, pois são manifestações visíveis da cultura. Um pouco de abordagem visual que venha a enriquecer o verbo e que venha enriquecer também nossos diálogos, nossa maneira de formular conceitos, de perceber e narrar as experiências que não estejam disponíveis às palavras (ACHUTTI, 1997, p. XXXIII).

No contexto particular da minha pesquisa, o artifício da imagem e tal organização contempla também aquelas pessoas que “não sabem ler a letra, mas sabem ler o vento”, me disse Kum’tum (Diário de campo, 14 de fevereiro de 2019), pensando no retorno da minha dissertação para os Akroá-Gamella não letrados⁷. Esse fato por si só, atribui grande importância à utilização de imagens na presente pesquisa, mas a afirmação de Kum’tum leva também a pensar no potencial da imagem em comunicar o que é do domínio do sensível (CAIUBY NOVAES, 1998) ou o que ele chamou de vento. Essa atmosfera para qual uma fotografia ou uma sequência de fotografias pode levar o leitor é totalmente distinta do texto escrito. Pois, “através das fotografias é possível adentrar no universo pesquisado e acessar as mensagens não verbalizadas, tais como o olhar, o gesto, os sentimentos, as expressões corporais e faciais e as relações entre pessoas”, afirma Mendes (2010, p. 30).

Portanto, o segundo capítulo, intitulado Supostos indígenas, não deve ser visto como um anexo ilustrativo ao texto escrito. Ele é, ao contrário, um capítulo escrito em imagens que está empenhado em discutir os mesmos temas, a partir dos mesmos conceitos que o restante do trabalho, agregando suas próprias formulações. Para Achutti (1997) não existe uma hierarquia entre os dois textos, isto é, o texto visual poderia ser lido primeiro e o escrito depois ou vice-

⁷ Conforme dados do IBGE de 2017, divulgados em 2018, quase 17% da população do Maranhão é analfabeta, o que equivale a mais de 851 mil, o que significa que o estado está só atrás de Alagoas nesse ranking. Referência: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017, 2017

versa. Neste trabalho, eu optei por colocar o texto visual antes do texto escrito, entretanto a leitura ao revés não prejudicaria a compreensão, pois os dois textos se complementam, “a escrita indica e define o que a imagem é incapaz de mostrar. A fotografia mostra o que a escrita não pode enunciar claramente” (SAMMAIN, 2004, p. 61).

Nesse sentido, a disposição das fotografias no presente trabalho foi pensada para conduzir o leitor não somente pela sequência de fatos e situações que envolvem o povo Akroá-Gamella, mas também pelas análises que estou fazendo. As imagens remetem aos conceitos empregados ou, dito de outro modo, as imagens estão repletas de conceito. O texto visual pensado para tal fim não se confunde com outras finalidades que a imagem poderia ter, tal como jornalística, artística ou educativa. Nesses casos, outros arranjos seriam feitos na edição final e, além disso, e não menos importante, outras maneiras de confeccionar as imagens no momento do clic seriam adotadas. Conforme Milton Guran:

É verdade que a foto instantânea, como um flagrante jornalístico, é um elemento essencial do discurso fotográfico. Mas no que concerne à pesquisa, é mais importante a documentação das ações e atitudes que se repetem – o que exige sempre a escolha do momento mais rico em significações – do que tirar fotos como um paparazzo, com o risco de perturbar uma determinada situação e até mesmo comprometer toda a pesquisa (2000, p. 161).

No que se refere a organização das imagens uma outra influência teórica importante deve ser mencionada. São as pranchas fotográficas publicadas em 1942, no livro *Balinease Character* (BATESON; MEAD, 1942), nunca traduzido para o português, raríssimo de ser encontrado, mas que é um clássico nos estudos de antropologia visual, pois é um divisor de águas no uso da imagem nas ciências sociais. Fruto da pesquisa de Margaret Mead e Gregory Bateson durante dois anos em Bali, na Indonésia, as pranchas são organizadas com sequências de imagens que se assemelham, às vezes, a um storyboard⁸. Duas, quatro, seis, doze imagens ou mais dispostas uma depois da outra mostram diferentes aspectos da vida em Bali. As sequências dão a impressão de movimento, colocando os leitores mais perto dos gestos dos balineses. Inspirada nesse formato, montei duas sequências, uma delas pode ser vista logo na primeira página do segundo capítulo, o intuito é dar ao leitor a ideia de repetição e de tempo transcorrido. No caso da primeira prancha, um mapa está sendo desenhado no chão. O mapa é uma memória antiga do povo Akroá-Gamella e o desenho dele é um gesto que se repete incontáveis vezes para incontáveis gerações. No caso da segunda prancha, da criança com a

⁸ Uma sequência de imagens desenhadas à mão (ou fotografadas), que se assemelha a uma história em quadrinhos, que sugere quais os planos cinematográficos devem ser feitos nas cenas de um filme.

camisa escrita “polícia”, há a sugestão de um diálogo e uma posterior tomada de decisão por parte do policial. O gesto do policial dialoga ainda com o gesto da enfermeira, ambos representantes do Estado, ambos gerindo o corpo de Aldeli, portanto, repetindo uma atitude que se deixa ver na pujança das imagens colocadas lado a lado.

Para finalizar, gostaria de pontuar que não me furtei em inserir (algumas poucas) imagens no decorrer do texto quando interpretei que elas seriam necessárias para completar uma informação. Além disso, aponto que nem todas as imagens que apresento no primeiro capítulo são de minha autoria. As fotos aéreas foram cedidas pela jornalista Sabrina Felipe; as fotos da página 33 são do acervo de imagens dos próprios indígenas e algumas outras imagens são da internet ou escaneamento de documentos judiciais.

1.4 Dados, padronizações e guia de capítulos

O trabalho de campo teve início oficialmente no dia 8 de março de 2018, após três reuniões nas quais pedi autorização para a realização da pesquisa aos Akroá-Gamella. Entretanto a minha primeira ida ao território foi em dezembro de 2016 e a segunda foi no dia seguinte ao ataque de 2017. Até o dia em que comecei o trabalho de campo encontrei os Akroá-Gamella outras várias vezes em idas aos hospitais para visitar os feridos, idas à delegacia, na audiência pública que aconteceu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Maranhão, logo após o ataque, nos Encontrões da Teia e mesmo no território, onde fui para acompanhar reuniões com órgãos de Estado e entidades apoiadoras e também para acompanhar rituais, tal como o ritual de São Bilibeu. Considero todo o material gerado antes da data oficial de trabalho de campo como informações úteis. Porque além de fazerem parte da minha entrada em campo, um momento bastante importante e girarem em torno dos acontecimentos do dia 30 de abril, um episódio chave para a presente pesquisa, todos esses momentos estão registrados em anotações de cadernos, gravações em áudio, vídeos e fotografias.

Após o início do trabalho de campo, logicamente, o registro passou a ser sistemático. Os lugares aos quais fui com os Akroá-Gamella, fora do território, foram basicamente os mesmos que já citei com o acréscimo de uma audiência judicial. No mais, o trabalho de campo foi feito, como já disse, nas seis aldeias que existem hoje. Como fonte de informação, além das entrevistas e reuniões, utilizei reportagens de rádio e jornal, documentos judiciais, documentos cartoriais, mapas, notas oficiais do Estado e declarações e postagens nos diversos canais de comunicação do Estado, tais como redes sociais. As entrevistas foram feitas com roteiros pré-estabelecidos sobre temas diversos. Algumas entrevistas fiz em companhia da jornalista Sabrina

Felipe, que estava, junto comigo, fazendo uma reportagem⁹ sobre os Akroá-Gamella. Para localizar o leitor, ao longo do texto, eu indico de onde cada uma das informações mencionadas foram oriundas e a data.

Para a redação final desse trabalho escolhi ocultar a identidade dos contra. Para me referir a eles, utilizarei letras iniciais. Pessoas públicas em situações, nas quais estão se posicionando publicamente serão mencionadas, na maioria dos casos, pelos seus nomes. Já os Akroá-Gamella serão mencionados, na maioria das vezes pelos seus nomes reais. Somente irei utilizar nomes fictícios em algumas situações nas quais entenda que a narrativa incorre em riscos para a pessoa envolvida. Essas poucas utilizações de nomes ficcionais serão feitas sem aviso, para que a preservação da identidade seja eficiente.

O trabalho foi estruturado em 5 capítulos. O primeiro é o capítulo dedicado às imagens. O segundo é uma introdução sobre o histórico dos Akroá-Gamella no que diz respeito a luta pela terra e ao processo de territorialização (OLIVEIRA, 1988); nele estabeleço as diferenças entre Terra de Índio, Terra Indígena, aldeia e território; apresento os elementos da organização dos Akroá-Gamella hoje em dia e narro como se deram as retomadas de terra, inclusive aquela que foi feita em 30 de abril de 2017. O terceiro capítulo é composto pelas narrativas de 12 Akroá-Gamella falando sobre o ataque e os eventos que o antecederam. O quarto capítulo trata dos desdobramentos do ataque no âmbito político e aponta quais dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008) o Estado utiliza para restringir ou dificultar o acesso aos direitos constitucionais dos indígenas. E, finalmente, o quinto capítulo traz informações e reflexões sobre as características do racismo impetrado contra os Akroá-Gamella nos dias de hoje e sobre o predomínio do racismo institucional nas diversas instâncias de poder.

⁹ Essa reportagem foi realizada para o Pulitzer Center – Washington DC. E publicada consecutivamente no site Intercept Brasil. A primeira reportagem está disponível em: < <https://theintercept.com/2019/05/27/gamella-maos-decepidas/> >

2 SUPOSTOS INDÍGENAS



Francisco de Assis Benvenção, escrivão do 2º Ofício e mais anexos do termo sede da Comarca de Viana, do Estado do Maranhão, etc.

Certifico a requerimento verbal de parte interessada que dos autos registra das terras das Índias do Município de Viana, para registro do inovel de conformidade da legislação civil, consta: nome e domicílio dos adquirentes, assim: Antonio da Silva, por si e representantes os descendentes dos índios Miguel Domingues da Costa, Manoel Benedito Silveira dos Santos que recolheram os nomeados calça em virtude de haver sustentado e defendido a posse natural de suas antepassados nas aludidas terras concedidas por Carta Régia de data de 3 de setembro de 1820, Título e sua forma, Carta Régia de data de 3 de setembro de 1820, emarcada localmente e averbada pelos autos judiciais, nome e domicílio do transmitente, sua alçada e princípio regente representado pelo Capitão General do Piauí, em conformidade com a sentença de 08 de janeiro de 1821, e posse sob o nome de 14 de dezembro de 1820, Título e sua forma, Carta Régia de data de 3 de setembro de 1820, devidamente inscrita de acordo com a sentença de demarcação que transitou em julgado, valor do contrato, para os efeitos legais da- e o valor de um conto de reis-Contiões, a Conservação dos agradores com terras próprias para os lavradores, necessarias a que sero comuns-Segunda, Dividir por meio de demarcação com uma legua de terras misticas que pertence ao patrimônio da Comarca de Viana, Use e gozo da concessão, sem foros nem tributos, de acordo com a confirmação da data, perpetuando-se para os descendentes. Situação do Inovel-Município de Viana, do Estado do Maranhão, Características e limites: A figura geométrica do inovel forma um paralelogramo de ângulos agudos. Limite-se com as terras do patrimônio do Município de Viana, com as terras da Sesmaria Fazenda Roma, com as terras das sesmarias da denominação de terras das Cortias, com as terras da sesmaria da Fazenda São Raimundo, com as terras da Sesmaria Joana Maria, com as terras denominadas Santa Helena, com as terras da sesmaria das águas Boas e com as terras do barreiro, o primeiro marco está localizado no lugar Matinha e daí corre a travessia para o marco de Piracua, numa extensão de duas mil e quinhentos e vinte e cinco braças, correntes ou seja cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco metros lineares. Este marco é de pedra do Itaquí, com uma face lavrada que demora 57 graus e 30 minutos sulcentes. S. 57 1/2 G. R. W. tendo ao lado duas testemunhas de pedra toca, uma demonstrando o norte e outro demonstrando o sul. A direção magnética desta primeira faixa do paralelogramo é 33 graus e 30 minutos noroeste N. 33 1/2 grau W. O segundo marco está localizado na paragem Piracua dos índios e assinalado por outra pedra branca de Itaquí, com 2 palmas desenterradas e demora sua face lavrada o rumo 57 graus 30 minutos noroeste N. 57 1/2 grau W. Tem também duas testemunhas de pedra toca, uma demonstrando a direção magnética S. 33 graus 30 N. S. e a outra S. 57 graus 30 minutos W. Arredados dois palmos e meio deste marco nota-se outro marco de pedra de cantaria do reino da demarcação das terras do cap. João de Carvalho Santos, o qual tem as 4 faces lavradas e junto ao mesmo também duas testemunhas de pedra toca. 3º marco Acha-se localizado na paragem São Raimundo e Maracassume e de pedra branca do Itaquí, tem duas faces lavradas e duas mais extrínsecas em uma das faces menora a uma casa feita a ferro e tem junção ao ponto que terminou o atero. Demora as faces maiores os rumos 77 graus nordeste N. 67 grau L. e 14 graus sueste S. 14 grau L. Tem também duas testemunhas de pedra branca aos lados do travessão que ocorre do segundo marco atravessa os igarapés Irequê e Maracassume que desaba no lago de nome e o Pirai que desagua no lago do Aquiri. Corre na direção magnética de 80 graus nordeste. N. 80 graus leste, através das estradas de Maracassume a Penápolis, gido enalva, do Aquiri a fazenda Santa Barbara do Aquiri, e Roma; encontra-se com a pedra de Catarina do Reino da demarcação do Reino. Este percurso do marco de São Raimundo, e 8,485 braças correntes ou sejam 18,667 metros lineares. O quarto marco localizado nas Cortias e de pedra de cantaria do reino, com duas faces lavradas e duas faces tocas, tem um primeiro e meio fora das terras, sendo que a face lavrada menor demora o rumo 56 graus e 30 sudoestes. S. 56 graus 1/2 W. e a face maior lavrada demora o rumo em 33 graus e 30 sudoestes. S. 33 1/2 graus. Limitando este rumo a seguir da segunda faixa do marco

da matinha e face toca menor na direção de 60 graus nordeste N. 60 grau L. e a outra face toca maior demora o rumo 33 graus 30 nordeste N. 33 1/2 grau W. tem também este marco duas testemunhas de pedra preta toca: esse travessão atravessa o igarapé que desagua em Maracassume deixa a margem a ponta do mundo na direção do leste encontra o marco da sesmaria de Manoel Alves da Silva, margem o lago de Maracassume e atravessa, sobre na enseada do Irequê. Limita-se com as terras da sesmaria de dona Margarida Joana de Castro, do crião São Raimundo e de Abreu Soares e Antonio Duarte Soares, através da Enseada Maria Nulata, corta o o igarapé de Pirai e a estrada de Araxá para o centro. A extensão deste travessão é 8,485 braças correntes ou sejam 18,667 metros lineares, deste marco ao situado São Raimundo na extensão de 2,525 braças, ou seja 5,556 metros lineares, fecha-se o quadro da figura geométrica que fica ao lado do lago de Maracassume, su. 48,444 metros lineares. verificou-se na avistação de declinação de 3 graus e 30 minutos, na paragem do marco do estilo da matinha residia a Índia Guadiana Viana, 06 de setembro de 1921. Esta conforme, lavrada hoje, eu, Francisco de Assis Benvenção, escrivão, datado aqui e subscrito.

Viana, 23 de março de 1987

Francisco de Assis Benvenção.

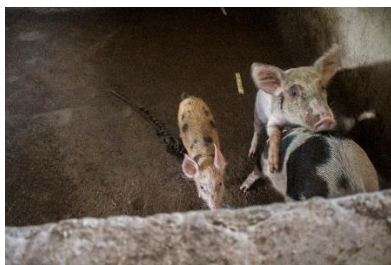
















© Sabrina Felipe









globoplay

Agora na Globo

Novelas

Séries

Cinema

Mais



▶ 26:45 / 27:22

Profissão Repórter >

globoplay

Agora na Globo

Novelas

Séries

Cinema

Mais



Profissão Repórter >

globoplay

Agora na Globo

Novelas

Séries

Cinema

Mais



Profissão Repórter >

Support The Guardian
Available for everyone, funded by readers
[Contribute](#) [Subscribe](#)

Search jobs Sign in Search International edition

The Guardian

News Opinion Sport Culture Lifestyle More

World Europe US Americas Asia Australia Middle East Africa Inequality Cities Global development

Brazil

This article is more than 2 years old

Brazilian farmers attack indigenous tribe with machetes in brutal land dispute

- Thirteen members of the Gamela community hospitalised after vicious attack
- No deaths reported but one man had hands cut off and legs covered at the knee

Advertisement
Ad closed by Google
[Stop seeing this ad](#)
Why this ad? @

LE MONDE **diplomatie** BRASIL

Home Políticos Outros TV Diplomatique Product Produits Account center

"PARECE QUE ESTAMOS NO SÉCULO XVIII"

Novo massacre indígena no Maranhão

REPORTAGE
por Renato Santana
agosto 7, 2017

Business Markets World Politics TV More

The world's most popular sport is quickly becoming the world's most
[WATCH VIDEO >](#)

The New York Times

The Genocide of Brazil's Indians

By Vanessa Barbara

May 29, 2017

Leer en español



WORLD NEWS MAY 7, 2017 / 4:16 PM / 2 YEARS AGO

Brazil indigenous attacked, hands severed in land dispute: advocates

2 MIN READ



Jose Ribamar from Brazil's indigenous Gamela tribe is pictured at a hospital after he was injured in a dispute over land in northern Brazil, in São Luís, Maranhão state, Brazil, May 2, 2017. REUTERS/Luana Parracho

Profissão Repórter >

Em Viana, no Maranhão, um ataque deixou 22 índios Gamela feridos

27 min Exibição em 24 Mai 2017

No ano passado, 61 pessoas foram assassinadas no Brasil em disputas por terra, o maior número dos últimos 14 anos.

THE AMERICAS • Published May 2, 2017 • Last Update May 23, 2017

Hands, feet of tribe members chopped off in bloody dispute over land in Brazil

By | Fox News

Índios são atacados em conflito de terra no Maranhão

Entidade diz que pistoleiros ligados a fazendeiros são responsáveis por violência; Justiça envia equipe da PF

André Borges e Leonencio Nossa, O Estado de S.Paulo
01 de maio de 2017 | 15h31
Atualizado 01 de maio de 2017 | 21h14

[SIGA O ESTADÃO](#)



Aldeia indígena é atacada após emboscada de fazendeiros no interior do MA

Dois dos cinco índios que foram baleados tiveram as mãos decepadas, segundo o Cimi

O Globo
01/05/2017 - 14:33 / Atualizado em 02/05/2017 - 08:53

la diaria INGRESA [SUSCRIBITE](#)

Indígenas de la etnia gamela fueron atacados el domingo

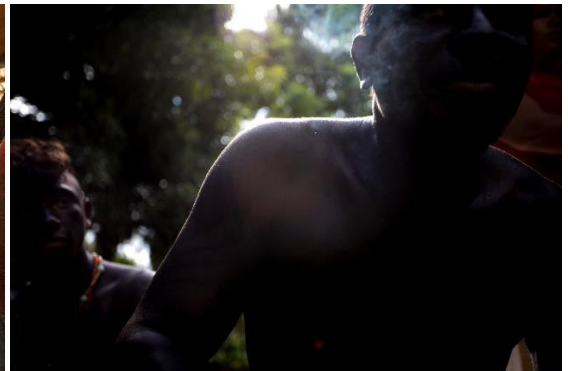
3 de mayo de 2017 | Internacional















© Sabrina Felipe





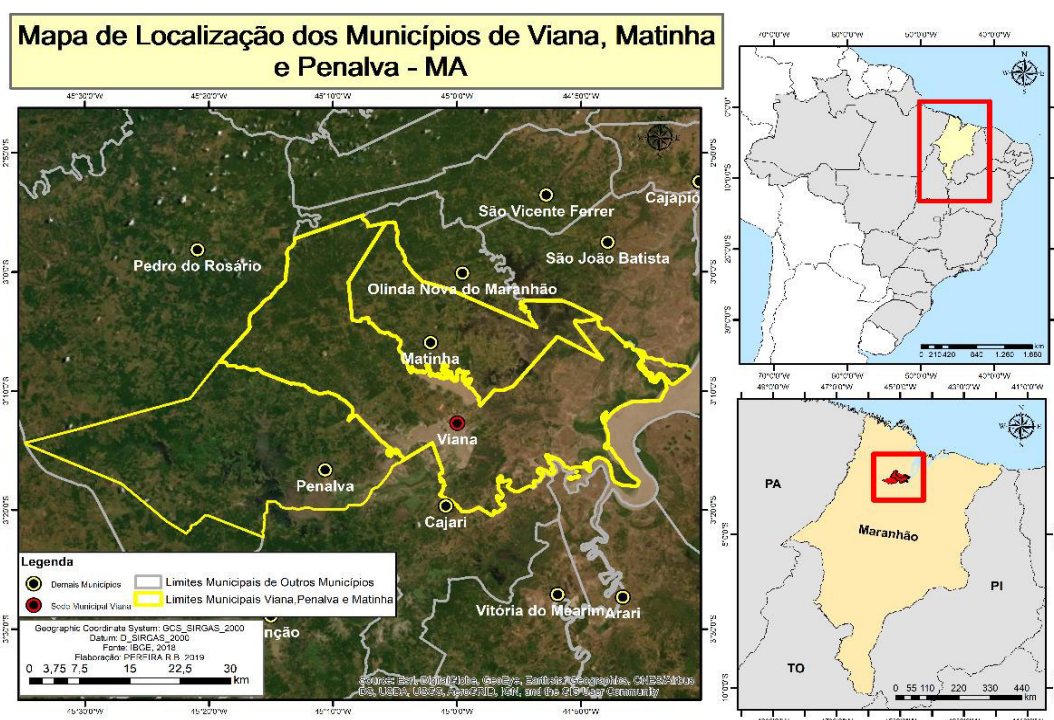




3 A TERRITORIALIZAÇÃO E O ESBULHO

Desenvolvi esta pesquisa no território Akroá-Gamella, no estado do Maranhão, no Nordeste brasileiro. Localizado na região denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Baixada Maranhense¹⁰ o território é sobreposto por frações de três municípios que compõem essa microrregião geográfica. São eles, Viana, Matinha e Penalva. Esses municípios, assim como toda a Baixada, localizam-se na área de transição entre a Amazônia e o semiárido e são marcados pela característica alagadiça durante todo o ano, mas principalmente nos meses de chuva, o inverno¹¹, que vai de janeiro a julho. Nessa época, os lagos e rios transbordam alagando imensas áreas de planície, formando os chamados campos inundados que predominam durante, pelo menos, seis meses. No período de estiagem, o verão, as águas voltam aos seus cursos normais, remodelando a paisagem e a rotina das populações.

Imagem 1 – Mapa de Localização dos municípios de Viana, Matinha e Penalva



¹⁰ Com extensão de aproximadamente 20 mil km², a Baixada Maranhense é uma das 21 microrregiões geográficas do estado. Localizada entre o Golfão Maranhense; o curso inferior dos Rios Mearim, Pindaré e Grajaú e o curso médio do Rio Turiagu e Bacia do Pericumã, a Baixada é também uma das oito zonas úmidas do Brasil protegidas pela Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional ou Convenção de Ramsar, da qual o Brasil é signatário.

¹¹ No Maranhão e em toda a Amazônia, o inverno é caracterizado pelo período de chuvas que dura mais ou menos seis meses. O verão por sua vez, é o período de estiagem e tem a mesma duração. Os moradores das regiões amazônicas identificam basicamente essas duas estações e elas não tem equivalência com as estações do ano no Sudeste e Sul do país, ao contrário, quando no sul está começando o inverno, no norte ele está terminando.

Fonte: PEREIRA, R. B. Mapa de localização dos municípios de Viana, Matinha e Penalva (2019). Imagens de Satélite: IBGE (2018).

A região estudada é entrecortada por um complexo lacustre, formado por diversos igarapés e pelos lagos de Viana, Cajari, Aquiri, rio Mearim, rio Pindaré, rio Cajueiro e rio Piraí. “Aqui é o Campo do Prequeú e esse aqui é o Aquiri”, me descreveu Borges (Borges, Depoimento informal, 20 de dezembro de 2016), apontando os pontos no mapa que ele mesmo desenhou no chão com uma vara de madeira quando estive no território Akroá-Gamella pela primeira vez. Borges, à época com 60 anos, tracejou para mim lentamente os limites da Terra dos Índios, indicando as cidades e povoados com os quais a terra faz fronteira nos quatro vértices. Dentro do mapa ele apontou também estradas, rodovias, fazendas e linhas de transmissão de energia e outros vários povoados. “Aqui é mais estreito e aqui é mais largo”, dizia ele com preciosismo, mostrando as duas extremidades do retângulo que configuram a terra.

O tracejado feito de memória por Borges faz referência à Carta Régia de Data e Sesmaria datada de 1759, segunda metade do século XVIII, na qual a Coroa Portuguesa territorializa (OLIVEIRA, 1988) os indígenas nativos daquela região, (de)limitando uma sesmaria na qual eles deveriam viver. A esse trecho de terra chamou-se de Terra dos Índios e calcula-se que tenha área aproximada de 10 mil hectares, pois este era o tamanho do módulo das sesmarias concedidas à época (PAULA ANDRADE, 2008). A Terra dos Índios foi doada pela Coroa aos indígenas, entretanto, neste trabalho utilizarei a denominação (de)limitação e territorialização (OLIVEIRA, 1988) para falar sobre tal evento, pois a medida tinha o intuito de conter a dispersão dos indígenas que viviam em uma região bem maior entre os rios Mearim e Grajaú (NIMUENDAJU, 1937), por conta do interesse do governador da Capitania do Maranhão, à época Mendonça Furtado, em expandir os plantios de algodão e cana de açúcar, que considerava prejudicados pela presença indígena vista como desordenada.

Assim como os Akroá-Gamella, diversos povos indígenas foram territorializados (OLIVEIRA, 1988) no período colonial, a partir de atos formais do Estado que (de)limitou o território onde eles deveriam reproduzir-se sócio e culturalmente. Na prática, o território, por onde os indígenas circulavam, era diminuído, dando lugar aos aldeamentos e reservas indígenas que nunca correspondiam à totalidade geográfica que antes eles percorriam e utilizavam. Para a Colônia, as territorializações (OLIVEIRA, 1988) serviam para, pelo menos, duas finalidades: controlar as populações etnicamente diferenciadas, dando prioridade aos programas de Estado, e fundamentalmente estabelecer novas relações da sociedade com o território. Pois a situação colonial no Brasil inaugura a “passagem de uma sociedade segmentar à condição de sociedade

centralizada” (OLIVEIRA, 1988, p. 54). E a formação Estatal que se instaura, a partir desse momento, vê na organização hierárquica das terras que toma para si um “fator regulador” (OLIVEIRA, 1988, p. 54) do poder, agora centralizado. Portanto, dividir as fronteiras e as regiões funcionava como um mecanismo de dominação que evidenciava a boa administração.

A criação da Terra dos Índios, em meados do século XVIII, traz esse histórico evidente, pois ela é fruto da tentativa de conter os Akroá-Gamella, como já mencionei, para a efetivação dos projetos agrícolas da época. Entretanto, o que não se poderia prever, era que aquela territorialização (OLIVEIRA, 1988) também iria salvaguardar um quinhão de terras aos indígenas, pois em 1822, portanto, 63 anos depois da (de)limitação dela, o sistema de sesmarias havia ruído por conta da distribuição indevida de terras e a Terra dos Índios, já naquela época, passou, então, a sofrer com a sobreposição de outras sesmarias, tal como aponta um mapa, disponível no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional intitulado **Mapa da região do rio Pindaré e lago de Vianna com as sesmarias disputadas aos índios** de autoria de Diogo Guilherme Boyhe, datado de meados do século XVIII.

Imagem 2 - Mapa da região do rio Pindaré e lago de Vianna com as sesmarias disputadas aos índios de Diogo Guilherme Boyhe.



Fonte: Diogo Guilherme Boyhe. Mapa da região do rio Pindaré e lago de Vianna com as sesmarias disputadas aos índios (17--). Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart526282/cart526282.jpg > Acessado em: 12/06/2019.

O mapa descreve a justaposição de outras propriedades sobre a Terra dos Índios. A legenda¹², nas letras H e I, afirma que os índios estariam sendo prejudicados por sesmeiros contíguos a eles. A letra I é o ponto no mapa referente a sesmaria Terra dos Índios. As letras ABD, segundo a descrição do mapa, correspondem aos vértices da Terra dos Índios onde estão os “marcos dos Índios”¹³. A legenda do mapa, na íntegra, diz o seguinte:

EXPLICAÇÃO

ABD lugares donde existem marcos dos Indios, **C** lugar de 4º marco **que** não existe. **E** Abertura de 95 braças feito por convenção particular em-
tre Cap^{ita}m João de Carvalho Santos e Cap^{ita}m João Nunes Sueiro.

F. Preenchimento da Sismaria de João Luiz [corroído] em 1817 por convenção particular, **G** Terras [possui-
das] pella Câmara ha 50 annos hoje disputado por Cap^{ita}m João de Carvalho Santos **H.** Situações de diferentes donnos **I** do patrimônio dos Indios prejudicado por sismeiros adajentes [**sic**], Carvalho Santos, Manuel José Alves da Mota, João Nunes Soeiro [**Mestre**] por não haver Ru-
mos abertos.

O verde são campos **que** inundão no Inver-
no por falta de hum pequeno canal, e cau-
sa grande prejuízo no gado anualmente. O bran-
co, são matas de labrario, as estradas no vê-
rão pello campo e no Inverno pella mata.
Os lagos na seca raras vezes passa de 5 pal-
mos de fundo.

A Carta Régia de Data e Sesmaria, que os Akroá-Gamella chamam de escritura antiga, aparentemente desapareceu. Seu Domingos, de 76 anos, lembra de ter visto o documento quando criança, “a escritura era guardada dentro de uma lata, enrolada” (anotações de caderno de campo, 30 de janeiro de 2019). A jornalista Sabrina Felipe, que frequentou o território Akroá-Gamella durante alguns meses entre 2018 e 2019 para a elaboração de uma reportagem que fizemos em conjunto, conta que esteve no Cartório de 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Viana, diversas vezes pedindo para ter acesso ao documento original. Esse cartório emitiu em 06 de setembro de 1921 uma certidão que reproduz parte da

¹² O tratamento técnico da transcrição da paleografia que legenda o mapa foi feito pelo professor e historiador Manoel de Jesus Barros Martins. O mapa em alta resolução pode ser acessado no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart526282/cart526282.jpg > Acessado em: 12/06/2019.

¹³ Colhi em campo muitos relatos sobre a história do povo Akroá-Gamella. Entretanto, não é intuito dessa pesquisa historiar esse processo. Opto então, por não detalhar o que são os “marcos indígenas” para não incorrer em erros e reservar o assunto para pesquisas dedicadas a tal abordagem. Entretanto, deixo aqui um trecho de entrevista com Marcelo, de 78 anos, feita no dia 30 de janeiro de 2019, na qual ele aponta a existência de tais marcos e questiona o Estado sobre o processo demarcatório a partir da evidencia dos marcos. “Será que com tudo isso que foi provado agora no ano passado... foi olhado, já teve um povo que já olharam lá [os marcos]. Ainda tem coragem de dizer que não é terra de índio? De dizer. Tem coragem não tem? Mas **ainda tá lá, ainda existe lá.** É dureza o nosso governinho dizer que não conhece. Muito sério isso.” (Grifo meu.)

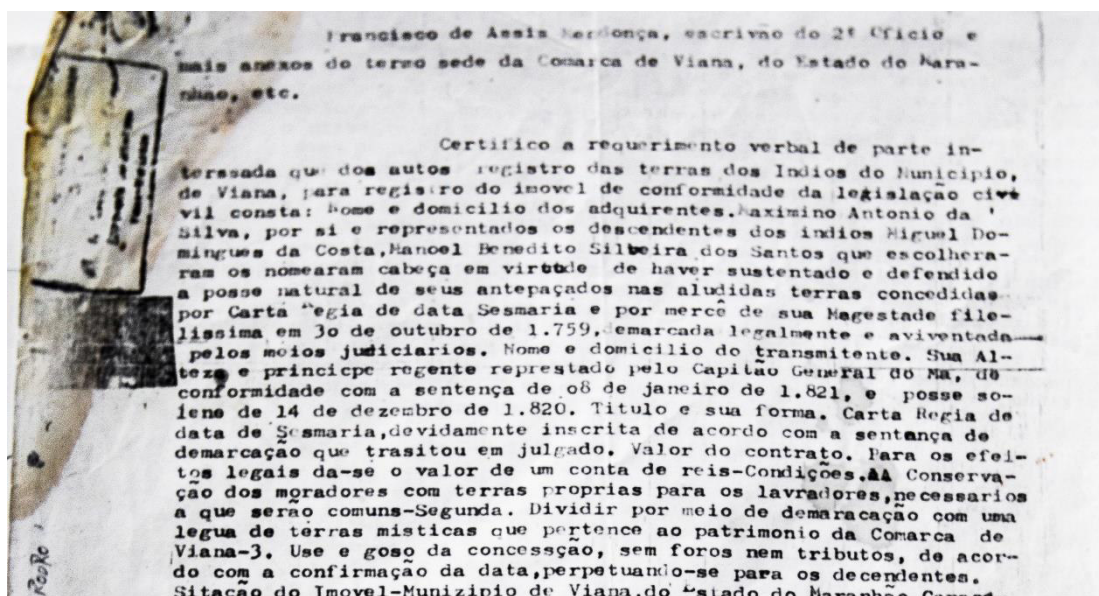
Carta Régia. Felipe, entretanto, não teve respostas quanto a existência ou não da escritura antiga, ela narra as idas ao cartório:

Sentei pra falar com ele, e ele disse que sabia desse documento sim, que estava lá em algum lugar e que já tinha visto esse documento em 2015, mais ou menos, ele disse [...] porém, disse que não sabia onde estava, que teria que falar com um outro cara que trabalha no cartório mas que na época estava internado num hospital pra fazer cirurgia. Se bem me lembro, eu voltei no dia seguinte ao cartório pra saber se ele tinha falado com o cara. Ele pediu pra eu deixar o e-mail que ele me escreveria. Passou um tempo e ele nunca me escreveu. Mande e-mail pra ele e ele nunca respondeu. Mas, depois, talvez abril, maio, voltei ao cartório. Dona D. estava, tentei conversa com ela, puxar pela lembrança. Ela disse que não tinha nada pra falar, que não sabe de documento de nada. Visivelmente estava incomodada e não queria falar sobre o assunto. (anotações de caderno de campo, trecho de conversa com Sabrina Felipe, 05 de agosto de 2019).

Os Akroá-Gamella, por sua vez, guardam consigo um transladado da certidão de 1921, datado de 23 de março de 1987. Copio aqui o trecho desse último documento no qual a Carta Régia é citada nominalmente:

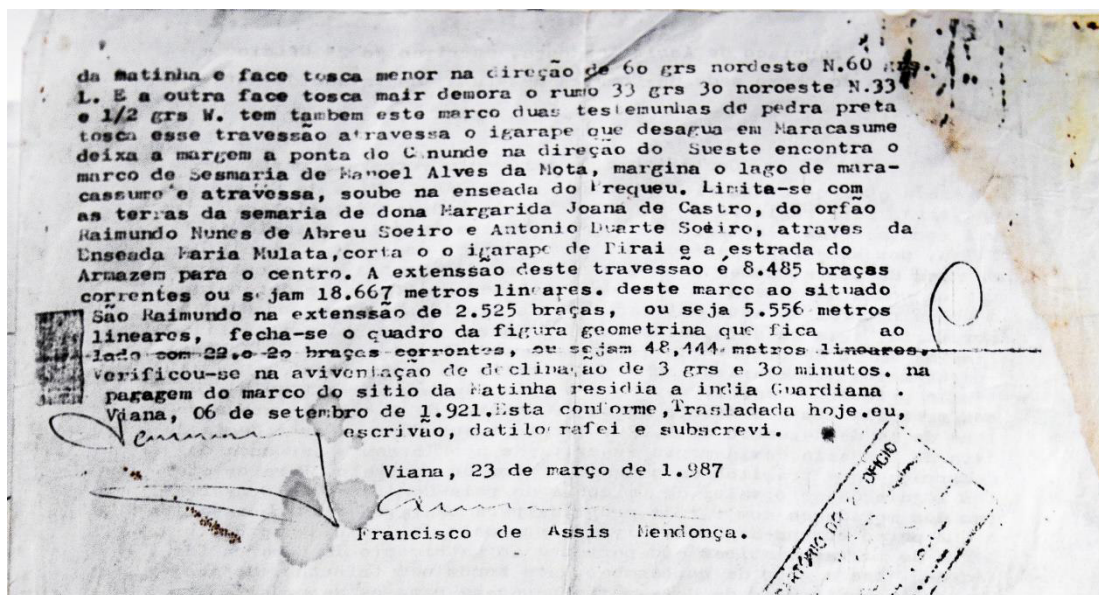
[...] em virtude de haver sustentado e defendido a posse natural de seus antepassados nas aludidas terras concedida por Carta Regia de data e Sesmaria e por mercê da sua Magestade filelíssima em 30 de outubro de 1759, demarcada legalmente e aviventada pelos meios judiciais.

Imagem 3 – Transladado da certidão de 1921 datado de 23 de março de 1987 (Frente)



Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella.

Imagem 4 – Transladado da certidão de 1921 datado de 23 de março de 1987 (Verso)



Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella

Entre os anos de 1982 e 1990, a antropóloga Maristela de Paula Andrade realizou uma pesquisa sobre o processo de grilagem da Terra dos Índios, que resultou no livro intitulado *Terra de índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum* (2008). Conforme a autora, a escritura antiga foi fraudada em 1967 e a partir dela foi criado um inventário falso que instaurou

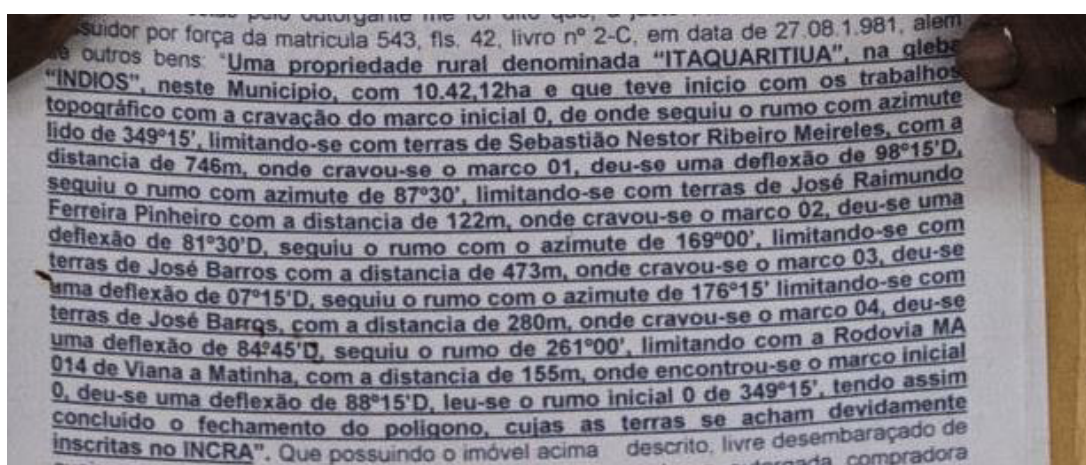
na região um acelerado processo de compra e venda de terra, assim como um forte clima de tensão entre certa facção do grupo – contrária à partilha e venda de porções do território – e os chamados *comprador de terra* (PAULA ANDRADE, 2008, p. 33, grifo da autora).

Os Akroá-Gamella, à época, considerados extintos pelo Estado, e, portanto, denominados de caboco ou descendentes dos índios (PAULA ANDRADE, 2008), que eram contrários a venda das terras passaram a buscar os meios legais para combater o esbulho, isto é, a retirada a força das terras. Paula Andrade (2008) teve o primeiro contato com o grupo quando trabalhava na assessoria jurídica da Caritas Brasileira, organização vinculada à Igreja Católica que os assessorou. Na sua pesquisa, Paula Andrade cita o conteúdo dos documentos fraudados e aponta a rede de relações que o grileiro mantinha “[...] com autoridades do aparelho Judiciário, completando-se a cadeia de agentes necessários a esse tipo de grilagem amparada em fraude cartorária” (PAULA ANDRADE, 2008, p. 158).

A fraude consistiu em confeccionar um novo documento que mencionasse nominalmente os adquirentes da Terra dos Índios (PAULA ANDRADE, 2008), o que não havia na Carta Régia de Data e Sesmaria, e, a partir de então, o grileiro chamado Zé da Conceição,

que era dono de um cartório e advogado, começou a retalhar o território em frações para venda. Conforme Mundoca, de 77 anos, Zé da Conceição enganou a pessoa que constava como representante dos descendentes dos índios no documento “[Ele] passou a papelagem pra um homem da Matinha, Zé Conceição. Ele é que tinham essa papelagem. Ele enganou ele. Enganou ele com essa papelagem de terra” (trecho de entrevista, 31 de janeiro de 2019). Tal como se pode ver na imagem abaixo, a Terra dos Índios é mencionada nas escrituras de compra e venda, fruto da grilagem, emitidas pelos cartórios da região. Na descrição dos imóveis vendidos, existe normalmente a afirmação comum que diz que o imóvel está em “uma propriedade rural denominada ‘ITAQUARITIUA’, na gleba dos ‘ÍNDIOS’”.

Imagem 5 – Escritura de compra e venda



Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella

Paralelamente à corrida judicial, os Akroá-Gamella começaram a empreender ações para barrar a colocação das cercas ou derrubar as cercas já colocadas. Dona Lili, hoje com 84 anos, conta que as terras vendidas eram, às vezes, o local onde eles tinham roça plantada. A tensão era tão grande que os compradores contavam com a presença de uma espécie de escolta, que ela chamou de “soldado”, para efetivar a abertura de rumo (desmatamento e limpeza) pra colocar as cercas:

A luta começou por nós. Porque eles botaram rumo ali do outro lado do Borges. **Tinha uma roça de fora a fora na beira dessa rodoagem** [rodovia] aí de terra. Uns pessoal aí do lado da Matinha vieram e compraram e botaram rumo. Quiseram botar rumo e nós já estava preparado pelo outro lado. [...] aí **eles vieram com o piloto, soldado**, sei lá que diacho era, aí pra botar o pico. O arroz tava com as pontas tudinho amarela, baixa. [E eles] **com as foice, ó, abrindo rumo** (trecho de entrevista, 30 de janeiro de 2019, grifo meu).

Dona Lili conta também que, às vezes, as terras eram trocadas por objetos, isto é, vendidas ou trocadas por um valor ínfimo:

Aí teve gente que comprou terra daqui trocada até por facão velho pra trabalhar. Teve esse um que tinha aí, vendeu essa aí pra C., C. **parece que deu uma espingarda velha** pra ele se matar não sei pra onde (trecho de entrevista, 30 de janeiro de 2019, grifo meu).

Dona Mundoca conta que havia famílias que moravam nas terras vendidas. Algumas expulsões conseguiram ser barradas:

[...] eles queriam botar até a finada Rosa dali, ela veio dizer pra nós. Nós fomos ali fazer um fecho lá, foi que ele não tirou ela de lá. Foi, ela ficou lá. Ele queria tirar ela de lá [...] nós fizemos um fecho, fecho que ele ia passar o arame. Pra ela sair, nós ia ocupar o lugar que ele ia passar o arame, tava perigosinho. **Nós chegamos lá ‘não pode. Não pode porque ela é moradeira velha. E não pode ficar na rua.** Pra onde essa mulher vai? Que ela é nascida e criada aqui. Pra onde ela vai?’. E ela chorando lá (trecho de entrevista, 31 de janeiro de 2019, grifo meu).

Dona Mundoca conta que outras famílias não resistiram à pressão e acabaram por vender também uma parte de terra onde viviam, provavelmente por medo de ficar sem nada, nem terra e nem dinheiro:

Por causa dessa luta de terra, eles venderam os lugar e foram embora. Agora ela dizia que quando o resto ficasse ia sair com a trouxa na cabeça. E como eles tavam fazendo, se nós não fizesse mesmo de sério mesmo, nós saía mesmo como eles diziam que nós ia sair com as trouxa na cabeça, nós saía mesmo (trecho de entrevista, 31 de janeiro de 2019).

Essas ações que Dona Mundoca intitula de fecho, isto é, o impedimento da colocação de cerca e expulsão de moradores, resultaram na salvaguarda de alguns pedaços descontínuos de terra dentro da Terra dos Índios. Esses pedaços correspondem hoje às aldeias onde vivem a maioria dos Akroá-Gamella autodeclarados publicamente. Nelas, os indígenas mantiveram as regras antigas de preservação e conservação do território, da natureza e dos Encantados. Além disso, mantêm o uso comum das terras, com proibição expressa de colocação de cercas e outras várias regras que perduram até os dias de hoje.

3.1 Território

Quase três séculos depois da (de)limitação da Terra dos Índios, os Akroá-Gamella, autodeclarados publicamente desde 2014, encontram-se ainda reféns dos anseios estatais no que diz respeito a demarcação do seu território. Inevitável não traçar paralelos quanto às intenções do Estado sob os processos de territorialização ontem e hoje. Apesar de estar circunscrita em outro tempo político, orientando-se por outros preceitos jurídico-burocráticos, respeitando, por exemplo, a ocupação tradicional, o ritmo dos processos demarcatório e a demarcação em si é uma insuficiente redução de danos aos efeitos da já notória perda de território e do bem viver

(QUIJANO, 2014). Mesmo assim, as populações indígenas precisam exercer enormes pressões sob o Estado para efetivar o direito à terra e ao território. Não raro, um processo demarcatório leva uma década¹⁴, ou mais, para chegar ao seu fim. O controle sobre as populações etnicamente diferenciadas no atual momento, ao contrário do período colonial, se dá na não efetivação das demarcações.

Um balanço realizado pela Agência Pública de Jornalismo¹⁵, em 2016, mostrou que os números relativos à quantidade de Terra Indígenas (TI) homologadas pelos últimos presidentes desde a redemocratização, os números apontam que “as demarcações realizadas seguiram o tempo próprio da política e não da previsão constitucional, que estipulou cinco anos para a oficialização de todas essas terras” (Agência Pública, 2016). Segundo o balanço, portanto, José Sarney, que ocupou o cargo entre os anos de 1985 e 1990, homologou 67; Fernando Collor, entre 1990 e 1992, 112; Itamar Franco, entre 1992 e 1994, 16; Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, 145; Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, 87; Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, 21. E Michel Temer, que ficou de fora do levantamento da Agência, ocupou o cargo entre 2016 e 2018, teve o pior desempenho, homologou somente uma TI. O atual presidente em exercício, Jair Bolsonaro, ainda não homologou nenhuma.

Na tentativa, então, de garantir o início do seu processo demarcatório, em 6 novembro de 2017, sete meses depois do ataque que sofreram, ainda no governo de Michel Temer, os Akroá-Gamella ocuparam a sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹⁶ na capital São Luís. Após muitas negociações e protestos em frente ao órgão, foi publicada no Diário Oficial de 10 de novembro de 2017 a portaria número 1171, que constituiu o Grupo Técnico (GT) responsável por realizar os estudos necessários para a identificação e delimitação do território, sob coordenação da antropóloga Caroline Farias Leal Mendonça, pesquisadora e docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A primeira visita do GT ao território Akroá-Gamella, que deu início à pesquisa, só aconteceu mais de um ano depois da constituição do GT, em dezembro de 2018 e até hoje, agosto de 2019, a segunda visita da equipe para dar continuidade aos trabalhos, não ocorreu. No dia da inauguração do GT, Caroline Leal contou que a elaboração do relatório, o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) do povo Pankará, que ela também coordenou, demorou 9

¹⁵ A questão indígena em 4 minutos. Produção: Agência Pública. 2016. (4 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y_tKDCBimTQ>. Acessado em 03 de agosto de 2019.

¹⁶ A ocupação se estendeu durante quase um mês, pois junto com os Akroá-Gamella outros dois povos também estavam ocupando a FUNAI com o intuito comum de exigir a criação de um núcleo para atender os povos do norte do Maranhão, o que também foi atendido.

anos para ser finalizado, “Sabemos que existe uma pressão e que existe uma necessidade de que esse relatório circunstanciado seja produzido em um tempo breve, porém não podemos garantir que é tão breve. Não é tão breve assim, mas também desejamos que não seja tão longo como foi, obviamente, o processo dos Pankará” (trecho de reunião, 16 de novembro de 2018), afirmou ela.

O enfraquecimento da FUNAI com o avanço da ultra-direita no Brasil, após a eleição de Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) à presidência, demonstra cada vez mais abertamente o desinteresse em demarcar terras indígenas, haja vista as tentativas, por hora frustradas, de passar a responsabilidade das demarcações dessas terras indígenas à pasta do Ministério da Agricultura e as declarações públicas contrárias as demarcações de terras, tal como “No que depender de mim, não tem mais demarcação de terras indígenas” (RESENDE, 2018, s/página), ditas ainda no período de campanha em novembro de 2018, fica evidente que o processo demarcatório Akroá-Gamella contará com a mesma, ou maior, morosidade de sempre.

Para os Akroá-Gamella, entretanto, a concepção do território e sua efetiva existência, não depende dos caminhos burocráticos. Ao contrário, os processos de (de)limitação, na maioria das vezes divergem radicalmente das noções êmicas de território. Isso porque as destruições do território, com o crescimento das cidades, povoados, indústrias e obras de infraestrutura são, muitas vezes, irremediáveis. Ao final, a Terra Indígena, fruto do longo processo demarcatório, reflete o desenho de um mapa politicamente possível, muito menor que um mapa ideal no qual os indígenas e seus descendentes poderão viver com plena segurança. Nesse sentido, é importante notarmos que estamos nesse trabalho lidando com, pelo menos, quatro nomenclaturas para falar sobre a área onde os Akroá-Gamella vivem. A primeira delas é a Terra dos Índios, fruto da territorialização (OLIVEIRA, 1998) criada em um ato de doação da Coroa Portuguesa no século XVI a eles; a segunda é a Terra Indígena, que será homologada após a conclusão do estudo multidisciplinar da FUNAI, coordenado pela antropóloga Caroline Leal. A Terra Indígena, já previamente batizada pelos Akroá-Gamella como Terra Indígena Taquaritiua, pode coincidir ou não com o desenho da Terra dos Índios, impossível saber de antemão; a terceira nomenclatura são as aldeias, isto é, trechos de terra descontínuos que foram protegidos das vendas que começaram a ocorrer a partir dos anos 1960 e a quarta, e última, é a noção de território elaborada pelo povo a partir da história e memória dos ancestrais.

“A nossa escritura são nossos pés. Por onde pisamos, marcamos qual é o nosso território” (audiência pública, 5 de maio de 2017), disse Kum’tum. Naquela ocasião, ele atribuiu a frase a outro Akroá-Gamella. Tempos mais tarde, eu mesma tive a chance de ouvir aquela ideia sendo repetida por um terceiro Akroá-Gamella. Elaborada durante séculos de expropriação, a noção de

território é permeada por outros elementos mais. Em outra ocasião, quando tentei quantificar as retomadas que eles haviam empreendido desde a autodeclaração pública, em 2014, Marinaldo me respondeu “Tudo isso aqui é um tipo de retomada” (anotações de caderno de campo, 8 de março de 2018). Outra vez estava diante de uma ideia reiterada constantemente: os Akroá-Gamella afirmam que o processo histórico de resistência é uma constante retomada de território, portanto não quantificável. O que os motiva a pensar desse modo é porque, em um passado não muito distante, experimentaram ver as suas terras aprisionadas pelas cercas dos compradores de terra. Terra presa e a terra solta são os termos que utilizam para falar sobre os cercamentos e a proibição do direito de passagem por trechos do território, contra os quais sempre reagiram, soltando a terra.

Para fins de análise, chamarei de antigas retomadas aquelas feitas a partir do momento em que o território começou a ser vendido na década de 1960 e novas retomadas, as realizadas a partir da autodeclaração pública em 2014. E adotarei, claro, o conceito de território correspondente ao significado que os Akroá-Gamella atribuem a ele e não aquele circunscrito na esfera jurídico-burocrática, infinitamente menos complexo. Portanto, a palavra território utilizada aqui não faz referência à faixa de terra ainda em vias de demarcação, nem somente ao somatório de aldeias e tão pouco à Terra dos Índios, mas sim a uma terra já marcada pelas pegadas desse povo, no passado e no presente.

3.2 Os Akroá-Gamella

Os Akroá-Gamella foram considerados extintos pelo Estado brasileiro no final do século XX. Essa prática foi adotada como política de Estado, reverberando a ideia dos pensadores sociais da segunda metade do século XIX em diante, que pensavam que o extermínio ou a assimilação eram as duas únicas possibilidades para os povos indígenas que tiveram contato com os colonizadores muito cedo, principalmente os índios do Nordeste (OLIVEIRA, 1988). Para pensar esses povos, uma espécie de evolucionismo foi vigente nas ciências sociais da época e consequentemente aplicada como política pelo Estado, através do, este sim extinto, Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Entretanto os povos que haviam tido suas histórias consideradas encerradas (ARRUTI, 1995) passaram a insurgir publicamente configurando um fenômeno histórico regional (ibidem, 1995) que contrariou a previsão dos cientistas, e do próprio destino. O destino, conforme Frantz Fanon (2008), é branco, “por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (2008, p. 28).

Entretanto, talvez a resistência no Brasil não seja branca, ela deve, ao contrário, ser negra e indígena. Pois o longo processo de resistência dos Akroá-Gamella levou-os à autodeclaração pública em agosto de 2014. Muito semelhante ao que estão fazendo outras dezenas de povos indígenas no Nordeste brasileiro que também resistiram à censura e ao silenciamento. Apoiados legalmente na Convenção 169¹⁷, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada em 2004 pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril, os Akroá-Gamella decidiram (sobre)viver de novo. Maria Akroá-Gamella explica que, se antes, foi o silêncio que os ajudou a sobreviver à extinção compulsória, agora é a autodeclaração pública que vai cumprir o mesmo papel:

A impressão que dá é que sobrevivi de novo. Tô livre. Parece assim, que eu tava era presa numa gaiola, numa jaula, num cofo, numa lata, sei lá, em qualquer coisa desse tipo, onde não tinha liberdade de andar no mato livre, nem respirar. É isso que eu imagino. Pra mim esse processo que nós estamos vivendo agora pra mim é isso, liberdade (Entrevista com Maria Akroá-Gamella, extraído da reportagem audiovisual da Agência Pávio¹⁸, grifo meu).

Os Akroá-Gamella oficializaram a autodeclaração pública no dia 2 de agosto de 2014, quando realizaram no seu território uma Assembleia de Autodeclaração de pertencimento ao povo Akroá-Gamella. No ano anterior, entretanto, eles já estavam discutindo com afinco a tomada dessa decisão. Fizeram diversas reuniões e assembleias gerais para colher depoimentos dos mais velhos, sob a perspectiva de que “os mais velhos devem nos ajudar nesse processo de retomada da história do povo Gamela, nosso povo. A história tem que ser desenterrada, recontada, pra buscar o valor da ‘nossa história’”, tal como dissera Juvaldir Antônio no trecho registrado na ata da Assembleia.

A ata da Assembleia de Autodeclaração foi protocolada na FUNAI e mais tarde entregue ao Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, uma vez que a assembleia se constitui como um ato político importante. Ela é um gesto de comunicação para o mundo exterior de algo que os Akroá-Gamella já conversavam entre si há muitos anos. É por isso que no presente trabalho eu opto pelo termo autodeclaração pública, talvez por não encontrar um termo melhor, mas para afirmar o teor político e público da autodeclaração. Gracimar conta que antes eles estavam calados só pra lei dos homens brancos, entre eles, não:

¹⁷ O artigo 1º da Convenção 169 afirma que “A autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”. Assinar a Convenção 169 foi um passo fundamental para se fazer valer o artigo 231 e 232, da Constituição de 1988, para todos os povos indígenas, inclusive aqueles que ainda estão considerados extintos e que, quiçá, passarão pelo processo de emergência étnica (ARRUTI, 1995).

¹⁸ Reportagem audiovisual da Agência Pávio ‘A luta dos Gamella no Maranhão’. Disponível em: <https://pavio.org/reportagens/2017/11/27/luta-dos-gamella-no-maranhao/> Acessada em 19/01/2019.

Que a gente se autodeclarou foi em 2013¹⁹, mas a gente vinha na luta há muito tempo, só que em silêncio também. Todo mundo lutava e todo mundo conversava só que todo mundo calado. Assim, **calado pra lei dos homens, calado pra lei dos homens brancos**. Mas entre nós sempre a gente teve essas conversas. Desde os antigos. Nossos pais não sabia ler, não conhecia ler. Mas os filhos que eles tiveram hoje não vão deixar morrer as histórias deles não. E é nossas histórias (trecho de entrevista, 15 de março de 2018, grifo meu).

A partir da autodeclaração pública, as fronteiras étnicas (BARTH, 1998) entre os Akroá-Gamella, os brancos, as quebradeiras de coco e camponeses que habitam a região (e/ou o território) ficaram mais evidentes e deriva daí a revisão do processo histórico que os trouxe até aqui e, conseqüentemente, a revisão do projeto de futuro. Ou, como aponta Quijano (2014), a revisão de um futuro que regressou. Depois de décadas de “mistura” (OLIVEIRA, 1988) e silenciamento, fruto da extinção compulsória, os Akroá-Gamella começam a empreender o que Quijano (2014) chama de descolonização do saber, quando novas bases epistêmicas irrompem. Dona Teodora conta que o conhecimento e a força também foram retomados recentemente: “[...] o conhecimento de qual era a nossa identidade, que nós era índio [...] a gente foi **retomando esse conhecimento**. Nós não estava **conhecendo a força** que nós tinha. Não tava conhecendo” (trecho de entrevista, 4 de março de 2017, grifo meu).

A força Akroá-Gamella, que Dona Teodora menciona, mora na alforria de certas lógicas que estavam censuradas junto com a identidade e, porque não dizer, presas com a terra, que ao longo dos anos está sendo retomada e reencantada (ARRUTI, 1996). O (re)conhecimento que se institui, a partir de então, é distinto do anterior, pois ele prevê arranjos que a lógica ocidentalizada, modernizadora e desenvolvimentista, não contemplam. Entretanto, os princípios da nova existência social (QUIJANO, 2014) Akroá-Gamella estão em construção no exato momento em que redijo esta dissertação. E, portanto, seria impossível, e inclusive não é o foco deste trabalho, fazer uma descrição conclusiva sobre quem são ou como se organizam os Akroá-Gamella. Me limitarei, portanto, a descrever brevemente a sua organização política.

Atualmente os Akroá-Gamella organizam-se em seis Conselhos Locais, um por aldeia e um conselho maior, denominado de Conselho de Lideranças Akroá-Gamella, composto por mais ou menos uma dúzia de homens e mulheres, moradores de todas as aldeias. Como a organização política Akroá-Gamella não é centralizada, isto é, não existe uma liderança geral, tão pouco uma liderança por aldeia, com o tempo, provavelmente outros conselhos irão se formar, tal como o conselho de mulheres, que já se reuniu algumas vezes, mas ainda não está

¹⁹ Gracimar cita o ano de 2013 como o ano da autodeclaração pública, mas isso porque neste ano as conversas em torno desse assunto já estavam bastante avançadas. Em 2014 foi realizada a formalização através da Assembleia.

atuando. Atualmente, além dos conselhos, existe também um grupo de guardiões, composto por uma dezena pessoas, homens e mulheres, que fazem rondas no território para detectar depredações e invasões.

Desde a autodeclaração pública, os Akroá-Gamella passaram a realizar assembleias permanentes para discutir e deliberar em conjunto sobre a gestão do território, estratégias de autodefesa, prioridades de ações e outros diversos temas relativos ao cotidiano. Quase tudo é decidido coletivamente. Desde a autorização para cortes de árvores, cercamento de quintais, construção de açudes, até as denúncias sobre uso predatório das pontas de mato, organização de festas e mutirões são debatidas pelo povo em reuniões periódicas que acontecem em uma casa coletiva, chamada por eles de Casa Redonda. Algumas dessas decisões são também tomadas nos conselhos e, posteriormente, levadas às assembleias.

Desde de a autodeclaração pública, contabiliza-se a existência de mais de mil Akroá-Gamella autodeclarados publicamente vivendo na Baixada Maranhense. Este cálculo é feito com base no número de famílias que vivem somente nas seis aldeias que existem hoje. Se somássemos as áreas expropriadas esse número provavelmente cresceria. Na aldeia Taquaritiua vivem 200 famílias. Três delas não se autodeclararam. Nas outras cinco aldeias, existem mais três famílias que não são indígenas ou não se autodeclararam, num montante de 87 famílias. Portanto, são aproximadamente 281 famílias autodeclaradas publicamente (CIMI, 2018b).

Evidentemente a possibilidade de erro numérico existe, mas provavelmente é um erro para menos. Paula Andrade (2008) levantou na sua pesquisa a existência de 35 povoados (PAULA ANDRADE, 2008), à época, dentro do equilátero equivalente à Terra dos Índios. Esse número de povoados está excluído do cálculo acima, o que deixa uma boa margem numérica. A Agência Pávio, de jornalismo independente, fez uma vídeo-reportagem sobre os Akroá-Gamella em 2017, na qual aparece uma entrevista inusitada com uma senhora não-indígena que conta:

Desde que eu me entendi, papai sempre falava que é terra indígena. Todo mundo é descendente de índio. Papai sempre falava, mas eu nunca entendi porque. Esse que é o caso, é que eu nunca entendi. Porque ele dizia que todo mundo que tá na terra do índio é descendente do índio, mas só que **eu nunca vi índio**. Outro dia, um homem me encontrou e disse que eu era uma índia. Eu disse que eu não sou índia não. **‘Senhora, mas você tem cara de índia’**. ‘Pode até ter, mas eu não sou’ (Entrevista com moradora do povoado Santeiro, extraído da reportagem audiovisual da Agência Pávio²⁰, grifo meu).

²⁰ Reportagem audiovisual da Agência Pávio ‘A luta dos Gamella no Maranhão’. Disponível em: <<https://pavio.org/reportagens/2017/11/27/luta-dos-gamella-no-maranhao/>> Acessada em 19/01/2019

Os Akroá-Gamella contam que nos povoados de Santeiro, Tabareu, Prequeú, Laranjal, Estrela, Sacaital, São Domingos, Pucu, Ricoa, Capoeira, Clara e Santa Bárbara moram parentes seus (anotações de caderno de campo, 25 de fevereiro de 2019), entretanto, são pessoas que não se autodeclararam publicamente até hoje. De qualquer modo, os números já evidenciam que se trata de um povo bastante grande e com tendência a crescer ainda mais conforme o processo demarcatório vá avançando e as pessoas sintam-se seguras para assumir publicamente a identidade indígena.

3.3 Breve descrição político-espacial

Para chegar as seis aldeias Akroá-Gamella, saindo da capital do estado, São Luís, o caminho mais utilizado é pela rodovia estadual MA 014, que cruza perpendicularmente um trecho do território. Existem ainda outras duas MA que passam pelo território, entretanto elas são menos utilizadas para acessar as aldeias. Às margens da MA 014, as palmeiras de babaçu preponderam, configurando uma paisagem formada basicamente por babaçuais, uma enormidade de açudes criatórios de peixes e campos – ocupados por fazendas de criação de búfalos, uma das principais, mas não a mais rentável, atividade econômica da Baixada. Os búfalos chamam especial atenção na época das cheias. Podendo pesar quase uma tonelada, eles ficam espalhados nos campos inundados com quase todo o corpo submerso, deixando de fora a cabeça com uma enorme galhada onde, vez e outra, pousam alguns pássaros, configurando uma cena inusitada.

Para além da estrada, entrando nas aldeias Akroá-Gamella, é possível ver mais densidade de mato e pontas de mato, como eles chamam respectivamente as grandes e pequenas extensões de floresta nativa, a qual zelam muito protegendo contra incêndio, desmatamentos indevidos e outras agressões de pessoas externas ou internas ao território. O controle coletivo das pontas de mato, dos babaçuais, juçarais, rios e olhos d'água é constante, pois esses lugares têm valor equivalente à própria existência Akroá-Gamella. O bem viver (QUIJANO, 2014) depende da existência do mato porque, além de ser morada das entidades sagradas, são garantia de água potável e alimento - junto com a roça que cada núcleo familiar cultiva. No mato, há diversas frutas tais como juçara, buriti, tucum, graviola, cupuaçu, ata, bacuri, pitomba, macaúba, caju, manga, jenipapo, tamarindo, ingá, tucum, piqui, jambo, jambolão, tuturubá, ameju, guapel, maracujazinho do mato e várias outras. Algumas árvores de grande porte, como o cedro, a embaúba, a sapucaia ainda são possíveis de serem encontradas, mas não compõem com tanta ênfase o cenário atual. A castanheira e a gameleira sumiram por completo. Essas

árvores existiam em abundância até a década de 1960, mas foram derrubadas paulatinamente para abertura de fazendas e para a construção da rodovia MA 014 e, entre outros usos, foram vendidas como carvão.

As perdas ambientais afetam muito os Akroá-Gamella, pois elas acarretam em uma série de acontecimentos no mundo concreto e espiritual. As degradações ambientais podem significar a morte de ancestrais encantados. Os Encantados são entidades espirituais donos e donas das águas, dos juçarais, dos babaçuais, dos campos e de todos os outros lugares. No estudo que fez sobre os Pankararu, Arruti afirma que os Encantados têm vínculos de “ordem genética” (1996, p. 144) com os lugares que habitam e com os indígenas. Com os indígenas, por serem, como mencionei, seus ancestrais e com os lugares que habitam pela dupla vocação que têm: de produzirem locais encantados e de serem produzidos pelas localidades. Para os Akroá-Gamella, uma vez que estas localidades sejam destruídas, degradadas ou poluídas, os Encantados perdem a moradia original e ficam vagando. A partir daí, esses locais ficam sob uma espécie de desativamento temporário, mas permanecem latentes na memória e nas histórias. O que Arruti (1996) intitulou como drama étnico é o desencantamento desses lugares sagrados e essa expectativa, e luta, por seu reencantamento.

Antes de realizar a primeira nova retomada, em 2015, os Akroá-Gamella denunciaram à polícia a derrubada de palmeiras de babaçu para a criação de gado bubalino na fazenda que, à época, estava em posse de um ex-prefeito da cidade de Viana. Eles contam que o policial que foi ao imóvel fazer a vistoria afirmou posteriormente, em um canal de televisão, que no local só havia meia dúzia de palmeiras caídas (anotação de diário de campo, s/data, 2017). Desde que retomaram esta antiga fazenda, a qual deram o nome, junto com outras três fazendas retomadas recentemente, de aldeia Cajueiro-Piraí, os Akroá-Gamella passaram a reflorestar a área. Já plantaram cerca de 200 mudas de juçara. Além de plantar novas árvores, fazem mutirões de limpeza, tirando o capim braquiara – plantado para alimentar o gado que antes pastava ali – para dar espaço ao crescimento das plantas nativas.

Há cerca de 4 meses, o mato já visivelmente mais viçoso, a área retomada e em recuperação ambiental está espiritualmente fortalecida também. Pe’grè conta que os Encantados antes estavam enfraquecidos, mas agora podem ajudar a lutar pela manutenção do território:

Com a atrocidade que eles fizeram de ir escavando a beira do rio e desmatando o mato grande que tinha na beira do rio, Eles ficaram um pouco esquecidos, um pouco enfraquecidos, mas hoje voltaram com a corda toda, com a força toda, com a garra completa. Que eu inclusive já fui lá e já disse pra Eles que agora é tudo ou nada, ou Eles ajuda nós a ir engolindo essas cobras que estão vindo ou Eles vão ficar mesmo

sem lugar pra banhar, pra beber (trecho de entrevista, 30 de janeiro de 2019).

O território Akroá-Gamella, como já disse anteriormente, é composto atualmente por seis aldeias. São elas: Taquaritiua, Tabocal, Nova Vila, Centro do Antero, Ribeirão e Cajueiro-Piraí. Essa última foi fundada mais recentemente, agregando quatro áreas retomadas de 2015 pra cá. A aldeia Taquaritiua é a que tem maior densidade populacional, são 200 famílias, como já dito. Taquaritiua sempre foi reconhecida pela população não-indígena como “lá nos índios”. Na entrada há uma placa confeccionada pelos Akroá-Gamella que diz “Território Indígena Gamela. Pov. Taquaritiua”. Taquaritiua, por sua vez, dá acesso às aldeias Nova Vila e Tabocal. Na Nova Vila, as casas são dispostas, tal como em Taquaritiua, uma ao lado da outra. Composta de uma rua principal e outras poucas ramificadas. No Tabocal, as habitações são mais dispersas, embora a área não seja grande, algumas árvores e açudes compridos impedem que se veja toda a extensão de casas. A aldeia Centro do Antero é, aparentemente, a mais preservada ambientalmente e com casas mais distantes entre si. Ela carrega este nome devido a Antero Roxo, um indígena que viveu até os 103 anos. Antero era encarregado do São Bilibeu, um ritual Akroá-Gamella anual que acontece no mês de abril.

Embora as aldeias sejam muito distintas entre si, todas elas dividem o espaço do mesmo modo. Há locais de moradia, de coleta, de roçado, de pesca, de caça e locais sagrados. Os Akroá-Gamella plantam, criam animais de pequeno porte e algumas famílias têm gado bovino (os búfalos são proibidos nas aldeias) e açude criatório de peixes. Quase todas as famílias quebram o coco babaçu. Da palmeira do babaçu, tudo é aproveitado, das folhas fazem casas, cestarias e telhados, da amêndoa fazem leite, óleo, sabão e do mesocarpo (que fica logo abaixo da casca) fazem fubá e da casca fazem carvão utilizado para cozinhar e repelir mosquitos. No território Akroá-Gamella está localizado um dos polos mais importantes de quebradeiras de coco babaçu do Maranhão. Na aldeia Taquaritiua existe uma fábrica de fubá e azeite de coco onde trabalham mulheres indígenas e mulheres quebradeiras de coco que vêm de outros territórios e/ou vivem entre os Akroá-Gamella.

Na roça, os Akroá-Gamella plantam macaxeira e mandioca. Nos quintais das casas criam porcos, galinhas e outros animais pequenos, tais como pato e galinha d’angola (que eles chamam de catraio). É lá também que plantam mamão, melancia, abóbora, inhame roxo, café e hortaliças. Algumas famílias têm casa de farinha de mandioca onde, normalmente, trabalham em conjunto/consórcio com outras famílias.

Além dos afazeres dentro do território, como já disse anteriormente, é usual no cotidiano dos Akroá-Gamella idas às cidades de Viana e Matinha e ao povoado de Santeiro, um dos mais

populosos, para comprar produtos alimentícios e vestimenta, para visitar parentes e também para ter acesso a atendimento médico, escolas e outros serviços públicos. Alguns poucos Akroá-Gamella vão trabalhar na cidade. Eu conheci somente um que mora em uma aldeia e se desloca semanalmente para vender verduras na Barra do Sol, uma feira de Viana – a única vez que o acompanhei até a feira, em março de 2018, nós fomos seguidos pela polícia, mas não fomos abordados.

As cidades, bem como o povoado de Santeiro, são locais por onde o trânsito dos Akroá-Gamella não acontece de maneira tranquila desde a autodeclaração pública e, principalmente depois do ataque que sofreram em abril de 2017. Antes disso, as relações com os não indígenas eram bem mais amenas e, por vezes, de compadrio e amizade. Entretanto, de 2014 pra cá, os relatos de violência verbal e intimidação nas ruas, nas lojas, no transporte, nos bancos, à margem da MA 014, nas escolas e nos hospitais das cidades são inúmeros.

Todos os jovens Akroá-Gamella, a partir do 5º ano do Ensino Fundamental, têm que estudar na cidade. A única escola que há dentro das aldeias fica em Taquaritiua, mas ela atende somente o Ensino Infantil. Para ir até à cidade, o transporte utilizado pelos estudantes são micro-ônibus escolares das prefeituras municipais, bicicleta ou a pé – para as distâncias mais curtas. Até Santeiro, onde estudam as crianças que fazem Ensino Fundamental, são 5 quilômetros. Até Viana ou Matinha, onde estudam os jovens que fazem Ensino Médio, são 12 quilômetros, em média. O deslocamento de qualquer Akroá-Gamella que precise ir a uma dessas localidades é feito por vans ou carros, que passam pela MA 014 recolhendo passageiros e cobram cerca de 15 reais o trecho. Quase nenhum Akroá-Gamella tem carro, alguns deles têm moto, o que facilita o acesso por estradas de chão e trilhas dentro das aldeias, pois nem todas as localidades tem acesso de carro. À noite, os Akroá-Gamella tentam evitar a utilização da MA 014 para deslocarem-se (a pé ou de moto). Buscam fazer caminhos por dentro do mato. Zé Oscar conta que uma vez ia caminhando na estrada à noite e um carro parou e gritou “ê, confiado!”, o que na interpretação dele queria dizer que ele estaria sendo muito confiante de andar por ali, achando que nada iria lhe acontecer (anotações de caderno de campo, 13 de março de 2018).

Tão pouco as aldeias são locais seguros. O bem-estar e a sensação de segurança dentro do território são prejudicados pelas fronteiras muito próximas com os expropriadores das terras Akroá-Gamella, a quem os Akroá-Gamella denominam de “os contra”. As aldeias estão ilhadas e quase não existem caminhos ligando uma aldeia a outra em que não se cruze com fazendas, povoados, obras governamentais ou algum empreendimento privado. Para coletar coco babaçu, guarimã (para cestaria), pescar e outras várias atividades, os indígenas têm que atravessar cercas, passar pela rodovia ou debaixo de fios de alta tensão. A maioria das fazendas são áreas

criadoras de búfalo ou de peixes, que abastecem o mercado de Viana e entorno. As obras governamentais dentro do território são três, a MA 014, que teve impactos no passado, mas que evidentemente refletem no presente. As torres de energia da Companhia Energética do Maranhão S.A (CEMAR), com obras ainda inconclusas e as torres de transmissão da empresa Encruzo Novo, que necessita periodicamente fazer a manutenção dos cabos. Vale ressaltar que nas áreas onde as linhas de energia passam não é possível construir casas ou plantar. O terreno fica inutilizado para habitação, entretanto as torres foram construídas (ou passam por cima) de campos inundados, igarapés, pontas de mata onde alguns Akroá-Gamella inevitavelmente passam horas do dia pescando, colhendo ou simplesmente caminham.

3.4 Novas retomadas

Diferentemente das retomadas que fizeram no passado, que consistiam no corte das cercas que impunham limitações à livre circulação, dessa vez, adotaram um método semelhante ao que fazem, desde a década de 1980, alguns outros povos indígenas no Brasil. Tal como os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, os Tupinambá na Bahia e, recentemente, Guarani Mbya no Rio Grande do Sul, os Akroá-Gamella ocuparam as sedes das fazendas, retirando os não indígenas (pretenso proprietário, caseiros e empregados) das casas principais e, conseqüentemente, da localidade como um todo. A ocupação da área central da fazenda funciona como um modo de virar o jogo definitivamente em relação à ocupação da terra.

No Brasil, os indígenas em luta pela terra, isto é, o movimento indígena percebeu, com o passar dos anos, que ocupar as áreas periféricas, os chamados fundos de fazenda (CHAMORRO, 2015) não era suficientemente eficiente, isto é, não paralisava a rotina da fazenda e não tinha como consequência a reconquista da área. Entre os Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, pioneiros nesse método, houve famílias que ocuparam por décadas os fundos de fazenda sobrepostas ao seu território e acabavam por servir de mão de obra (barata) aos pretensos proprietários das terras. Somente anos mais tarde, com as conquistas constitucionais de 1988, é que passaram a retomar definitivamente algumas áreas. Puderam mudar o método de ocupação com base nos artigos da carta magna que prevê o direito originário à terra e a nulidade de títulos que incidem sobre terras indígenas. Graciela Chamorro afirma que “o tempo do direito deu-lhes desde 1988 condições para lutar por melhores condições de vida” (2015, p. 214). O parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) afirma que:

São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se

refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fê.

Entre novembro de 2015 e abril de 2017, os Akroá-Gamella realizaram 11 ações de retomadas. Dessas 11, seis eram fazendas, as outras consistiam em áreas cercadas onde não vivia ninguém. Das seis fazendas retomadas quatro delas estão nas mãos dos Akroá-Gamella e elas formam a aldeia Cajueiro-Piraí. Três dessas foram retomadas praticamente no mesmo mês, entre novembro e dezembro de 2015, e não houve reação dos pretensos proprietários, ao contrário, um deles quis agendar uma conversa com os Akroá-Gamella, mas nunca apareceu. Na quarta fazenda retomada, o pretenso proprietário colocou capangas armados durante alguns meses. Entretanto, em agosto de 2016, quando os capangas foram embora, os Akroá-Gamella efetivaram a retomada. “No mês de janeiro eles botaram pistoleiro lá dentro, jagunço. Ficou janeiro, fevereiro, março, abril... agosto nós chegamos tinha quatro ainda.”, conta Zé Carlos, afirmando que eles conseguiram expulsar todos. As reações violentas só passaram a acontecer em 2017, quando “atores do outro lado vão tendo um alinhamento”, conforme explica Kum’tum. Segundo Kum’tum, os contra demoraram para entender o que significava a autodeclaração pública como indígena. Isso porque os moradores de Taquaritiua, como já disse anteriormente, sempre foram vistos como índios.

Entre 2013 e 2014 tem o negócio do imaginário, né? Desse índio [idílico]... a hora que fizesse essa passagem do índio imaginário, pro índio real, [o índio] da terra, isso se altera e de fato, né? Me parece que tem esse elemento. Essa percepção também do outro lado. As forças vão se reorganizando, aquelas forças que se organizaram nos anos [19]70 e [19]80 no processo de grilagem geral, elas vão se reorganizando agora também à medida que percebem que o negócio não é só fazer apresentação cultural (trecho de entrevista, 7 de julho de 2019).

Foi então que aconteceu o dia 30 de abril de 2017 ou o que os Akroá-Gamella chamam de “o ataque” ou “o massacre”.

Naquele 30 de abril de 2017, eram quase cinco horas da tarde quando cerca de 35 Akroá-Gamella, entre adultos, idosos e crianças, homens e mulheres, chegaram à área onde foram empreender a sua quinta nova retomada. A fazenda sobreposta ao território tradicional indígena localiza-se no município de Viana. Atualmente a área é utilizada por fazendeiros para a criação de gado bubalino e peixes para comercialização. Os Akroá-Gamella haviam decidido em reunião nos dias anteriores que retomariam a fazenda. Esta retomada se justifica, tal como as outras, para efetivar a recuperação de fontes de água doce e os acessos ao juçaral que lá existe.

Estes mesmos locais também são considerados sagrados, pois são habitados por alguns dos Encantados que os Akroá-Gamella cultuam. Um pouco diferente, entretanto, das outras novas retomadas empreendidas em anos anteriores, essa retomada se deu também como uma reação à mobilização dos contra que vinham articulando-se há algumas semanas na cidade de Viana e nos povoados do entorno para uma reunião, que estava sendo chamada de Manifestação pela Paz, que aconteceria na praça do povoado de Santeiro, a cerca de 15 quilômetros da área urbana do município de Viana.

A reunião tinha a intenção de solucionar o que os contra entendem como um conflito agrário provocado pelos Akroá-Gamella. Em um programa de uma rádio local, a rádio Maracu²¹, veiculado um dia antes da reunião, portanto, dia 29 de abril de 2017, um dos entrevistados afirma que:

Nós estamos aqui pra fazer uma reclamação. Há um grupo de pessoas que se dizem ser índios. Eles chegam e invadem a casa das pessoas. Eles chegam em determinado lugar e invadem. Ai, lá onde eles invadem, eles não permanecem. Eles comem, eles destroem tudo o que tem e não permanecem nesse lugar, a partir de que acaba tudo que tem ali pra comer, pra eles devorar, eles se mudam pra outra propriedade. Eles invadem as propriedade e não respeitam os idosos. A minha mãe é uma pessoa idosa de 90 anos. Eu como filha e moradora do lugar, eu tenho preocupação de sair da minha casa e no momento chegar e a minha mãe esteja sendo agredida por esse grupo de invasores. Porque **eles não são índios**, eles não são índios, porque eu já sou moradora dali, eu vou completar 62 anos, a minha mãe é moradora de lá há 90 anos e não conheceu nenhuma pessoa com índio, eles vão formando as pessoas, é tipo assim um grupo, como se fosse assim uma lavagem cerebral que eles vão dando, e aquela pessoas que não entram no grupo deles, eles ameaçam invadir as casas e eles ainda determinam que as mulheres que não se desempenhar nas suas atividades, essas [não] são escolhidas. O líder é o seu Inaldo S., ele que é o líder, ele se diz ser padre e ele promete, aquela mulher que for mais desenvolvida no seu serviço ele oferece a casa mais bonita do lugar pra dar pra essas pessoas (trecho de entrevista Rádio Maracú, 29 de abril de 2017).

O local retomado no dia 30 é denominado pelos Akroá-Gamella como Fragato. O Fragato habita a memória dos Akroá-Gamella como uma localidade onde há uma importante fonte de água cristalina, a lagoa das Flores, e um enorme juçaral. A implementação da fazenda, justaposta ao Fragato, estava (e está) destruindo a lagoa. Pois, para a colocação dos

²¹ Para debater o assunto são convidados ao estúdio da rádio membros da igreja Assembleia de Deus (denominados ‘irmãos’), que vivem nos povoados aos arredores, um advogado, que está trabalhando para um fazendeiro que tem supostamente a propriedade sobreposta ao território reivindicado pelos indígenas, e por telefone um deputado federal. Uma reportagem publicada na revista Carta Capital no dia 9 de maio de 2017, descreve o Grupo Maracu, da qual a rádio faz parte, da seguinte maneira, “O grupo Maracu é composto pelas emissoras: Maracu AM/FM, Comunitária Sacoã FM e TV Maracu/Meio Norte. Isto significa 60% da radiodifusão local, dado que o município conta apenas com mais uma rádio FM e uma retransmissora de TV licenciadas”. SANTOS, S. Radiodifusão como arma: o episódio do ataque aos indígenas no Maranhão. Carta Capital, sem data. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/radiodifusao-como-arma-o-episodio-do-ataque-aos-indigenas-no-maranhao/>> Acessada 05/08/2019.

empreendimentos, os fazendeiros e pretensos proprietários da área fizeram uma barragem transformando-a em um açude. A mata nativa foi em grande parte derrubada para a plantação de capim, alimento do gado, restaram apenas algumas árvores frutíferas e uma ponta de mata nativa. O juçaral preservado, entretanto, não pode ser acessado pelos Akroá-Gamella. Tal qual outras fazendas da região, as proibições de passagem ou acesso haviam sido impostas pelo fazendeiro já há alguns anos.

Quando chegaram ao Fragato, os Akroá-Gamella foram diretamente à sede da fazenda, isto é, à casa central, onde encontraram uma mulher, funcionária da fazenda, e, curiosamente, dezenas de gaiolas de pássaros presos. Alguns Akroá-Gamella se dedicaram a libertar os pássaros, abrindo uma a uma as gaiolas, enquanto as mulheres, dirigiram-se à funcionária, que tinha entre 30 e 40 anos de idade e trabalhava como caseira, para contar-lhe o que estava ocorrendo. Cerca de uma hora depois, chegou outro funcionário, companheiro da mulher. Ele entrou e saiu da fazenda sob o aviso de que os Akroá-Gamella queriam conversar com o pretenso proprietário, que nunca apareceu. Mais tarde, os Akroá-Gamella foram acusados, principalmente pela imprensa, de haver mantido a mulher em cárcere privado. A polícia, entretanto, esteve no local conversando com o funcionário. Para os Akroá-Gamella é incoerente que a polícia tenha estado no local, conversado com o companheiro da mulher e ainda assim a versão sobre o cárcere da senhora tenha preponderado.

A ofensiva contra os Akroá-Gamella, nas horas subsequentes à saída da polícia, se deu de maneira desproporcional. Os Akroá-Gamella estavam em menor número, entre crianças e idosos. Tinham bordunas e flechas. E os contra estavam em um grande número portando facões e armas de fogo. A hipótese sustentada pelos Akroá-Gamella é de que as pessoas que participaram da Manifestação pela Paz foram as mesmas que se dirigiram à retomada para atacá-los. Diversos carros chegaram ao portão da fazenda, de onde desceram pessoas e, a pé, forçaram a entrada. Uma vez tendo vencido o limite do portão, começaram a agredir fisicamente os indígenas, que não tiveram tempo de recuar. Um primeiro grupo de homens desferiu golpes com facões e paus, um segundo grupo atirava com armas de curto calibre e um terceiro portava armas “que a gente nem sabia que existia”, conta Jaldo (trecho de reunião, 14 de março de 2019). O inquérito policial que foi aberto à época ainda não foi concluído. Os principais feridos no ataque, Adeli e Zé Canário, não foram ouvidos.

Um detalhe, não menos importante, na narrativa desse episódio é que alguns Akroá-Gamella, que tinham o intuito de empreender a ação de retomada, tomaram uma direção distinta naquela tarde. O que acarretou em duas novas retomadas consecutivas. A primeira, na fazenda já citada e a segunda, em outra fazenda, essa última localizada no município de Matinha. A ida

a essa segunda localidade foi um equívoco de compreensão, pois essa nova retomada não estaria acordada em reunião. Entretanto, é consensual entre eles, que a sequência de acontecimentos tal qual ocorreu, livrou-os de uma tragédia maior. Sob influência dos Encantados, os que não estiverem no local do ataque se livraram da morte. Nos relatos reunidos no próximo capítulo é possível observar que eles entendem que um grande número deles junto seria um alvo mais fácil de ser atingido. Nos relatos a seguir, os Akroá-Gamella contam o que mobilizou a Manifestação pela Paz e como o ataque ocorreu. Todos os nomes que aparecem com as iniciais são dos contra, os nomes por extenso são dos Akroá-Gamella.

4 O ATAQUE: 30 DE ABRIL DE 2017²²

Gracimar:

Antes do dia 30 [de abril de 2017], do ataque que aconteceu com nós, o J. queria fazer uma casa lá dentro do nosso território, dentro do juçaral. Ele já tinha matado uma parte da juçareira que era pra construir a casa. Nós fomos lá e pedimos que era pra não fazer aquilo que estava matando o juçaral. [...] Aí ele não ouviu. Nós fomos na Secretaria do Meio Ambiente lá [do município de Viana], chegamos lá, denunciemos e ficamos esperando resultado. Nada aconteceu. Quando a gente... passou uns dias, o Laércio foi limpar o caminho deles lá, que é a estrada que vai pra aldeia Centro dos Antero e lá o M. tava fechando a estrada deles. O caminho que tem o acesso deles pra lá. Cada vez ele diminui mais o caminho, né, com arame. Aí o Laércio limpou e redou o arame de onde tava pra ficar o espaço melhor pra eles poderem andar, passar carro e as motos deles. Cargas deles também. Desse dia o M. foi pra delegacia, deu parte do Laércio. [Dizendo] que o Laércio estava destruindo as coisas dele, o terreno lá. Aí nós fomos no dia 6 de abril [de 2017]. Fomos lá na delegacia, chegou lá não aconteceu a denúncia. Viemos de lá com o ... todo o povo veio de lá, aí ficou. Aí com uma semana depois, eles foram na rádio (trecho de entrevista, 03 de abril de 2019).

Jaleco:

Quem foi pra rádio? Foi a L., foi o J., cunhado da L.. Também foi o J.C [...] também foi a M.S, que é aparentada dela também. E foram pra rádio. [...] Chamaram nós de facção criminosa, organizador de facção criminosa, que nós tomava a casa dos outros, tava derrubando as casas, então era uma organização da facção criminosa que não era índio, que dizia que era índio, [mas] que era ladrão. Falou do nosso povo e convidou todo o povo da região que mora dentro desse nosso território para uma Reunião da Paz, que a reunião foi o dia 30. Aonde eles botaram o carro de som na rua, foi até o carro... deixa eu me lembrar o nome do locutor... P.A., que foi fazendo a propaganda na rua, foi ele que anunciou que ia ter uma reunião, uma passeata, ou

²² Os relatos deste capítulo são dos Akroá-Gamella que estiveram presentes no ataque dia 30 de abril de 2017. As falas em primeira pessoa, ajudarão a compreender melhor os fatos que precedem o dia 30 e também o episódio em si, mas principalmente, dará subsídio para uma análise posterior sobre o tipo de violência empreendida contra esse povo. Estes relatos foram recolhidos por mim em situações diversas, algumas delas foram entrevistas individuais e outras em reuniões coletivas com cerca de 30 pessoas, portanto, uma ou outra fala poderá ser interposta por um comentário de algum outro Akroá-Gamella ou mesmo por perguntas minhas. Lembrando que os nomes que aparecerem somente com as iniciais, são dos contra. Os nomes dos Akroá-Gamella, aparecem por extenso.

aliás uma caminhada da paz. E quem não fosse ia perder suas casas [...] (trecho de entrevista, 30 de março de 2019).

Balão:

‘Esse negócio não tá certo. Porque se o governo não tomar parte nós vamos resolver pelo nosso lado. O que nós tem que fazer é encarar cara a cara, frente a frente’. Assim o carro falava (trecho de entrevista, 14 de março de 2019).

Jaleco:

Então, quando chegou no dia 30, deu muito povo daquela região toda. Deu povo lá. Fazendeiros e não fazendeiros. Pessoas que não tem nem onde cair morto porque não tem uma terra porque o fazendeiro já cercou. Mas tá a favor do fazendeiro. O J. saia nas igrejas pedindo dinheiro ou arma. Se não tivesse 300 reais, mas poderia doar uma arma. Tanto nas igrejas católicas quanto nas igrejas Assembleia de Deus e nas demais igrejas. O J. pedia as armas ou dinheiro. Foi que chegou no dia 30, se reuniram esse povo todinho lá. Onde estava o deputado, que é o A.M. (trecho de entrevista, 30 de março de 2019).

Gracimar:

Aí, nós começamos a ter informação. Ter informação de que essa reunião deles era pra eles atacar nós. Aí, aconteceu. Antes disso, o outro parente lá recorreu à justiça. Avisou eles que eles estavam se articulando pra atacarem nós. Aí, ele foi em Brasília. Que realmente no dia 30 ele nem tava lá. Quando aconteceu o ataque, no dia, às 6h ele estava retornando lá pra aldeia. [Por]que ele tava chegando de viagem, de fazer essas denúncias. E eles não ligaram de nada (trecho de entrevista, 03 de abril de 2019).

Maria Gabão:

A hora que a gente chegamos lá no Fragato, onde foi feita a retomada, nós chegamos, fizemos, estava tudo ok. Aí, depois que os meninos, e umas meninas lá chegaram, no primeiro grupo, aí a gente fizemos o ritual lá. [...] Aí, depois chegou outro grupo e foi os que começaram a xingar a gente, chamar nós de ladrão, de tudo quanto for nome... Tem uns parentes que tavam [inaudível], outros próximos a porteira e outros debaixo de uma mangueira lá. Até onde eles [os contra] começaram a chamar o seu Aldeli e Zé Canário, chamavam eles, que era pra ir lá onde eles e começaram um bocado de xingamento. Aí depois foi chegando [mais gente]. [...] faz de conta que era uma procissão de tanta gente que vinha. Aí começaram chegar, chegar. Daí,

quando os outros chegaram mesmo, que tavam armado, que foram chegando, da porteira lá pro outro canto, onde tinha o açude e o poço, aí começaram a entrar ali uns doido, uns louco mesmo, que começaram a quebrar pé de eucalipto, rancar estaca do arame, um bocado de coisa, [foi] quando os parentes disseram: “Vamos recuar” (trecho de entrevista, 14 de março de 2019).

Ademir:

Eu tava lá no meio daquele povo, né. Aí eu tava pintado, né, eu disse pra ele:

“Tira o capacete.”

Aí ele tirou, né? Aí era J., J. filho de C. Aí ele disse:

“Siô, eu lhe conheço de muito tempo. A minha mãe me disse que o senhor é gente boa, e agora pra você tá no meio desse povo?”

Aí eu disse pra ele bem assim:

“Siô, esse povo é meu. Eu sou nascido e criado aqui.”

Aí eu perguntei pra ele:

“Quantos anos tu tem?”

“Ah, eu sou novo, siô.”

Eu digo:

“Eu acho que tu é novo mesmo porque eu te vi criança e tu não tem como falar pra mim sair do meio desse povo, porque tu é de outro povo.”

Aí ele disse:

“Siô, mas é bom você tirar essa tinta.” [aponta pros braços]

Aí eu disse:

“Eu posso mandar tirar a tua cor?”

Ele disse:

“Não.”

Eu digo:

“Então cala a tua boca, procura o teu povo, me deixa quieto.” [...]

(trecho de entrevista, 14 de março de 2019).

Laércio:

Foi o R., que disse assim pra mim:

“Rapaz, tu até poucos dias, tu era uma pessoa do bem, tu era uma pessoa que todo mundo tinha respeito por ti, mas depois o que foi que aconteceu que tu veio se ajuntar com esse bando de bandido?”

Ele falou assim pra mim e eu fiquei calado, não disse nada. Ele dizia:

“Rapaz, sai disso, isso não vai dar certo.”

E eu todo o tempo calado e aí cada vez mais chegando gente. E eles chegavam e a gente olhava que eles estavam armados. Aí começou o horror de palavras. Aquela discussão de palavras, onde eles xingavam, onde eles diziam que a gente ia morrer, que iam matar todo mundo.

Eles falavam assim:

“Rapaz, se vocês não sair daí, vocês vão morrer. Vocês têm que sair daí, vocês vão morrer. Vocês são um bando de ladrão, vocês são é ladrão, vocês não são índio coisa nenhuma, vocês são é ladrão”

Aí os parentes começaram uns já foram saindo devagar, devagar, afastando pra trás e do deles chegando gente, chegando gente. Até uma hora eles resolveram entrar. Cortaram a corda da porteira e entraram. Onde foi um senhor que... um moreno alto, que eu não conheço assim por nome, mas por fisionomia se eu olhar ele eu conheço, eu lembro dele. Aí tirou a faca de dentro de uma bainha de papelão, uma faca de cabo preto, e cortou a corda da porteira. A faca tinha boca dos dois lados. Aí cortou, a corda da porteira caiu [e] eles entraram. Aí foi que eu corri até... eu tava de frente olhando pra eles, em momento nenhum eu dei minhas costas. E aí eu fui afastando pra trás. Tio Zé ficou perto de mim assim. Aí eu garrei, encostei a mão nisso assim dele [peito] e disse:

“Vamô embora sair daqui, eles vão matar nós”.

Aí encostei a mão nele e fui puxando, puxando. Aí a gente.... lá a casa do caseiro é de varanda, aí eu saí. Nós saímos por dentro da varanda e eles por fora. Já eu dizendo:

“Rapaz, pára, nós já estamos saindo, nós já estamos saindo.”

Aí foi onde eu ouvi o parente Inaldo dizer assim:

“Vem pra cá, corre pra cá”.

Aí, no momento que eu corri pra lá, eu arrodiei e corri pra onde Inaldo... aí tio Zé já ficou só. Aí eu saí por debaixo do pé de planta. Aí eu saí... que lá era cercada a casa, né? Tinha uma porteira e na hora que eu passei a porteira pra dentro do cercado eu virei as costas. Eles estavam vindo de frente pra mim e eu indo de costas pra porteira pra mim sair pra fora. Depois que eu virei as costas pra eles que eu consegui sair na porteira, eu olhei os parentes já tinham corrido.

Eles já estavam correndo já pro lado de umas taboadeiras que tinha. Aí eu fiquei bem perto da porteira. E foi exatamente onde eu vi tio Aldeli, que já estava caído no chão. O Zé Canário que já estava caído no chão. E eu mantive a mão levantada assim, e dizendo:

“Parem com isso, parem com isso”.

E [foi] onde eu vi o M. que não tem nada a ver. Não tem nada a ver entre aspas assim, na história. Na briga, não era com ele, mas porque que ele estava ali? Porque ele estava embriagado, porque deram uma arma pra ele. E porque ele é parente do J., da L. Ali são vizinhos. Então, com certeza eles deram alguma coisa pra ele, pra ele estar ali também. Onde eu falei pra ele. Eu lembro bem que eu disse assim:

“M., até tu tá fazendo isso?”

Aí ele só fez assim com a mão assim pra mim [gesto que significa “não sei”, abrindo as duas mãos]. Só isso, e começou a atirar na direção do povo. E começaram a atirar.

Aí eu olhei assim pro chão e eu vi já Aldeli já caído no chão. E eu:

“Rapaz, parem com isso, parem com isso”.

Aí o R. se aproximou de mim, ele e o irmão que estavam armado, o R. e o irmão dele, Z., que estavam todos os dois com revólver na mão. Aí ele pegou na minha mão e levantou e disse assim:

“Olha, dessa vez a gente vai te poupar, mas da próxima vez tu não escapa”.

Eu disse:

“Tá bom, tá bom”.

E esse exato moreno do começo que cortou a corda da porteira chegou com a faca de cabo preto, uma faca grande de duas boca, frente e costa a boca dela e exatamente cortou Aldeli. E o outro rapaz lá que eu não conheço também assim, não conheço por nome, cortou Zé Canário (trecho de entrevista, 30 de março de 2019).

Alguém:

Como chama mesmo o [que cortou] de Aldeli?

Laércio:

Eu não conheço ele, o nome. Eu só sei que ele é daquela região. E se eu visse ele eu reconhecia ele. [...] Nunca mais vi eles e nunca tinha visto ele antes. [...] O Aldeli já estava caído no chão e ele cortou ele. Ele chegou cortando ele. E eu dizendo todo o tempo:

“Pára, pára”.

Aí o Zé Canário também já estava no chão. E o outro já tinha cortado também que eu não sei o nome dele. Mas até eu tava contando pra papai que eu tinha olhado o que cortou o Canário andando lá no Santeiro, acho que ele é do povoado Bahia. [...]. Quando ele tava lá no Santeiro ele andava e olhava pra trás. E aí eu reconheci ele, eu lembrei dele, que eu vi ele lá com uma faca na mão também.

E aí, eu corri de lá, mas correndo e me jogando dentro do capim. Que lá o capim não tava tão grande. Correndo e me jogando no chão. Aí eu só via as parentes dizendo assim:

“Acertaram ele, acertaram Laércio”.

Mas não era que eles estavam me acertando, mas é que eu corria e caía, até que eu consegui chegar até no arame. Aí no arame que eu encontrei os parentes já tudo desesperado, aí onde foi a esposa do Zé Canário me perguntou se eu tinha olhado ele e eu disse que eu tinha olhado ele, eu disse pra ela que eu tinha olhado ele e ela me perguntou:

“E eles mataram ele?”

Naquele momento eu vi ele e Aldeli morto. Na imagem que eu vi, eles já estavam morto pra mim ali. Aí eu dizia pra ela:

“Mataram, mataram ele e Aldeli. Eles mataram eles dois”.

Eu vim e parece que eu vim assim andando com os pés no chão, parece que alguma coisa me trazia. Até então, que eu passei no arame e eu nem vi a hora que eu passei no arame. Só quando eu me dei conta eu já estava do outro lado. Aí eu vi ela chorando muito. Eu vinha todo o tempo sem dizer nada, só o que eu consegui dizer pra ela naquele momento foi que eles tinham matado eles dois. E pronto, ali eu não falei mais nada. Todo o tempo com aquele negócio dentro de mim assim sem poder falar, só pensando naquilo que eu vi. Na imagem que eu vi.

Aí a gente foi... eu fui pra casa da mãe da minha mulher, onde eu cheguei e disse pra eles o que tinha acontecido, que eles tinham matado eles. E aí eu sem saber notícia dos outros e fiquei lá. Fiquei lá, minha vontade era vim embora pra casa pra mim saber de papai. Porque lá no momento, num momento eu ouvi eles diziam... lá onde aconteceu o massacre, eles diziam assim:

“Nós vamos matar o resto que está na retomada, tá lá na Pirai”.

(trecho de entrevista, 30 de março de 2019).

Aldeli:

Eu mesmo antes eu vinha sonhando e vendo aquele movimento. E sempre eu falava pra meu parente, pra Antônio, que eu tive um sonho muito forte de que nós estava num... os outros parentes pode não ter certeza, eu sempre tive. Porque eu tenho certeza que hoje pra nós estar onde nós estamos... hoje aonde nós ganhamos reconhecimento além do nosso território, tinha de ser derramado sangue na terra. E esse sangue era o meu. Como aconteceu no da 30. Isso eu não tenho dúvida, de que foi a maior verdade que depois que o sangue derramou na terra, Deus lavou. Deu uma chuva pra lavar o sangue que foi derramado na terra. Eu não tinha dúvida. O último sonho que eu tive tava com 15 dias antes de acontecer... tava com uns 15 dias antes de

acontecer. Eu tive um sonho que nós tinha sido atacado e aonde nós estava em um açude, ele feito uma que nem aqui... uma parede do lado e do outro, o açude no meio e uma laje em cima. E uma porta grande bem no meio, que quando nós fomos atacados nós corremos todos pra dentro e lá escureceu, ninguém viu nós. Eu não tinha dúvida não. [...]

Eu peguei um tiro nas costas, foi cortado o braço, a perna. Uma cirurgia na boca e a cabeça. Espancamento eu não tive quantia. Essa pessoa que me baleou foi esse senhor Z. C., o outro foi o vaqueiro de um fazendeiro que chamam de M. e mora lá no Santeiro também. [...] Depois que esse Z. C me baleou que eu cai, ele com um senhor de N. da Santa Helena 1 [povoado] chegaram e me cortaram e saíram cortando mais alguém. [...] Eles não falavam nada, eles só diziam que esse aqui não tinha jeito:

‘Esse aqui ele tá morto.’ [...]

O Zé Canário quando ele chegou bem pertinho de mim, ele já estava cortado, a perna e braço. Ele só chegou e se jogou assim, bem pertinho de mim. Eu não sei como ele veio. Eu sei que ele chegou e caiu pertinho de mim [...] perguntando se eu ainda dava conta de correr. Eu disse pra ele que não, que eles tinham cortado meus braços, minha perna, minha cabeça e eu achava que eu tava baleado na boca, que eu não tinha certeza. Pra mim eu passei a língua nos dentes e pensei que tivesse sido bala. [...] Os dentes quebrados dentro da boca, né, e eu pensava que era bala. Aí eu disse pra ele. E ele disse:

‘Ó, então ele [eu] vai correr.’

Quando ele falou em correr... [...] quando ele foi falando isso, veio aparecendo uma pessoa. Ele disse assim pra mim:

‘Te cala que vem uma pessoa bem aí e vai terminar de matar nós.’

Aí eu também fiquei calado. [...] Aí quando ele saiu, ele foi tentar levantar, ele caiu. Aí tornou a fazer o esforço de levantar e caiu de novo. Aí chegou um indígena chamado de Jibóia e botou ele nas costas e saiu correndo muito. [...] Dessa hora eu pensei que eles iam terminar de me matar, mesmo porque a borduna tava perto e eu pensei que eles pudessem pegar ela e terminar de me matar. Aí, quando eles saíram eu consegui... me aproximei mais de 15 metros da onde eu fui atirado e que o capim tava mais alto. Que eles não me olhavam, porque eles estavam procurando quem tinha sido os mortos. E foi que chegaram no local que me atiraram e eu não estava. [...] Os meus braços... esse braço aqui [esquerdo] ele desceu pra cá, arriou pra cá. Este aqui também [direito]. Aí eu tentei sair com os dois cotovelos e o joelho que estava bom. Aí foi que eu saí de lá, porque não tinha outro jeito. Porque se eu fosse tentar me arrastar de bucho ou de costas, podia que pegasse alguma coisa e arrebetasse [os braços]. [...]

Pela parte da noite, umas 7h apareceu um senhor de Z., que é o Z. M. acompanhado com uns três policial e um rapaz chamado de Jorge lá do povoado do São Pedro e aí, eles dizendo que tava morto. Que tinha um morto lá. [...] O Z. falou:

“Esse aqui tá morto”.

Aí foi que os policiais falaram. Disseram assim:

‘Tu sabe porque tu tá passando isso?’

Eu disse:

‘Não doutor eu não quero saber o que eu tô passando, eu quero lhe perguntar se você tem como me socorrer.’

Ele disse:

‘Olha eu vou tentar. Se a viatura entrar aqui eu tenho como te socorrer, mas se o carro não entrar eu não tenho nenhum jeito pra dar.’

E aí foi que esse Z. falou:

‘Olha, se eu tivesse te encontrado longe da polícia eu tinha te tocado fogo’.

(trecho de entrevista, 4 de abril de 2019).

Alguém:

E ele voltou pra te socorrer, esse policial?

Aldeli:

Não, eles retornaram pra lá e não voltaram. Quando retornou foi o F., O F. R. que foi um vereador lá do povoado do Bahias. Ele disse assim:

‘Esse aqui eu conheço.’

O F. a gente se conhecia muito. O R. do Santeiro que é o filho da D. D. também chegou nesse momento lá. E disse assim:

‘Esse aqui eu conheço. Nós vamos te socorrer.’

O F. saiu e disse assim:

‘Olha, eu vou buscar o carro pra cá. Vou botar o carro pra cá e vamos levar ele pra Viana que ele não vai morrer.’ [...].

Levaram pro hospital da cidade de Viana. [...]. Quando eu cheguei lá, eles perguntaram se eu tava bêbado. Aí eu disse que não, que eu não tinha consumido nada. De lá eu fui transferido pra São Luís. [...] (trecho de entrevista, 30 de março de 2019).

Zé Canário:

Eu não tive tempo de sair. Só tive que ficar, não teve jeito. Muito tiro e eu fiquei com medo de sair na frente.... Eu tentei me abaixar atrás de um tucumeiro, pensei que:

‘Ninguém vai me ver aqui.’

E quando eu me virei foi só o golpe, quando eu virei o caboclo já tinha me cortado aqui. Aí cortou aqui. Na hora que eu virei eu levei o braço que ele botou o ferro pra torar meu pescoço, aí eu levei o braço, esse outro braço aqui. E nessa hora eu não dei mais conta, eu sai pulando, pulando, e ele botando ferro em mim direto e aí eu me atrapalhei e ele cortou logo aqui e eu cai nessa hora e eu fiquei lá caído e nessa hora eu não vi mais nada mais.... Quando me espantei já tava em São Luís já.

Mas foi um momento difícil, não gosto muito de lembrar não... uma coisa dessas só Deus e os Encantados.... Naquele momento ali só Deus mesmo.

(trecho de entrevista, 27 de setembro de 2018).

Antônio:

O Z. F. é que forneceu a gasolina pra queimar as pessoas que fossem morrendo.

(trecho de entrevista, 03 de abril de 2019).

Alguém:

Você ouviu eles falar isso?

Antônio:

É, [estavam] falando.

‘Olha, os que ir morrendo é pra tocar fogo. Os que ir morrendo é pra tocar fogo, a gasolina está aqui e é pra matar Inaldo. É pra matar é o Inaldo. O índão, o índião que é pra matar.’ (trecho de entrevista, 03 de abril de 2019).

Alguém:

Quem mais tava lá? M. tava lá?

Oscar:

Tava.

Querlinho:

No Inaldo eu vi. Era M. M. também atirou e atirou no Zé Canário. M.

Jaldo:

Filho de V.

Zé André:

E o outro rapaz que saiu comentando lá na Santa Helena foi N. Z. que cortou pior que carne de porco.

Alguém:

N. Z.?

Zé André:

Ele foi contar em casa de M. B., do velho, M. B.

Alguém:

Onde ele mora?

Zé André:

N.Z mora nas Claras. Ele morava pros lados de Penalva. Ele matou um rapaz em Penalva e veio pra casa do pai dele, aí nas Claras. [...] No dia do massacre ele saiu correndo, foi embora com o facão na mão todo atolado de sangue. Chegou lá em casa de M. A, primo da minha mulher que mora na Santa Helena. Ele disse:

‘Rapaz, M. A, cortei índio hoje, dois índios, pior do que carne de porco inda agora.’ [...] (trecho de entrevista, 14 de março de 2019).

5 A MENTIRA

Conforme o Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil de 2017 (CIMI, 2018b), elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²³, 22 Akroá-Gamella ficaram feridos no ataque de 30 de abril de 2017. Dentre esses, dois tiveram as mãos decepadas a golpes de facão, Aldeli e Zé Canário. Entre os contra, dois homens também ficaram feridos. Em 1º de maio de 2017, um dia depois do ocorrido, o governador do estado do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), publicou no Twitter, às 12h39, que “O governo do Estado não é responsável por conflitos envolvendo supostas terras indígenas”.

Imagem 6 – Twitter do governador Flávio Dino sobre “supostas terras indígenas”



Fonte: reprodução do Twitter do governador Flávio Dino

Já o Ministério da Justiça (MJ) à época sob responsabilidade de Osmar Serraglio (filhado ao MDB, hoje está no PP) lançou duas notas nesse mesmo dia. A primeira ficou no ar durante algumas horas, mas foi substituída pela segunda²⁴. A primeira afirmava que:

²³ O CIMI lança anualmente um relatório da violência impetrada contra os povos indígenas no Brasil. Os números apontam assassinatos, suicídios, mortalidade na infância, violência contra a pessoa, patrimônio e por omissão do poder público. Esses números são contabilizados a partir da soma dos dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), do Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGESI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e do banco de dados do próprio CIMI. Muitos indígenas em contexto de conflito não se dispõem a fazer corpo de delito ou tratarem-se nos hospitais por medo e, portanto, não entram na contabilidade oficial, por isso os números levantados pelos missionários e funcionários do CIMI são importantes.

²⁴ Ambas as notas estão disponíveis na reportagem do G1. LIS, L. Ministério muda versão de nota oficial sobre ataque a índios no Maranhão. G1, 1º de maio de 2017. Disponível em:

O Ministério da Justiça e Segurança Pública está averiguando o ocorrido **envolvendo pequenos agricultores e supostos indígenas** no povoado de Bahias, no Maranhão. Por determinação do ministro Osmar Serraglio, a Polícia Federal já enviou uma equipe para o local para evitar mais conflitos e ofereceu apoio a Secretaria de Segurança Pública que, por sua vez, já instalou inquérito para investigar o caso (Nota Ministério da Justiça, Brasília, 1º de maio 2017, grifo meu).

A segunda afirmava que:

O Ministério da Justiça e Segurança Pública está averiguando o **conflito agrário** no povoado de Bahias, no Maranhão. Por determinação do ministro Osmar Serraglio, a Polícia Federal já enviou uma equipe para o local para evitar mais conflitos e ofereceu apoio a Secretaria de Segurança Pública que, por sua vez, já instalou inquérito para investigar o caso. (Nota Ministério da Justiça, Brasília, 1º de maio 2017, grifo meu).

Como se pode ver, o governador disse que as terras reivindicadas pelos Akroá-Gamella eram “supostas terras indígenas” e o Ministério da Justiça, na primeira nota, disse que os Akroá-Gamella eram “supostos indígenas”. Mesmo que tenha sido retirada do ar a primeira nota, justamente para subtrair o termo “supostos”, em ambos os comunicados, o MJ se esquivava em afirmar que os Akroá-Gamella são indígenas. Esse discurso se alinha ao que dizem os contra a respeito dos Akroá-Gamella, tal como vimos nos capítulos anteriores. Na esteira dessas primeiras declarações oficiais que colocaram em dúvida a identidade e o território Akroá-Gamella nos dias subsequentes ao massacre, uma parcela da imprensa, órgão do governo do estado²⁵ e políticos maranhenses, ou não, reproduziram a ideia dizendo a mesma coisa de modos ²⁶diversos.

Como (e porquê) que o Estado, em menos de 24 horas após o ataque, tinha uma ideia formada a respeito da identidade do povo e da tradicionalidade da terra? Por que há uma diferença de tratamento destinado aos Akroá-Gamella de um lado e aos contra de outro?

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/ministerio-muda-versao-de-nota-oficial-sobre-ataque-a-indios-no-maranhao.ghtml>> Acessada em: 07/05/2019.

²⁵ No dia 1 de maio de 2017 o governo do estado lançou uma nota intitulada Nota oficial sobre a violência ocorrida em Viana, no primeiro tópico da nota identifica o povo Akroá-Gamella como “um grupo que reivindica reconhecimento como povo Gamela”. A nota na íntegra está disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/noticias/nota-oficial-sobre-a-violencia-ocorrida-em-viana>> Acessada em: 12/06/2019

²⁶ “empecinadamente ignorada por el colonizador, no incorporable em su perspectiva, intolerable, esa otra historia, la historia del Pueblo indio, da cuenta de la resistencia, de la continuidad y del cambio a partir de los propios grupos colonizados” (BATALLA, 1981, p. 24)

Como mencionei no capítulo anterior, os documentos históricos, tais como os Akroá-Gamella têm, são raros em posse de povos indígenas. Esses documentos quase não existem na historiografia oficial porque a história de resistência e luta dos povos indígenas, que Bonfil Batalla (1981) chamou de a outra história foi

obstinadamente ignorada pelo colonizador, não incorporável em sua perspectiva, intolerável, essa outra história, a história do Povo indígena, dá conta da resistência da continuidade e da mudança a partir dos próprios grupos colonizados (BATALLA, 1981, p. 24, tradução minha).

É por isso que a descoberta e preservação desses documentos, que dão informações, às vezes só pistas (ALARCON, 2013), sobre a presença indígena são fundamentais para romper o silêncio historiográfico (OLIVEIRA FILHO, 1988) que recai principalmente sobre as etnias do Nordeste brasileiro que, por décadas, foram ignoradas pela etnologia brasileira e consideradas extintas pelo Estado.

No caso dos Akroá-Gamella, a existência desses documentos, poderia também ter preservado o povo da violência física e simbólica (ESPINOSA, 2007) que se acentuou desde a autodeclaração pública em 2014. Os documentos históricos e cartoriais já publicados na pesquisa de Paula Andrade (2008), e também mencionados, expostos e protocolados pelos Akroá-Gamella nos órgãos de Estado e nas cortes internacionais de direitos humanos²⁷, comprovam a permanência tradicional, a posse, a grilagem e o renitente esbulho do território. Mas apesar dos documentos o Estado desqualifica a demanda indígena de demarcação do seu território, acionando e legitimando o que Brustolin (2015) identificou como: “o processo de desqualificação opera a partir de dispositivos de segurança que têm na incitação do medo e do perigo na sua centralidade” (BRUSTOLIN, 2015, p. 31). No caso dos Akroá-Gamella, o Estado aciona e legitima, além da incitação ao medo e ao perigo, a mentira e o racismo.

Os dispositivos de segurança suspendem ou dificultam o acesso aos direitos constituídos por essas populações – indígenas, tradicionais e/ou as chamadas minorias. Isso porque o acesso a esses direitos afeta o interesse de grupos de poder com os quais as instituições do Estado estão

²⁷Em novembro de 2017, os Akroá-Gamella estiveram em Brasília com James Carvalho, comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA.

CAVALLI, G. Indígenas denunciam a comissão da OEA crescente violência contra suas comunidades e exigem do Governo andamento nas demarcações. CIMI, 13 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2017/11/indigenas-denunciam-a-comissao-da-oea-crescente-violencia-contra-suas-comunidades-e-exigem-do-governo-andamento-nas-demarcacoes/>> Acessada em: 10/08/2019. E em outubro de 2017 os Akroá-Gamella estiveram em Montevideo, no Uruguai, participando do 165º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao lado de representantes da Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF), Associação Juizes para a Democracia (AJD) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

RIBEIRO, A. C. Violência contra indígenas no Brasil é tema de audiência pública na CIDH. Agência Ecumênica de Comunicação, 23 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://alc-noticias.net/bp/2017/10/23/violencia-contra-indigenas-no-brasil-e-tema-de-audiencia-publica-na-cidh/>>. Acessado em 10/08/2019.

diretamente ou indiretamente atreladas. Como mencionei na introdução, figuram entre os contra alguns políticos, empresários, donos de meios de comunicação, líderes religiosos, entre outros. Entretanto, não é raro, que uma mesma pessoa aglutine várias dessas posições, isto é, que um político seja também empresário, e sendo assim, manifeste interesses que migram do público para o privado e vice-versa. Não é meu intuito adentrar na descrição minuciosa dos atores sociais que compõem os contra, mas parece conveniente mencionar um bom exemplo do trânsito entre os interesses público e privado impresso em um desses atores.

É o caso de um ex vice-prefeito de Viana que é proprietário e diretor da rádio Maracu. Ele é também um pretenso proprietário de uma das fazendas retomadas pelos Akroá-Gamella em 2015. Na sua rádio, um dia antes do ataque do dia 30 de abril, seis convidados e o radialista debateram, ao vivo, em um programa a questão relativa às retomadas de terra que os Akroá-Gamella estavam empreendendo. Dentre os convidados para o debate estava o seu próprio advogado e um deputado federal. Nessa situação todos eles reiteraram o convite para a Manifestação pela Paz, que aconteceria no dia seguinte, poucas horas antes do ataque.

A mistura entre o público e o privado não é nenhuma raridade no panorama político brasileiro. Viana e o entorno não seria exceção, ao contrário, ela reflete de modo fiel o cenário nacional. Kum'tum afirma que:

Nessa esfera minúscula daqui estão presentes os três B da esfera nacional, a bala, [...], o boi e a bíblia. Então, ligar essa questão do político, da relação que tem com a religião, aí tu liga um outro lugar de formação de pensamento que é a igreja, extremamente fundamentalista. Aí tu tem dois elementos que juntados, pode tacar fogo no mundo, né? (trecho de entrevista, 5 de maio de 2017).

Não é difícil ater-se para o fato de que a insegurança jurídica na qual o território e, consequentemente o povo estão colocados, mesmo com leis que os respaldem, e com uma série de documentos em mãos, atende às necessidades de grupos de poder hegemônico que se veem representados nas palavras enunciadas pelo governador do estado e pelo ministro (mas não só por eles, como veremos depois), quando o mundo inteiro estava olhando para o ocorrido, haja vista a quantidade de reportagens nacionais e internacionais sobre o ataque.

Etimologicamente a palavra “suposto” significa “posto de baixo” ou “que está abaixo”. Ao sugerir que os Akroá-Gamella tem algo “posto de baixo”, o Estado incita a dúvida, apontando para uma pretensa mentira que os indígenas estariam contando. Por outro lado, para que se elaborasse o raciocínio de que o território Akroá-Gamella é um “suposto território indígena”, o governador teve que omitir as provas documentais que os Akroá-Gamella possuem e, ao mesmo tempo, teve que se valer das (pretensas) provas documentais dos (pretensos) proprietários que reclamam aquelas mesmas terras para si. Sendo assim, as afirmações de que

os Akroá-Gamella são “supostos indígenas” e que seu território representa “supostas terras indígenas” não são neutras, elas são, ao contrário, uma mentira utilitária (ARENDT, 1989) que se vale de tratamentos distintos. Enquanto uns são tratados como donos legítimos, os outros são colocados no limbo da dúvida. O efeito das declarações oficiais para a opinião pública, isto é, para as massas (ARENDT, 1989) já cumpriu o seu propósito de insinuar. Para Arendt (1989), as massas

Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte (ARENDT, p. 401).

Conforme a autora (ARENDT, 1989), a mentira utilitária serve para abrir caminhos para as doutrinas ideológicas. Doutrinas essas das quais os governos, sejam de direita ou de esquerda compartilham. É claro que os programas de governo da esquerda, centro-esquerda e da ultradireita em ascensão no Brasil são bem distintos, mas dadas as proporções e as diferenças evidentes, todos estão abrindo concessões ao que Robinson (2018) intitulou como a ditadura da classe capitalista transnacional. O Maranhão, que foi governado durante quase 50 anos pela família Sarney está há dois mandatos sendo governado por Flávio Dino do PCdoB e tem alcançado um melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entretanto, no que diz respeito às concessões ao capital estrangeiro um caso icônico mostra convergência política entre o clã Sarney e Flávio Dino. Trata-se da construção de um porto privado com financiamento da China sobre uma comunidade de pescadores que compõe a Reserva Extrativista do Tauá-Mirim. Em vias de ser oficializada, a RESEX foi boicotada pelo governo do Maranhão e por Sarney Filho, à época ministro do meio ambiente, para dar passagem ao empreendimento. Em 2016, Sarney Filho afirmara ser contrário a criação da RESEX, pois ela poderia podar o desenvolvimento do estado. “Pelo que eu estou vendo, o governo do estado é contra, a prefeitura é contra, senadores são contra. Já determinei estudos, mas nesse caso temos que ouvir tudo. Em momentos de crise como essa não podemos podar o crescimento do Maranhão”, dissera ele em fala publicada no próprio site, mas que depois da má repercussão, saiu do ar²⁸.

Acredito que não seja necessário utilizar de eufemismo para tratar da mentira enquanto dispositivo de Estado, pois o fascismo do século XXI (ROBINSON, 2018) em ascensão no

²⁸ O site de jornalismo Amazônia Real, entretanto, transcreveu a fala do ministro em uma reportagem sobre o caso. MENDES, A. Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho se declara contra a criação da Resex Tauá-Mirim. Amazônia Real, 29 de julho de 2016. Disponível em <<https://amazoniareal.com.br/ministro-do-meio-ambiente-sarney-filho-se-declara-contra-a-criacao-da-resex-taua-mirim/>> Acessado em 06/08/2019.

mundo está se utilizando da *fakenews* para dar passagem aos seus projetos. E as *fakenews* nada mais são que notícias mentirosas, ou falsas, difundidas através das redes sociais e aplicativos de mensagens para consolidar ideias de ultradireita de caráter xenofóbico, racista, fascista, etc. O presidente em exercício, Jair Bolsonaro (PSL), conforme reportagem publicada na revista Época, em 9 de agosto de 2018²⁹, contou com a ajuda do marqueteiro Steve Bannon, o mesmo estrategista de Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos da América (EUA), para formatar a sua propaganda eleitoral. Bannon, conforme reportagem do Le Monde Diplomatique³⁰, manipula eleições coletando dados de contas do *Facebook*. Ele é chefe da Cambridge Analytica, que compõe a Strategic Communication Laboratories, “que em seu site afirma promover ‘programas de mudança comportamental’ em países de todo o mundo, por meio de ‘operações psicológicas’ que visam uma ‘dominância informativa’”. A mentira, entretanto, não é uma tecnologia ou dispositivo novo, os Estados totalitários se utilizaram delas de modo exaustivo. “Uma mentira dita mil vezes se torna uma verdade” (IDEA, 2018), teria dito³¹ Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Adolf Hitler na Alemanha Nazista.

As vozes oficiais que insinuam que há uma mentira “posta de baixo” sobre a autodeclaração pública e das retomadas de terras Akroá-Gamella propulsiona o dispositivo do medo e do perigo (BRUSTOLIN, 2015) e incentiva a sua propagação, através de outras vozes. O advogado do ex vice-prefeito, que mencionei mais acima, no programa da rádio veiculado um dia antes do ataque, propagou o medo apontando o falso risco de que qualquer casa poderia ser ocupada pelos Akroá-Gamella, mais precisamente ele disse que um quarto vazio dentro de uma casa poderia ser motivo de uma “invasão”:

E o poder público tem que garantir porque a Constituição brasileira é clara no seu artigo 5º e no seu inciso 22, o direito de propriedade. E também a lei ainda faculta algo que eu acho extremamente importante, o defeso, a maneira que pessoa tem que reagir a uma invasão, por meios claros, moderado, então ninguém pode aceitar isso, você está na sua casa... então **nós estamos chegando ao ponto se você tem um apartamento, se a sua família é composta de quatro pessoas e seu apartamento tem três quartos e tem um vazio, então você tá sujeita a pessoa chegar e invadir o outro quarto que está vazio e dizer que é índio, que é quilombola**, que é não sei o que, não sei o que e você ficar inerte (trecho de entrevista concedida a Rádio Maracú, 29 de abril de 2017, grifo meu).

²⁹ BRESCIANI, E. Filho de Bolsonaro diz que marqueteiro de Trump vai ajudar seu pai. Época, 9 de agosto de 2018. Disponível em <<https://epoca.globo.com/filho-de-bolsonaro-diz-que-marqueteiro-de-trump-vai-ajudar-seu-pai-22963441>> Acessado em: 10/08/2019.

³⁰ Disponível em < <https://diplomatique.org.br/steve-bannon-e-as-eleicoes-fake/>> Acessado em 10/08/2019.

³¹ A frase é de “de autoria não comprovada, este provérbio há sete décadas é atribuído ao ideólogo do nazismo Joseph Goebbels (1897-1945), ministro da Propaganda de Adolph Hitler”. IDEA – Instituto de Estudos Avançados. ‘Fake news’ influenciam agenda. UNICAMP, 14 de setembro de 2018. Disponível em <<http://www.idea.unicamp.br/noticias/2018/11/12/crescimento-das-fake-news-influencia-agenda-publica-e-requer-acoas>> Acessado em 10/08/2019.

Nos relatos do capítulo anterior os Akroá-Gamella contam que, para estimular que as pessoas fossem participar da Manifestação pela Paz, essa mesma advertência foi dada: “quem não fosse ia perder suas casas”, relataram eles. A propagação do medo na forma desse alerta, isto é, o perigo de perder a casa, se vale da premissa de que a existência de uns interdita a existência de outros. Isto é, aos vizinhos dos Akroá-Gamella, é como se houvesse uma escolha a ser feita: “ou eu ou eles”. A mentira ecoada pelo Estado, além de atrasar (e/ou impedir) o acesso aos direitos constituídos também estimula a invenção de um inimigo comum, uma vez que esse inimigo comum foi consolidado, outro dispositivo é acionado, a morte. Mbembe (2016) afirma que o necropoder, isto é, o poder sobre a morte, pode assumir várias formas, tanto “o terror da morte real” como “uma forma mais ‘benevolente’, cujo resultado é a destruição de uma cultura para ‘salvar o povo’ de si mesmo” (2016, p. 149). O genocídio, o etnocídio e o terror da morte real são, então algumas das faces da morte. A primeira é a morte física, a segunda é a morte simbólica e a terceira é a convivência no mundo da morte (MBEMBE, 2016), no qual as pessoas assumem papéis de mortos-vivos.

Segundo esse mesmo autor

o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo (MBEMBE, 2016, p. 128).

Assim, o estado de exceção é um dos imperativos da soberania na modernidade. A soberania, nesse caso, transfere, através do incentivo à incitação ao medo e ao perigo, os seus inimigos internos (SPINOSA, 2007) às pessoas “que não tem um pedaço terra, porque o fazendeiro já cercou tudo”, como afirma Jaleco. Mbembe escreve que:

A percepção da **existência do outro como um atentado contra a minha vida**, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, **cujas a eliminação biofísica reforçaria o potencial para minhas vida e segurança**, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade (2016, p. 128/129, grifo meu)

O deputado federal, em entrevista à rádio Maracu, no programa já mencionado, que foi ao ar um dia antes do ataque, se referiu aos Akroá-Gamella como “pseudo indígenas”, somando coro às vozes que afirmavam que os Akroá-Gamella estariam forjando uma identidade para, então, obter vantagens sob o bem público e/ou a propriedade privada. Além disso, o deputado alertou para o fato de que uma tragédia estaria por acontecer. Ele dissera então, na rádio:

E a minha preocupação, G., é que eu estou antecipando uma tragédia, se nada for feito nos iremos ter uma tragédia nessa região [...] Então estaremos aí amanhã, junto com a comunidade e a polícia federal [...]

as autoridades que estiverem presentes acho que é importante a presença do [...] promotor, juiz da região pra que a gente possa imediatamente tomar algumas providências e evitar com isso uma tragédia com a perda de vidas humanas (Trecho de entrevista concedida a Rádio Maracú, 29 de abril de 2017).

Novamente, no dia seguinte, em 30 de abril de 2017, na praça do povoado Santeiro, no palco montado para a Manifestação pela Paz, em um dos poucos registros disponíveis na internet³², é possível ver o mesmo deputado dizendo que, “Agora ninguém aqui tem sangue de barata, ninguém vai mais aceitar essa provocação”, reiterando a eminência de uma reação contrária às retomadas de terra. Arendt (1989) afirma que um dos efeitos da mentira propagada pelo Estado é que ela aparece também como “o hábito de anunciar as suas intenções políticas sob a forma de profecias” (ARENDT, 1989, p.398). Desse modo, em 29 de abril de 2017 o deputado federal foi o profeta do terror. E “assim que as vítimas são executadas, a ‘profecia’, transforma-se em um álibi retrospectivo: o que sucedeu foi apenas o que havia sido predito.” (ARENDT, 1989, p. 399).

5.1 A guerra

Os Akroá-Gamella rejeitam veementemente a palavra conflito para descrever a relação que eles têm com os contra, pois essa ideia sustenta a despersonificação dos atores responsáveis pela incitação à violência e pelos atos preparatórios que levaram ao ataque do dia 30 de abril de 2017. Mas, também porque a palavra ignora o passado histórico de silenciamento e censura no qual viveram até 2014. Dado o regime de exceção no qual se encontram, isto é, a privação do acesso aos direitos, é mais acertado falar que os Akroá-Gamella vivem em estado de guerra, na qual o Estado assume papel preponderante tanto por se isentar em investigar quem fez o quê no ataque do dia 30 de abril de 2017 quanto por não reaver as terra expropriadas através da grilagem e esbulho e, além disso, por ser ele mesmo um agente de violência contra o povo. Conforme Kum’tum a sustentação da ideia de conflito é a saída política ideal para o Estado, porque “falar em conflito é mais pra esconder do que pra revelar. Porque o conflito cabe numa escala de zero a mil. Pode ser uma guerra mundial ou uma briga por roubo de galinha” (anotações de caderno de campo, 14 de junho de 2019).

O inquérito aberto pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Maranhão, agora sob responsabilidade da Polícia Federal (PF), para investigar o ocorrido de 30 de abril, não colheu os depoimentos dos dois indígenas que tiveram os membros decepados no ataque. E

³² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=E7DoLBxGF_Y>. Acessado em: 11/05/2019.

outros indígenas, que já tiveram os depoimentos colhidos em 2017, contam que algumas das informações que eles pediram que fossem incluídas no depoimento foram categoricamente questionadas. Eles dizem também, que muitas perguntas foram direcionadas à autenticidade da identidade Akroá-Gamella, o que soou bastante estranho, pois eles haviam sofrido violência física e estavam recebendo um tratamento destoante. Huttuke conta que em depoimento à polícia em 2017 ele disse ao delegado que o deputado federal seria um dos responsáveis por incitar o ódio contra os AKroá-Gamella no dia 30 de abril. O delegado disse a Huttuke que não iria registrar o que estava sendo dito por ele porque o deputado poderia entrar com uma ação contra Huttuke. “Ele estava lá? Ele atirou?”, indagava o delegado (anotações de caderno de campo, 16 de dezembro de 2018). Conforme Diniz Santos (2018),

O inquérito, até o momento, está paralisado, com diligências não atendidas. Sequer foram incorporados aos autos os laudos de perícia dos indígenas feridos, sendo que os que foram atingidos de modo mais grave nunca foram ouvidos pela Polícia Federal (DINIZ SANTOS, 2018, p. 23).

Nesse sentido é importante reafirmar que mais uma vez o Estado está dando um tratamento diferenciado aos Akroá-Gamella. Até agora, a unilateralidade do inquérito policial, demonstrada pelo fato de não terem sido colhidos depoimentos dos principais feridos, aponta para a perpetuação da morte e da violência, bem como indica a criminalização da autodeclaração pública e das retomadas de terras, ambas previstas no nosso ordenamento jurídico. É por isso que neste trabalho sustento a ideia de que o Estado está em guerra contra os Akroá-Gamella e trata-os como inimigos internos (ESPINOSA, 2007).

Para Espinosa (2007), todo Estado-nação tem dois tipos de inimigos, os inimigos normais e os inimigos absolutos ou internos. Os primeiros são aqueles que não representam uma ameaça ao imaginário político do Estado. Os segundos, são os que desafiam o projeto nacional com as suas práticas de resistência. Nesse sentido, os indígenas, de modo geral, são desde a implementação das colônias nas américas, uma ameaça à ideia de identidade nacional. Eles são os inimigos internos por excelência. Porque os indígenas representam um impasse “[...] tanto as representações coloniais de ‘humanidade civilizada e cristianizada’, como as representações republicanas de uma ‘comunidade política moderna’” (ESPINOSA, 2007, p. 272, tradução minha)³³.

E, nesse sentido, os processos autônomos de demarcação, proteção do território e a resistência devem ser vistos como uma resposta aos dispositivos de segurança dos quais o

³³ “[...] tanto las representaciones coloniales de ‘humanidad civilizada y cristianizada’, como las representaciones republicanas de una ‘comunidad política moderna’” (ESPINOSA, 2007, p. 272).

Estado lança mão. Se, por um lado, o Estado, através desses dispositivos dificulta o acesso dos Akroá-Gamella aos seus direitos, por outro, os indígenas aprimoraram as tecnologias para responder aos mecanismos estatais na tentativa de pressionar o Estado a cumprir o que determina a Constituição. As respostas dos indígenas implicam em riscos para a sua segurança física, entretanto, no contexto em que vivem existem poucas opções realmente seguras. Pois, a degradação do território por parte dos contra implica na impossibilidade de reprodução cultural e física do povo, uma vez que ficam escassos os lugares pra plantar, morar, colher, caçar e cultuar suas divindades.

O artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, afirma que “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Esse prazo nunca foi cumprido, pois há interesses, econômicos na maioria das vezes, sobrepostos às Terras Indígenas. Cansados de esperar, então, pela conclusão ou pelo início do processo demarcatório e sabedores da morosidade do Estado, os indígenas passaram a fazer a própria demarcação, a chamada autodemarcação. Alguns povos, como os Munduruku no Pará, fizeram expedições de longa duração com o intuito de limpar os limites e marcar os pontos com aparelhos de Sistema de Posicionamento Global (GPS – em sua sigla no inglês) referentes a terra, para então, desenhar o próprio mapa. Eles utilizaram para isso, as mesmas diretrizes que a FUNAI e confeccionaram o mapa da Terra Indígena, para então cobrar do Estado que reconheça a terra enquanto tal. No caso dos Akroá-Gamella, seria impossível percorrer todo território dado o seu retalhamento atual e o perigo que tal ação implicaria. As retomadas dos Akroá-Gamella podem então ser interpretadas como a execução da desocupação da terra, uma das etapas previstas no processo demarcatório, que consiste em retirar as pessoas que se estabeleceram sob o território tradicionalmente ocupado. Tal ação, bem como a confecção do mapa dos Munduruku configuram-se em um importante mecanismo para pressionar o Estado para que cumpra o que está previsto em lei.

Já a autoproteção do território faz cumprir o que está previsto no caput do artigo 231 da Constituição, que afirma que cabe a União “proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, referindo-se as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Por isso, para fazer valer as regras de preservação ambiental dentro dos limites do território, às quais os próprios indígenas se submetem, tal como as proibições de queimar, derrubar árvores, caçar com cachorros, cercar e criar búfalo, entre outras, eles constituíram um grupo de guardiões, como já mencionei anteriormente, para vigiar as depredações, uma vez que as instituições do Estado não respondem às denúncias que eles fazem de degradação ambiental. A Constituição também

diz, no mesmo artigo, no inciso 2º, que “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Sendo assim, a expulsão dos invasores que estão depredando a terra também está prevista em lei.

Para finalizar esse tópico, proponho fazermos um exercício de tensionamento aqui, pois negar ou questionar o termo conflito não significa que as partes envolvidas não estejam efetivamente em disputa. E tampouco que a utilização teórica desse conceito, em trabalhos de pesquisa importantes, não problematize a desproporcionalidade dos lados nessa disputa. Entretanto, é preciso dar importância ao que os Akroá-Gamella apresentam como um esgotamento da palavra conflito, pois a crítica reflete a simplificação da situação que esse povo vive. Apropriada indevidamente pela mídia local, pelos vizinhos não-indígenas e pelas instituições governamentais, a palavra conflito (e seus sinônimos) ajuda a sustentar, pelo menos, dois argumentos que culminam na ideia de que os Akroá-Gamella estariam forjando a identidade indígena para facilitar o acesso à terra. O primeiro argumento afirma que a briga ocorre sobretudo por conta de uma discórdia sobre a posse da terra. O segundo argumento afirma que os dois lados lutam com igualdade de forças.

5.2 A “benevolência” e a matança

Roy Wagner (2010) afirma que é mais fácil reconhecer um artefato indígena que reconhecer um índio. Isto porque índios *de fato* não habitam o imaginário popular. Dócil, em harmonia com uma natureza e encarnando as qualidades fenotípicas de um tipo genérico, amigável e perfeito, o bom selvagem não só não existe como também é perigoso à sobrevivência física dos índios reais. Pois, a apropriação do índio literário pelas correntes políticas conservadoras e neoliberais, que pretendem permitir usos comerciais das terras e territórios onde essas populações vivem, tem os traços do que William I. Robinson (2012) denominou como fascismo do século XXI. Localizado na era da tecnologia e das notícias falsas, as *fakenews*, esse tipo de fascismo é “[...] animada por uma ideologia fanática, a supremacia racial/cultural, a xenofobia, e a nostalgia por um passado mítico idealizado” (ROBINSON, 2012, p. 19, tradução minha)³⁴. Com base em um passado mítico é que o direito originário, portanto, anterior à Constituição, dos povos indígenas no Brasil está sendo questionado.

³⁴ “[...] animada por una ideología fanática, la supremacía racial/cultural, la xenofobia, y la nostalgia por un idealizado pasado mítico” (ROBINSON, 2012, p.19).

Em 2016, composta basicamente por deputados da Frente Parlamentar Agropecuária, mais conhecida como bancada ruralista, foi implementada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os trabalhos de demarcação de terras indígenas realizados pela FUNAI e de titulação de quilombos feitos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Durante dois anos, essa comissão debateu, entre outras coisas, a “pureza” dos índios. Os Akroá-Gamella não constam nesse documento, até porque, à época, nem havia começado os estudos da FUNAI no seu território. Entretanto o relatório é uma peça relevante para o que estamos tratando aqui. Ele traz um *pot-pourri* de algumas ideias que sustentam a violência que recai sobre os povos indígenas em processo de recente autodeclaração pública. Ou melhor dito, a violência que recai sobre povos indígenas que estão retomando territórios tradicionais, tendo sido considerados extintos ou não. O fato de ter sido elaborado por membros da bancada ruralista não é menos importante, afinal, a bancada defende abertamente as demandas do agronegócio e dos proprietários de terra. E foram esses que, junto com políticos e membros da igreja pentecostal organizaram a Manifestação pela Paz, no dia do ataque aos Akroá-Gamella. Leal caracterizou a Manifestação pela Paz, que aconteceu no povoado de Santeiro e incitou a violência contra os indígenas, como um “movimento genocida pela paz” (2018, p. 11, tradução minha)³⁵. A fala do deputado, mencionada mais acima nesse texto, é um sinal de que a paz da Manifestação pela Paz é a paz que se apresenta tal qual Mmembe (2016) denominou, “[...] a face de uma ‘guerra sem fim’” (2016, p. 132).

Embora o Brasil seja signatário da Convenção 169, que prevê o direito a autodeclaração, de alguns anos pra cá, diversas identidades indígenas têm sido questionadas com base em critérios que vão na contramão dos estudos científicos antropológicos e das políticas indigenistas atuais. A pretensa medida da “pureza” dos indígenas se vale de indicadores, tal como o fenótipo, que se dá a partir da leitura do rosto, cor de pele e cabelo. No relatório elaborado pelos ruralistas, um pé de foto onde aparece um jovem Tupinambá descreve-o assim: “Rapaz no local da reunião que não parece ter traços indígenas, apesar do cocar e dos adereços” (BRASÍLIA, 2016, p. 258). Uma outra foto, na qual aparece uma fogueira em primeiro plano, uma casa de alvenaria e um poste de energia elétrica é legendada da seguinte maneira: “Bandeirinhas e fogueira, ainda fumegando, de festa junina na ‘aldeia’; construção de alvenaria ao fundo e poste de energia elétrica. Elementos da tradicionalidade indígena?” (Brasília, 2016, p. 204). O domínio da língua materna ou a utilização de acessórios considerados genuinamente indígenas também são medidas de indianeidade no relatório, “tão logo terminada a reunião,

³⁵ “Scenes of April: a genocidal movement for peace” (LEAL, 2018, p. 11).

retirou o enorme cocar da cabeça e o enrolou, guardando-o, deixando patente que o seu uso serve apenas para encenações” (BRASÍLIA, 2016, p. 100).

A perpetuação de ideias radicais nos dias de hoje, tal como essas dos ruralistas se sustenta em um contexto político de ascensão da ultradireita e de aprofundamento do neoliberalismo (ROBINSON, 2018). As eleições de 2014 já apontavam para o atual estado das coisas com a renovação dos congressistas para o quadriênio. “Instalou-se no Congresso brasileiro um projeto gerido por militares, fundamentalistas religiosos e ruralistas. A 55ª legislatura (2015 a 2019)³⁶ é a mais conservadora desde 1964” (CAVALLI, 2018, p. 13). Segundo um levantamento do CIMI, realizado em 2018, tramitam 33 proposições anti-indígenas na Câmara Federal e Senado (CONGRESSO ANTI-ÍNDIGENA, 2018). Dentre elas, 17 buscam alterar as etapas ou responsabilidades sobre o processo jurídico burocrático de demarcação de terras; e outras regem sobre autorização de arrendamentos em TI, impedimento de desapropriação e indenização para proprietários de terra sobreposta às TI. Willian Robinson (2018), afirma que a classe capitalista transnacional (CCT), grupo emergente de investidores, megaempresários, gestores públicos e privados, dirigentes de organismos multilaterais neoliberais, encontra suporte para a sua atuação na extrema direita em ascensão na América Latina. “A CCT busca intensificar violenta expansão mercantil na América Latina e apropriar-se de terras e recursos, com a confabulação da resurgente Direita e extrema-Direita latino-americana” (ROBINSON, 2018, s/página, tradução minha)³⁷, afirma o autor.

Nesse quadro político, a Amazônia e as Terras Indígenas são moeda de barganha para o capital estrangeiro e nacional. Pois elas representam reserva de minério, madeira, água e ar puro; são vistas como potenciais espaço para a expansão agropastoril, implementação de grandes empreendimentos, exploração madeireira e projetos de desenvolvimento sustentável, tais como a venda de carbonos e derivados de manejos florestais e extrativismo. Se antes, com os governos de esquerda, o sistema capitalista global se expandiu extensivamente, nos governos de índole autoritária o alcance é intensivo, afirma Robinson (2018).

[...] é uma expansão intensiva: um aprofundamento do neoliberalismo. Vem se convertendo em mercadoria os espaços que ainda ficavam fora da lógica do mercado, conforme a lógica da acumulação de capital – saúde, educação, água e outros serviços públicos, esferas da cultura, e desenfreada privatização do Estado (ROBINSON, 2018, s/página).

³⁶ Estamos agora na 56ª legislatura (2019 - 2022) em um quadro político ainda mais ameaçador.

³⁷ “La CCT busca intensificar violenta expansión mercantil en América Latina y apropiarse de tierras y recursos, con la confabulación de la resurgente Derecha y extrema-Derecha latino-americana” (ROBINSON, 2018, s/página).

Com esse interesse, o presidente da República em exercício, Jair Bolsonaro (PSL), tem buscado estreitar relações com alguns grupos de indígenas que estão abertos a negociar a exploração das suas terras. O presidente exalta principalmente a etnia Paresi, que vive no Mato Grosso. Essa etnia foi autorizada pelo MPF a realizar plantação mecanizada de soja a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre as partes. Entretanto, depois de identificadas algumas irregularidades, tal como a plantação de transgênicos e arrendamento de terras, os indígenas foram multados em quase 130 milhões pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em busca de interlocução com governos anteriores, os Paresi não lograram regularizar a sua situação. Entretanto, no governo atual estão sendo exaltados como protótipo do índio cidadão, que é o “[...] que quer trabalhar, que quer produzir e vai ajudar o Brasil, vai ajudar nossa economia, vai ajudar na balança comercial [...]”, sintetizou Bolsonaro ao vivo em uma rede social³⁸, no dia 17 de abril de 2019, em reunião com indígenas da etnia Paresi, Yanomami, Xucuru e Macuxi. Pierre Clastres (2014) chamou de negação positiva a atitude de inferiorização do outro seguido da tentativa de elevá-lo ao nível superior. “Suprime-se a indianidade do índio para fazer dele um cidadão brasileiro” (CLASTRES, 2014, p. 80), afirma o autor.

O sequestro da demanda dos Paresi, por parte do governo federal, para fazer vitrine à ideia de legalizar a exploração em todas as terras indígenas, tem vocação etnocida, pois pretende pasteurizar as diferenças entre os indígenas e os não-indígenas. Os agentes do etnocídio, ainda na perspectiva de Clastres (2014), admitem a diferença que existe entre ele e o outro, mas essa diferença é, sobretudo, uma má diferença que deve ser eliminada. “Foi o que eles vêm tentando fazer com a gente desde a década de [19]70. É apagar nosso jeito de viver, nosso povo, nossa história.”, afirmou Dilma Akroá-Gamella quando questionada sobre o que ela considera genocídio. A atitude etnocida se expressa através do que Mbembe (2016) chamou de “benevolência”. Uma benevolência entre aspas, pois consiste em negar o outro, impondo a mudança “até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto” (CLASTRES, 2014, p. 79).

O genocídio, por outro lado, trata-se da negação completa do outro visando a sua eliminação física, isto é, a morte. Dilma Akroá-Gamella afirma que:

No meu entendimento **genocídio é uma exterminação de um povo**, de um grupo de pessoas, **uma matança** em que você não distingue porque você não consegue botar o seu lado humano. Ver o outro como diferente. [...] Quando você não vê criança, não se sente na pele dos outros que são grávidas, que estão com uma luta ali só pela questão de

³⁸ Disponível em <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/965431323847896/>> Acessado em: 13/05/2019.

sobrevivência, de viver, de estar ali num lugar que pra nós é sagrado, pra nós é sagrado. Nosso jeito de viver, nosso de ser, nosso jeito de caçar, de preservar nosso local de vivência, de preservar a nossa história. Eu digo claramente que genocídio pra mim é isso (Trecho de entrevista, grifo meu. Dia 7 de abril de 2019, Território Akroá-Gamella).

O genocida não relativiza a diferença que há entre ele e o outro (CLASTRES, 2014). A eliminação física, a matança, portanto, é fruto da hierarquização das existências: uns mais humanos que os outros, uns mais merecedores de viver que os outros. O genocídio é sempre fruto do racismo (o contrário não é verdade). Nos relatos dos Akroá-Gamella é corriqueiro contarem que sempre foram vítimas de racismo (QUIJANO, 2011) nas relações entre eles e os não-indígenas. Entretanto desde a autodeclaração pública “a raiva aumentou”, diz Borges:

O nosso povo aqui sempre foi conhecido como índio. Na cidade de Viana a gente chegava e eles chamavam a gente de **caboclo, caboclo do mato**. Só que agora nesses últimos tempos, de 2012 pra cá, depois que a gente retomou novamente o caminho pra gente andar [...] eles [os contra] acharam que nós tinha ficado doido novamente, que doido nós já era há mais tempo. Só porque aí, doí neles, porque eles acharam que deviam... se guiavam só no documento de [19]50 pra cá, que tinha o inventário, com nome de determinadas pessoas e eles imaginavam que a gente não ia ter conhecimento com a Constituição, que tem o artigo que garante o direito do índio, e nem a documentação que passou pela Coroa Portuguesa, eles imaginavam que isso nunca mais ia ser visto no mundo. Quando eles souberam que isso acontece, a gente ter conhecimento disso aí, aí **a raiva aumentou** (Trecho de entrevista, grifo meu. Dia 7 de abril de 2019, Território Akroá-Gamella).

Antônio conta que quando era criança escutara uma conversa entre o avô, Antero Roxo, e um vendedor ambulante que sempre passava na aldeia Centro do Antero pra trocar jacaré e capivara seca por juçara. O avô tendo visto que a carne do vendedor estava rancenta, isto é, perto de estragar, disse que não queria.

E vovô disse:

‘Não, velho, eu só quero dois cofos de jacaré seco. Eu não quero essa capivara, já está rancenta.’

Aí ele disse:

‘Não, Teco, bota pra cá, de banda aqui que eu vou levar lá pro Taquaritiua, **lá aqueles índios comem tudo**’ (trecho de entrevista, 14 de março de 2019).

A retirada de humanidade das pessoas vítimas do genocídio é uma questão central, pois é a desumanização, e consequente animalização, que diferencia um assassinato genocida de um assassinato com outras motivações. “[...] cortei índio hoje, dois índios, pior do que carne de porco inda agora”, afirmara um dos contra, conforme o relato de Ademir.

5.3 A punição

Os cortes de facão feitos pelos contra no corpo de Aldeli e Zé Canário não foram em lugares aleatórios. Ao contrário, mãos e joelhos foram escolhidos para efetivar golpes punitivos contra os indígenas. Na Audiência Pública realizada na OAB Seccional Maranhão que aconteceu na cidade de São Luís, logo após o ataque, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, Rafael Silva, fez referência aos cortes como um método de esquartejamento:

[...] o mesmo método de esquartejamento tentado com relação ao Sr. José de Ribamar [Zé Canário], que teve a mão direita decepada, com cortes também por cima, e dois cortes de facão logo abaixo dos joelhos da perna direita e esquerda. Isso não é uma coincidência. Isso é um método muito bem lembrado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. É **um método utilizado na baixada para cortar e amputar animais que invadem roças** (trecho de Audiência Pública, 5 de maio de 2017, grifo meu).

Os Akroá-Gamella receberam dos contra o mesmo tratamento que os animais que atravessam o limite das cercas das fazendas para invadir a roça alheia e devorar as plantações. “A partir de que acaba tudo que tem ali pra comer, pra eles devorar, eles se mudam pra outra propriedade” (trecho de entrevista concedida a rádio Maracu, dia 29 de abril de 2017), dissera uma das pessoas que esteve na rádio Maracu, no dia do ataque, tal como já transcrevi no segundo capítulo, reiterando a ideia de que os indígenas agiram em uma espécie de efeito manada em busca de comida. Nesse sentido, o decepamento empreendido pelos contra cumpre a tarefa de emitir uma mensagem bem específica. “Sua função é manter diante dos olhos da vítima - e das pessoas ao seu redor - o espetáculo mórbido do seccionamento”, afirma Mbembe, (2016, p. 142).

Contradizendo o que Aldeli, já naquele momento hospitalizado, estava afirmando e a imagem estarrecidora dele decepado que circulava pela internet, o governador Flávio Dino (PCdoB) afirmara, sarcasticamente, no dia 1º de maio de 2017, às 14h08, através do Twitter: “Seguimos a procura pelas duas pessoas que teriam tido as mãos decepadas. Nossa prioridade desde a manhã é localizá-los”. E cerca de uma hora depois, às 15h49, na mesma rede social ele publicara que “Até agora não houve nenhuma vítima com a mão decepada. Continuamos procurando e cuidando dos 3 hospitalizados”.

Imagem 7 – Twitter do governador Flávio Dino sobre “a procura pelas duas pessoas que teriam tido as mãos decepadas”



Fonte: reprodução do Twitter do governador Flávio Dino

Imagem 8 – Twitter do governador Flávio Dino: “Até agora não houve nenhuma vítima com mãos decepadas”



Fonte: reprodução do Twitter do governador Flávio Dino

Na discussão que estou querendo levar a cabo aqui, as categorias médicas tornam-se insuficientes para apreender a dimensão simbólica registrada sobre os corpos Akroá-Gamella. A temática do decepamento transmuta-se e importa menos o grau de rompimento dos músculos para definir se foi ou não foi decepamento do que entender porque algumas (sub)alteridades

(TORRES, 2007) são passíveis a mutilação punitiva tal como animais. Além disso, querer decepar é o suficiente para considerar o decepamento como consumado. Assim como querer matar também é suficiente para que a morte tenha ocorrido. “Eles dizem que não morreu... Como que não morreu, se eles acharam os corpos estirados no chão? [...] Agora... explicação porque sobreviveram isso não é da conta de ninguém. Isso não diz respeito ao que eles acham lá fora. [Mas] que eles mataram, eles mataram”, dissera Kaw, no dia 30 de abril de 2018, um ano depois do ataque.

O decepamento foi pivô de uma guerra de narrativas, na qual, de um lado, o Estado negava completamente o decepamento e, de outro, os indígenas, a imprensa e as organizações indigenistas que estavam atuando junto aos Akroá-Gamella, tal como o CIMI e a Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, falavam em decepamento e tentativa de decepamento. Aldeli conta que no hospital onde esteve internado o assunto do decepamento era proibido:

[...] Lá no hospital eles não queriam nem que tratasse essa conversa. ... essa conversa de que foi decepado, não, não era pra comentar, que eles ficavam brabo... lá o pessoal do hospital, não era pra comentar isso. Na certa botaram dinheiro porque como é que a pessoa tá olhando uma coisa e ele não vai comentar? Se o mundo acompanhou, né? E eles ficar falando isso. ... Eles ficavam bravo assim dizendo: “Isso aí é mentira, rapaz. Onde que se cortasse, se esse homem fosse decepado o braço dele que ele ainda tinha vida?” [...] Foi decepado. Mas aí é como eu acabei de falar agora pouco, como a gente não tem o dinheiro tudo pode acontecer. [...] Pra eles que tem o dinheiro eles acham que só tinha decepado se os braços caíssem, apartasse, botasse o pedaço fora, com certeza era assim que eles pensavam, botassem fora pra eles não verem, pra eles acho que era assim. Eu acho porque todo mundo viu que caiu, né? (trecho de entrevista, 28 de janeiro de 2019).

Nos dias subsequentes, as alegações médicas dissimularam a falta de tangibilidade das negativas iniciais e acabaram predominando como um discurso coerente, afinal era pautado em um fato. “A cirurgia foi um sucesso. As equipes conseguiram reparar todas as estruturas que foram lesadas”, afirmou Newton Gripp, Diretor Técnico do Hospital Geral em entrevista para o canal de televisão SBT³⁹ no dia 10 de maio de 2017, comentando o processo cirúrgico de Aldeli que durou 6h. Entretanto, em entrevista ao G1 Maranhão⁴⁰, sete dias antes, portanto em

³⁹ Dois gamelas feridos em confronto são operados e permanecem internados. Maranhão: ma10, 10 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.ma10.com.br/2017/05/10/dois-gamelas-feridos-em-confronto-sao-operados-e-permanecem-internados/>> Acessada em: 18/05/2019.

⁴⁰ Força-tarefa investiga conflito entre índios e fazendeiros no Maranhão. Maranhão: G1, 3 de maio de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/forca-tarefa-investiga-conflito-entre-indios-e-fazendeiros-no-maranhao.ghtml>> Acessada em: 12/06/2019.

3 de maio de 2017, o mesmo funcionário explica com mais detalhes o que ele considera como não decepamento. A contradição é explícita.

Quando se fala em **decepar é você utilizar o facão e separar as partes da mão** e isso não aconteceu. Com o corte houve penetração e **cortou o osso**, mas a mão ficou presa por estruturas musculares e tendões, pois **o osso partiu**. Não rompeu arteria nenhuma e quando isso não acontece a mão permanece viva. Ele foi operado e está se recuperando bem, inclusive está recuperando os movimentos da mão (Força-tarefa investiga conflito entre índios e fazendeiros no Maranhão, 2017, grifo meu).

Em uma das reportagens, a jornalista afirma que dos dois que estavam internados no Hospital Geral, somente Aldeli ficaria com sequelas. Não foi o que aconteceu. O processo cirúrgico fez com que nenhum deles perdesse a mão, entretanto Zé Canário, dois anos depois, sente dor o tempo todo, pois a placa de ferro colocada para sustentar a mão direita é fria e pesada. O braço fica adormecido por conta do peso inerte e nos dias de inverno incomoda mais ainda por causa do frio. Se há chuva, pior, os raios são anunciados por choques. Nenhum dos dedos da mão de Zé Canário tem movimento, eles se mantêm enrijecidos o tempo todo, paralisados e frios. “A aparência e temperatura da mão direita de Canário são as mesmas da mão de um defunto: fria e estática. A pele não tem viço” (FELIPE, 2019). E, à noite, quando cai a temperatura, a companheira de Zé Canário, Lió, dá banho de água morna na placa de ferro, para amenizar a sua presença gelada. A noite de sono dos dois é interrompida para repetir esse procedimento pelo menos uma vez mais. E pela manhã, quando acorda, uma das filhas massageia a mão do pai, movimentando os dedos um a um para lhe tirar a dormência.

O Estado concedeu aposentadoria para Zé Canário. Mas Aldeli ainda está passando por perícias, embora traga na mão quase as mesmas sequelas que Zé Canário. A diferença é que dos seus cinco dedos, dois ou três se mexem. Mas, assim como Zé Canário, também não pode pescar, não pode caçar, não pode roçar. Felipe (2019), conta que,

Aldeli informa que recebeu um auxílio-doença de três meses no valor total de R\$ 3.470, mas, apesar de ter passado por duas perícias do INSS, até hoje o órgão não o considerou elegível para a aposentadoria. O órgão diz, por meio de sua assessoria, que o auxílio-doença foi encerrado em novembro de 2018 e que Aldeli não solicitou a prorrogação. “O INSS fica condicionando que o Aldeli volte várias vezes para São Luís [para ser periciado], como se fosse uma desconfiança sobre se realmente é o caso de aposentá-lo ou não. Isso é um rito que o médico está criando, porque não é necessário”, me disse Viviane Pedro, advogada do Conselho Indigenista Missionário do Maranhão, o CIMI. Pelas regras do INSS, cabe ao perito médico avaliar a incapacidade do segurado para o trabalho.

Os dois têm ainda outras lesões, ambos caminham mal por conta dos golpes desferidos nos joelhos e Aldeli carrega uma bala alojada no corpo, além de uma cicatriz na testa pelos golpes que levou, o que lhe causa dores de cabeça constantes. Por conta disso, absolutamente todos os afazeres são realizados com o auxílio das companheiras. Zé Canário, que era um exímio tocador de tambor, às vezes olha pra mão e questiona-se porque não apartaram a mão no momento da cirurgia. Por que conviver com tanta dor? Em conversa com ele e sua companheira, Lió, eles se perguntam “O que adiantou ter as mãos?”:

Lió: Será se não tem como tirar esse ferro?

Zé Canário: Essa dor é direto. Eu tô andando aqui com vocês, mas eu tô sentindo, todo o tempo eu tô sentindo. A mão todo o tempo pesada, a mão pesa demais. E esse ferro aqui, isso aqui é um ferro, pode garrar aqui, isso aqui é um ferro. Viu?

Lió: Mas eu acho assim, se o osso emendou, acho que tinha como tirar esse ferro. Acho que bastava analisar. Porque pra ficar olhando só assim por cima todas nós olha. [...] O que adiantou ter as mãos?

Zé Canário: Sem ter movimento nenhum.

Lió: Sem ter movimento. O que adiantou ter a mão se ele não pode pegar nem uma cuia pra levar a comida na boca, hein? Se ele sofre de dor dia e noite? **Só pra dizer que ele não perdeu a mão? Perdeu.** Ele não perdeu porque grudaram a mão de novo. Pra ele não perder a mão só se ele não tivesse perdido o movimento, porque ele não pode nem levar comida pra boca.

Zé Canário: [...] uma mão desse jeito aqui, que não fecha, todo o tempo durinha uma pessoa pra dizer que eu não perdi a minha mão só se for cego mesmo (trecho de entrevista, 27 de setembro de 2018, grifo meu).

Assustadoramente, as mãos de Aldeli e Zé Canário, conectadas ao braço, são as evidências necessárias pra confirmar a narrativa vencedora. Funcional ou não, a mão fixada ao corpo é a “prova” de que não houve decepamento. A narrativa do não-decepamento é importante porque confirma que o Estado está no comando das ações que ocorrem em seu território administrativo e que, sob seu comando, a “plutocracia local” (MBEMBE, 2011, p. 117) não cometeu tal ato bárbaro. Entretanto, como afirma Mbembe (2016), referindo-se à África, o Estado já não tem o monopólio da violência. O mesmo ocorre no Brasil:

Muitos Estados Africanos já não podem mais reivindicar o monopólio sobre violência e sobre os modos de coerção dentro de seu território. [...] A própria coerção tornou-se produto de mercado. A mão de obra militar é comprada e vendida em um mercado em que a identidade dos fornecedores e compradores não significa quase nada. Milícias urbanas, exércitos privados, **exércitos de senhores regionais**, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, **o direito de exercer violência ou matar** (MBEMBE, 2016, p. 139, grifo meu).

Se a violência não é mais exclusividade do Estado, entretanto, a resolução sobre quem (e como) deve viver e morrer é. A omissão policial em atender Aldeli no momento em que estava caído no chão revela mais uma faceta do padrão de violência simbólica (ESPINOSA,

2007) exercida pelo Estado em situações como essa. “Tu sabe por que tu tá passando isso?”, questionara o policial para Aldeli gravemente ferido, mas ainda consciente, à espera de ajuda.

Ao fazer vista grossa à formações de “exército de senhores regionais” (MBEMBE, 2016, 139), ao não dar prosseguimento ao inquérito policial⁴¹, ao negar socorro, ao mentir sobre a identidade (e território) indígena e ao utilizar o discurso médico como mediador de ideologia política o Estado convida os Akroá-Gamella a viver no mundo da morte (MBEMBE, 2016). O autor afirma que nos mundos da morte vivem “formas novas e únicas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes confere o *status* de ‘mortos vivos’” (MBEMBE, 2016, p.146). Mas não são só as mãos doloridas, inconvenientes, gélidas, metálicas, metade viva, metade morta, que traduzem o mundo dos mortos para onde os Akroá-Gamella foram levados pelo Estado. Em 30 de março de 2019, encontrei em São Luís, uma família inteira de Akroá-Gamella refugiada há quase dois meses na capital. Uma menina de 16 anos foi asilada na cidade pelo Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Maranhão (PEPDDH/MA)⁴² depois de ter sido surpreendida, quando voltava da casa, por dois homens encapuzados que lhe apontaram uma arma na cabeça. Os homens buscavam informações sobre uma liderança Akroá-Gamella, com a qual supunham que a menina tinha vínculos. No dia da ameaça, 30 de janeiro de 2019, eu estava no território Akroá-Gamella e dois dias depois do ocorrido ela, ainda muito abalada, me fez o seguinte relato.

Eu fui pro posto de saúde pra mim tomar remédio. Tomei, aí fui comprar comida, cheguei lá normal... aí vinha me embora, tava distraidinha quando chegaram de vez em mim e garraram na minha mão e começaram a perguntar por ele.

Eu disse, ‘eu não conheço moço’.

Ele falou ‘tu é uma mentirosa, tu conhece, tu tá pensando o quê? A gente já te viu saindo ali do posto’.

Eu disse, ‘não, não conheço ele’.

Ele disse ‘não, tu mora com o filho dele’.

Eu disse ‘não’.

Aí foi a hora que ele puxou a arma e apontou pra minha cabeça e começou a apertar a minha mão e disse que se eu não montasse na moto ele ia me matar. [...]

Aí eles continuaram perguntando, ‘cadê ele? Como ele é?’

Eu disse, ‘eu não conheço, moço’.

Aí ele disse ‘ou tu monta agora ou tu morre’.

Eu falei ‘eu vou gritar’.

Ele falou ‘se tu gritar eu vou te matar agora’.

⁴¹ Conforme Diniz Santos (2018, p. 23) “O inquérito, até o momento, está paralisado, com diligências não atendidas. Sequer foram incorporados aos autos os laudos de perícia dos indígenas feridos, sendo que os que foram atingidos de modo mais grave nunca foram ouvidos pela Polícia Federal.”

⁴² Desde do final de 2017 todo o povo Akroá-Gamella está inserido no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Maranhão, coordenado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e executado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). O programa atendeu ao pedido dos Gamella de proteger coletivamente o povo, por entender que todos os Akroá-Gamella autodeclarados publicamente, inclusive crianças e jovens, estão sob ameaça.

Foi por Deus que ele me soltou e foi embora
(trecho de entrevista, 1 fevereiro de 2019).

O dia 30 de abril de 2017 não foi, como se pode ver, um ato isolado ou uma ação que tenha sido estancada pelos mecanismos de proteção que o Estado ofereceu ao povo. Ao contrário, ao minimizar os efeitos do ataque, o Estado estimula a perpetuação da mentira e do racismo contra os Akroá-Gamella. Dispensando, assim, a necessidade de caracterizar a violência que eles sofreram como deveria ser, uma tentativa de genocídio. Conforme Espinosa (2007), essa atitude, entretanto, é coerente, pois o genocídio é intrínseco à lógica do poder soberano, pois é ele mesmo, o poder, que produz relações sociais racistas e excludentes para poder pôr em marcha a construção de “sonhos totalitários de harmonia coletiva”⁴³ (ESPINOSA, 2007, p. 272, tradução nossa).

⁴³ “sueños totalitarios de armonía colectiva” (ESPINOSA, 2007, p. 272).

6 O RACISMO

O racismo contra os Akroá-Gamella se acentuou desde a autodeclaração pública. Mas, logicamente, não surgiu nesse momento, nem no dia 30. Para entender como ele se mostrou a partir de 2014, precisamos fazer um pequeno recuo no tempo e apontar um elemento anterior à sua exacerbação. Que é a conotação negativa da denominação *caboco* ou descendentes dos índios (PAULA ANDRADE, 2008), a qual os Akroá-Gamella eram designados antes da autodeclaração pública, pelos não-indígenas com os quais mantinham relação de vizinhança e compadrio e também por eles próprios, como afirmara Paula Andrade (2008) na pesquisa que realizou com eles no final da década de 1990:

[...] convém destacar que as categorias de autodefinição utilizadas pelos informantes são *caboco* e *descendente dos índios* [...] Em alguns contextos, como se perceberá no decorrer da citação e dos depoimentos, os informantes se auto-referem, também, como *morador*, *lavrador*, *trabalhador*; sendo que a categoria *caboco* e *descendente dos índios* são essenciais para a autodefinição do grupo (2008, p. 39).

Vale lembrar que o trabalho de Paula Andrade (2008) responde à sua época. No final dos anos 1990, os Akroá-Gamella ainda não tinham feito o processo de autodeclaração pública, isto é, estavam “calados pra lei dos homens brancos”, vivendo o silenciamento e a censura. Além disso, a pesquisa da autora reproduz a ideia, ainda forte até a década de 1970 nos estudos científicos, de que a aculturação ou a extinção era o único destino possível aos povos indígenas. Ainda no ano de 1995, Darcy Ribeiro estava lançando o livro *O Povo Brasileiro* no qual desenha essa ideia de um modo bastante evidente. O autor acreditava que os índios iriam se tornar cada vez menos índios por causa do contato com a sociedade envolvente, mas por outro lado ele dizia também que a identificação com a etnia nunca morreria. E o mais importante, e muito acertadamente, o autor afirma que os indígenas sempre seriam vistos enquanto tal pela sociedade nacional:

Através desse convívio aculturativo, porém, os índios se tornam cada vez menos índios no plano cultural, acabando por ser quase idênticos aos brasileiros de sua região na língua que falam, nos modos de trabalhar, de divertir-se e até nas tradições que cultuam. Não obstante, permanecem identificando-se com sua etnia tribal e sendo assim identificados pelos representantes da sociedade nacional com quem mantêm contato (RIBEIRO, 1995, p. 133).

Oliveira (1988) aponta que “em um texto de grande difusão, Darcy Ribeiro é ainda mais incisivo. Utilizando-se de imagens fortes, fala em ‘resíduos da população indígena do nordeste’,

ou ainda em ‘magotes de índios desajustados’” (1988, p. 50). Para mudar esse cenário político-acadêmico contribuíram as conquistas que os povos indígenas galgaram com a promulgação da Constituição de 1988 e o fim da tutela⁴⁴, e, bem mais tarde, com a assinatura da Convenção 169, da OIT, que deram a segurança jurídica e política necessárias para que essas populações continuassem o processo de emergência étnica (ARRUTI, 1995). A ciência, então, refletindo esse movimento dos povos indígenas passou a abandonar o que Arruti (1995) denominou como cegueira acadêmica. A cegueira acadêmica, conforme o autor, reiterava a extinção compulsória, isto é, a extinção determinada pelo Estado, nos trabalhos de cunho científicos. Conforme o autor, “o olhar ‘científico’ dirigido sobre os índios do Nordeste [...] acompanhava o diagnóstico sobre a extinção desses grupos, reificando uma realidade produzida por decisões estatais” (ARRUTI, 1995, p. 61).

No caso dos Akroá-Gamella, a cegueira sustentou a ideia de que eles haviam sido extintos e que a partir da “mistura” (OLIVEIRA, 1998) só haviam restado os descendentes ou remanescentes. Sob essa ótica, a revisão do processo histórico que Paula Andrade (2008) fez sobre os Akroá-Gamella, que ela chama somente de Gamela, levou a autora a concluir que os indígenas haviam se acamponesado. Na análise que ela faz de um relato datado do século XIX, que conta que “os índios Gamella” (LAGO, 1820, p. 396) haviam resolvido uma briga com os não-indígenas se contentando em “levar machados e enchadas (sic)” (ibidem, p. 396), a autora afirma que:

Pode-se levantar a hipótese, a partir da análise desse relato que, por volta dos primeiros anos do século XIX, os Gamela já não pudessem prescindir dos instrumentos de trabalho do chamado civilizado. Recorde-se que a orientação do Diretório no sentido da obrigatoriedade de falar português e de assumir outros costumes dos colonizadores, além de, principalmente, serem incentivados a realizar casamentos mistos, conforme já referido anteriormente. Todos esses fatores estariam na base de um processo de acamponesamento (PAULA ANDRADE, 2008, p. 104).

Oliveira (1998) grafa o conceito de “mistura” entre aspas porque ele entende que a utilização histórica do termo, principalmente em documentos oficiais, não levou em consideração que a “mistura” foi efeito de situações interétnicas provocadas por políticas de Estado. Essas situações, conforme o autor, foram três. Primeiro a criação das missões, nas quais os índios chamados de mansos viviam misturados aos brancos. As missões combinavam aspectos assimilacionistas e preservacionistas, segundo o autor. A segunda “mistura” é a criação da lei dos Diretórios dos Índios, em 1757, que estimulou a criação de vilas nos antigos

⁴⁴ A tutela prevaleceu até a Constituição de 1988.

aldeamentos e o casamento interétnico. Vale a pena chamar atenção que a Terra dos Índios foi doada pela Coroa Portuguesa, conforme o translado da certidão de 1921 datado de 23 de março de 1987, já mostrado no segundo capítulo, no ano de 1759, ou seja, dois anos depois da criação dos diretórios. O terceiro momento de “mistura”, conforme Oliveira (1988) foi a homologação da lei de Terras de 1850, que inicia a regularização das propriedades rurais e declara extintos os antigos aldeamentos. “Essa foi a terceira ‘mistura’, a mais radical” (OLIVEIRA, 1988, p. 58, grifo do autor).

Sem deixar de levar em consideração a imensa contribuição histórica e documental que trouxe a pesquisa de Paula Andrade (2008), sendo o seu trabalho ainda hoje a única fonte robusta de informação sobre esse povo, gostaria de apresentar um trecho onde a pesquisadora está diante de inquietações sobre a identidade do povo. Para nomear essa população com a qual estava trabalhando, Paula Andrade (2008), como já mencionei, adotou as nomenclaturas caboco e descendente dos índios, mas a autora deixa evidente a dificuldade de lidar com essas categorias, pois se vê diante de pessoas genuinamente indígenas ou como ela diz “que jamais haviam abandonado os fundamentos de uma identidade étnica”. A autora afirma que:

Cheguei a interpretar as tentativas do que comumente se chama de "recuperação da identidade étnica" como uma espécie de "manipulação" do grupo, apenas em determinados momentos quando sua permanência na terra encontrava-se ameaçada. As representações sobre a ascendência indígena seriam acionadas somente em momentos de pressão externa. No decorrer da pesquisa, porém, pude perceber **que jamais haviam abandonado os fundamentos de uma identidade étnica** e que a autocategorização como descendentes dos índios não se constituía em simples artifício contingencial. Constatei que não procuravam "recuperar a identidade étnica" perdida no tempo, mas que **esta identidade fora mantida durante toda a sua história e que exatamente por isto, tinham se conservado enquanto grupo com o controle sobre o território** cedido aos seus ancestrais (PAULA ANDRADE, 1990, p. 128-129).

Sendo a ideia de “mistura” uma “expropriação simbólica e a parda de sinais diacríticos evidentes”, Arruti (1995, p.78) utiliza a metáfora da árvore como solução classificatória para pensar as questões identitárias dos povos que estão se autodeclarando publicamente ou, como ele diz, estão em emergência étnica. “Nesse caso, a metáfora da árvore é uma forma de pensar o tempo e seus efeitos” (ARRUTI, 1995, p. 78). Os troncos velhos das árvores são o passado, a “reserva de memória, de cultura e de religiosidade” (ARRUTI, 1995, p. 78) que organiza, informa e justifica o presente. As pontas de rama são os indígenas atuais, que estão distantes, mas estão ligados aos “seus antepassados, ‘índios puros’.[...]. A ponta de rama é a solução classificatória para o fenômeno de natureza identitária que eles chamam de ‘mistura’” (ARRUTI, 1995, p. 77). Os Akroá-Gamella atuais são, portanto, a ponta de rama e estão

vivendo o processo de retomada da sua identidade, que tem como ponto chave a negação das denominações generalizadoras anteriores, isto é, a identificação indiscriminada de populações diversas por um termo único, caboclo. Arruti (1995, p.79) afirma que a “caboclicização homogeneizadora”, dissimula um tratamento genérico e pejorativo, que mais tarde veio a ser substituído por outro termo genérico, mas pelo menos, juridicamente diferenciado, índio.

Os Akroá-Gamella contam que a denominação caboclo da qual lançavam mão para se referirem a eles antes da autodeclaração pública, vinha muitas vezes acompanhada de outras nomenclaturas, tais como *caboclo do mato* ou *índio*, o que já indicavam que havia uma identidade específica, que não cabia na denominações homogeneizadoras, mas que, de qualquer modo, reforçava o estigma posto sobre essa população.

Antes eles chamavam a gente de índio, caboclo do mato, porque era índio. E depois que a gente fez autodefinição a coisa mudou porque eles começaram a imaginar que os índios iam ocupar a terra deles novamente (trecho de entrevista com Borges, 30 de janeiro de 2019).

Depois da autodeclaração pública, os termos mudaram para ladrão e facção criminosa, pseudo e supostos indígenas, como vimos nos capítulos anteriores, revelando uma tensão amortecida por uma cordialidade racial situacional. “As relações cordiais são fruto de regras de sociabilidade que estabelecem uma *reciprocidade assimétrica* que, uma vez rompida, justifica a ‘suspensão’ do trato amistoso e a adoção de práticas violentas” (SALES JR, 2006, p.230). E essa cordialidade se sustentou enquanto os Akroá-Gamella mantiveram em silêncio a sua identidade e eram tidos, então, como possibilidade de mão de obra barata, vivendo nos arredores das fazendas e também como possíveis fiéis das igrejas evangélicas que cresciam dentro do território. Jaleco, que era frequentador de uma igreja evangélica conta como foi que os irmãos (como chamam-se entre si os frequentadores da mesma igreja) reagiram quando ele se autodeclarou publicamente:

Alguns irmãos da igreja ficaram meio espantado com o que eu era, com o que eu sou hoje também, porque na época eles achava que eu parecia muito com índio e procuravam se eu era índio, se eu era descendente, [...] Aí, eu declarei que eu sou índio do povo Akroá-Gamella. E aí a igreja ficou um pouco assustada com isso. Aí eu usando minha cultura, minha pintura, o canto, a dança, e a igreja ficou... foi ficando diferente. Um povo que tá na igreja que se diz crente, que na realidade não é não, não é crente, só diz que é, porque tá na igreja. Então, bem daí, quando eu cheguei pintado, eles ficaram logo desconfiado. Aí, foram desconfiando, desconfiando que eu tava mudando o jeito, que isso não era coisa de crente, era coisa de demônio e tal. E eu fui conversando com eles dizendo que não era de coisa de demônio, aquilo era uma pintura, porque a tinta que nós tava se passando não é coisa diabólica não, era de uma fruta que a gente come, que serve de suco para gente tomar, que é jenipapo. [...] Então, a igreja, alguns da igreja, começaram a dizer isso. **Aí, foi indo, foi indo, eu fui me sentindo já como uma pessoa estranha, quando eu chegava na igreja já me olhavam com**

outros olhos não era com aquele carisma que eles tinham de primeiro, que me chamavam de ‘Bença’ (trecho de entrevista, 18 de fevereiro de 2019).

O fato é que os moradores de Taquaritiua, isto é, os Akroá-Gamella, foram vistos e classificados (QUIJANO, 2011) pelos não-indígenas desde há muito como pessoas diferentes. Essa diferença nunca teve conotação positiva, ao contrário, tal como vimos na página 98 no trecho de entrevista de Antônio compilado ali, no qual um vendedor afirmara que “aqueles índios comem tudo”, insinuando que a carne estragada seria vendida (ou trocada) para eles. O estranhamento, a repulsa e a censura ao comportamento e hábitos dos Akroá-Gamella sempre marcaram a relação deles com o entorno. É o que conta Borges:

O Gamella, ele foi obrigado a esconder os seus rituais. Foi obrigado. Não escondeu ao todo, mas vivia quase sem força pra isso quando se falava de Encantoria. **Eles diziam que Encantoria era coisa do demônio e não existia isso aí**, que era coisa do demônio. Que o demônio que atacava as pessoas e ele ficava dizendo que era as Encantorias. [...] **A pintura, os mais velhos foram obrigados a abandonar, o colar também** foi obrigado. [...] **a gente foi abandonando umas coisas que eles colocavam como feiura que era o brinco na orelha**, que aquilo não era de homem, que aquilo era feio de homem usar o brinco e aí **a gente teve que ir saindo fora disso daí pra não ser discriminado em qualquer lugar que a gente chegava**, se chegasse desse modo eles começavam a colocar as coisas do jeito deles (trecho de entrevista, 30 de janeiro de 2019).

O tratamento, portanto, dispensado aos indígenas têm em comum o racismo, “o mais eficaz instrumento de dominação inventado nos últimos 500 anos” (QUIJANO, 2011, p.1) que se expressa em forma de chacota, estranhamento, repulsa, censura e também na expropriação das terras. Aldeli, fazendo referência à luta contra os cercamentos, e a luta atual, conta que no território nunca houve paz.

Pelo lado de preconceito, de morte, de racismo, isso sempre vem continuando [...] nunca eu vi paz aqui dentro do território não. Eu vou completar 39 anos, em 15 de novembro, mas eu não recordo que já teve paz algum dia. Não (trecho de entrevista, 25 de setembro de 2018).

Entretanto, é importante identificar as diferenças entre os atos racistas contra os Akroá-Gamella, anteriores a 2014 e os posteriores a essa data, os quais estamos analisando com mais afinco nessa pesquisa. Aos atos racistas posteriores a autodeclaração pública somaram-se os dispositivos que vimos nos capítulos anteriores, tal como a disseminação do medo, a mentira e a punição, todos eles legitimados pelo Estado. O próprio racismo deve também ser entendido como um dispositivo de segurança do Estado que visa dificultar o acesso aos direitos constituídos e ele se expressa no racismo institucional, que veremos mais à frente. Devo mencionar que, quando comecei a fazer questionamentos sobre raça e racismo para entender

quais são os elementos que para os Akroá-Gamella compõem essa temática, notei que as respostas sobre o assunto iam ao encontro com a teoria do sociólogo peruano Aníbal Quijano sobre o mesmo tema. Ou seja, é possível fazer uma aproximação do pensamento do autor com o que os Akroá-Gamella pensam. Borges Akroá-Gamella foi quem primeiro me falou sobre isso. Borges me disse que a raça passou a existir há cerca de 500 anos, quando os brancos chegaram ao Brasil. Nesse momento, conforme Borges, eles tiveram que dominar tanto os nativos daqui, quanto os negros que trouxeram escravizados. Precisavam, portanto, de uma boa justificativa para subjugar e escravizar ambos, a raça foi a saída ideal e como consequência dela, o racismo. Ele completa afirmando que o índio foi mais difícil de escravizar porque era indócil (anotações de diário de campo, s/data, 2018).

Também para Quijano (2011), a construção da ideia de raça é simultânea a construção da ideia de América, ambas nasceram juntas. Em fins do século XV e início do século XVI quando a dominação colonial europeia chegou ao nosso continente, com intenção de explorá-lo economicamente e expandir-se territorialmente, a humanidade começou a ser pensada a partir de uma “classificação social universal” (QUIJANO, 2011), na qual o mundo inteiro foi categorizado conforme critérios raciais. Quijano (2009) afirma que antes do capitalismo mundial as relações de poder se baseavam em três classificações sociais, força de trabalho, idade e sexo, e depois a categoria “raça” foi fabricada:

Enquanto a produção social da categoria ‘gênero’ a partir do sexo é, sem dúvida, a mais antiga na história social, a produção da categoria ‘raça’ a partir do fenótipo é relativamente recente e a sua plena incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder tem apenas 500 anos, começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista (QUIJANO, 2009, p.106).

Notando, então, a aproximação de ideias entre o que pensam os Akroá-Gamella e o que pensa Aníbal Quijano, me sinto impelida a adotar a seguinte postura aqui para desenrolar o assunto: declinarei da tentativa de descobrir uma influência do autor peruano na construção do pensamento Akroá-Gamella. Tal intento me parece improficuo para o que estou me dispondo a fazer aqui, ou seja, entender o que pensam os Akroá-Gamella sobre raça e racismo. O foco da minha atenção são os Akroá-Gamella imersos em seu contexto específico e suas respostas intelectuais e práticas ao racismo. Portanto, separar o que eles pensam em partes originais, de um lado, e partes decalcadas de teorias alheias, do outro, seria um exercício improdutivo no que tange às minhas necessidades no presente trabalho.

E ainda, se levarmos em consideração a prática da predação descrita por Viveiros de Castro (2002), na qual os indígenas na Amazônia tomam para si, nas ações de troca e

intercâmbio, o que é dos outros, amigos ou inimigos, fica mais fácil conceber a assimilação das ideias alheias como parte essencial nas relações sociais que esses povos estabelecem entre si, mas também com os não-indígenas e mesmo com os objetos trocados. “O esquema da predação é onde a parte passa ao todo e vice-versa.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.174). Então, se, acaso, houve contato com as teorias decoloniais por parte dos Akroá-Gamella certamente a parcela predada por eles, os ajudou a montar um todo. É esse todo que me interessa, independentemente das trocas que o originou. Sendo assim, podemos dar prosseguimento.

Para Quijano (2011), então, não é a desigualdade que é inaugurada com a ocupação das Américas, o que acontece é a incorporação de mais uma categoria às que já existiam, e que, supostamente teria explicação biológica, tal como as outras, isto é, a racialização e o racismo se sustenta na ideia de que as pessoas possuem diferenças de ordem genética e, portanto, naturais. Conforme o Quijano, “Na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero” (QUIJANO, 2009, p.101). A raça, segundo ele, foi incorporada ao capitalismo eurocentrado por causa das outras duas linhas, quando o europeu branco chegou à América. Nesse momento, passou-se a racializar as relações de poder e a dividir o mundo em territórios geoculturais, nos quais também predominava uma hierarquia com base na raça e cor, portanto, no fenótipo. Quijano (2009) afirma que:

Desse modo, adjudicou-se aos dominadores/superiores ‘europeus’ o atributo de ‘raça branca’ e a todos os dominados/inferiores ‘não-europeus’ o atributo de ‘raças de cor’. A escala de gradação entre o ‘branco’ da ‘raça branca’ e cada uma das outras ‘cores’ da pele, foi assumida como uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social ‘racial’ (2009, p.107/108).

Para Quijano (2011) surpreende que a raça tenha sido, dentre todas as categorias mencionadas, aquela que tenha conservado mais fortemente a ideia biologizante até os dias de hoje. E que mesmo nos países “onde foi mais intenso o problema, nos Estados Unidos ou na África do Sul, somente de modo excepcional e muito recente se pode encontrar investigadores que tenham colocado em questão, além do racismo, a ideia mesma de ‘raça’” (QUIJANO, 2011, p. 2, tradução minha)⁴⁵. Nesse sentido, é interessante notar que os Akroá-Gamella rejeitam a naturalização da hierarquia existente entre eles e os contra. “O Deus que fez ele, fez nós também”, me dissera Aldeli certa vez quando lhe perguntei se ele tinha receio de ir à cidade:

⁴⁵ “donde ha sido más intenso el problema, en Estados Unidos o en África del Sur, sólo de modo excepcional y muy reciente se puede encontrar investigadores que hayan puesto en cuestión, además del racismo, la idea misma de ‘raza’” (QUIJANO, 2011, p. 2).

Eles não olham pra gente com bons olhos [...], ameaçam a gente quando a gente vai pro campo, quando a gente vai pra cidade, eles ameaçando e chamando nós de ladrão, que nós somos invasor, aquela coisa toda, mas a gente vai sem medo porque a gente sabe que o Deus que fez ele, fez nós também (trecho de entrevista, 25 de setembro de 2018, grifo meu).

A fala de Aldeli não deve ser interpretada como uma simples alusão a ideia humanista de que somos todos iguais, até porque, como se pode notar na sua fala, transcrita mais acima, ele aponta que não há igualdade, há racismo, preconceito e morte. Além disso, a constatação de Aldeli vai ao encontro de uma fala de Borges que ajuda a construir a ideia que os Akroá-Gamella tem sobre raça. Borges, refuta a ideia de que a diferença, entre os Akroá-Gamella e os contra, more na cor. Ele diz que, “Não é a cor que nos persegue, o que nos persegue é o dinheiro”, afirmando, portanto, que a relação de poder se alicerça no dinheiro que uns e outros têm ou querem ter.

[Dizem] que o ovo não briga com pedra, que o negro nasceu pra ser escravo e o índio pra viver no mato. Na verdade, o índio é irmão da floresta, mas ele gosta também de algumas coisas que tem hoje do mundo, que o mundo oferece. O índio também gosta disso, eles também diziam que uma árvore só cresce debaixo de uma outra árvore grande. Mas eu sou totalmente diferente. Às vezes as pessoas dizem assim “eu quero me encostar com um rico pra um dia eu ser rico também” (trecho de entrevista, 15 de março de 2018).

Embora na fala de Borges possamos ter dúvidas quanto ao uso da palavra cor como um sinônimo para raça, é interessante notar que Quijano (2011) faz uma diferenciação entre cor e raça. Conforme o autor, a cor seria um dado objetivo e a raça um constructo mental e social. E o que Borges diz utilizando a palavra cor, e não raça, é justamente que a cor, o dado objetivo, não seria um problema se não fosse a necessidade de subjugar uns e outros, isto é, a própria criação da ideia de raça no século XVII que tem como mote a necessidade de expandir o capitalismo, portanto, ter acesso às riquezas oferecidas pelo continente batizado de América. Quijano afirma que:

Sobre a base de América, a bacia do atlântico se converteu em um novo ponto central do comércio mundial durante o século XVI. Os povos e grupos dominantes que participaram do controle desse ponto central tenderam imediatamente a formação de uma nova região histórica e ali se constituiu “Europa” como uma nova identidade geocultural e como centro hegemônico do capitalismo mundial. Essa posição permitiu aos Europeus, em particular os da Europa Ocidental, impor a ideia de raça na base da divisão mundial do trabalho e de intercâmbio e na classificação social e geocultural da população mundial (2011, p. 5, tradução minha)⁴⁶.

⁴⁶ “Sobre la base de ‘América’, la cuenca del Atlántico se convirtió en el nuevo eje central del comercio mundial durante el siglo XVI. Los pueblos y los grupos dominantes que participaban del control de dicho eje tendieron pronto a la formación de una nueva región histórica y allí se constituyó ‘Europa’ como una nueva identidad geocultural y como centro hegemónico del naciente capitalismo mundial. Esa posición permitió a los Europeos,

Uma outra fala, de Jaleco, traz o dinheiro como o fator de diferença entre os Akroá-Gamella e os contra. Em uma dada situação, conversando com ele sobre a grilagem e disputa pela terra ele afirmara incisivamente, “Deus que me livre de ser rico!” (Anotações de diário de campo, 23 dezembro 2019). Essa fala remete outra vez à ideia de que o foco das relações de poder se justifica em uma diferença de quantidade de riqueza que uns e outros tem. Entretanto, é importante notar que essa ideia não elimina de modo algum o fato de os Akroá-Gamella considerarem/saberem que estão sendo vítimas de racismo. Ao contrário, essas falas remetem aos motivos que originam e que mantém vigente a ideia de raça, de classificação social e consequentemente, o racismo.

6.1 O desenvolvimento

Notando, então, que os Akroá-Gamella identificam a exploração econômica como um dos grandes pivôs do racismo, pretendo nesse tópico relatar brevemente⁴⁷ sobre como se deu a chegada de alguns empreendimentos e consequentemente a entrada dos contra nos entornos da cidade de Viana, a partir da década de 1960.

Para isso, tomo de empréstimo a denominação utilizada por Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015), quando descreve os garimpeiros que adentraram o território Yanomami ao norte do estado de Roraima, no final da década de 1980, com o intuito de explorar minério na localidade. Povo da mercadoria é a denominação usada por Kopenawa (ibidem, 2015) para descrever uma multidão de forasteiros que começou a devastar o território em busca de ouro. Kopenawa (ibidem, 2015, p. 335) conta que eles “Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: *oru* – ouro”. A acepção de do autor ajuda a entender qual é o ímpeto que mobiliza a exploração por parte dos homens brancos ou não-indígena quando estes têm aspirações econômicas. Na descrição dele, o povo da mercadoria ignora inclusive as doenças e as destruições decorrentes da exploração. “Começaram a revirar a terra como bandos de queixadas. Sujaram os rios com lamas amareladas e os enfumaçaram com a epidemia *xawara* de seus maquinários” (ibidem, p. 335).

A mercadoria é, portanto, um princípio balizador da própria existência e, por esse motivo, ela acaba por configurar as pessoas que compartilham o intento de encontrá-la, como

em particular a los de Europa Occidental, imponer la idea de ‘raza’ en la base de la división mundial de trabajo y de intercambio y en la clasificación social y geocultural de la población mundial” (QUIJANO, 2011, p. 5).

um grupo que tem um modo de ser específico, isto é, o modo de ser de um povo. Sendo assim, o termo de Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015) também nos ajuda a projetar um contraste entre povos. De um lado, o povo da mercadoria e, do outro, os povos indígenas, no nosso caso aqui, de um lado, os contra e, do outro, os Akroá-Gamella.

O processo de ocupação da Baixada Maranhense contou com o fomento do Estado. O povo da mercadoria chegou naquela região através da implementação de empreendimentos agropastoris, construção de rodovias e colocação de energia elétrica. Tudo isso estabeleceu-se sucessivamente por sobre (e além) o território Akroá-Gamella, destruindo florestas, nascentes, animais e mudando a dinâmica da população nativa que ali vivia. A começar pela lei estadual 2979, promulgada em 1969, que ficou conhecida como Lei Sarney, e legalizou a distribuição de terras públicas para quem desejasse explorá-las economicamente. Essa lei, facilitou a chegada dos contra na região da Baixada e possibilitou a implementação de uma das principais e mais destrutivas atividades econômicas da região, a bubalinocultura, isto é, a criação de búfalos. O investimento na “riqueza potencial” dos vales úmidos do Maranhão já havia sido anunciado, anos antes, no discurso de posse⁴⁸ de Sarney, para governador do estado, em 1966. Eleito com 121 mil votos, Sarney perpetuaria o seu clã por cerca de cinco décadas no poder. Na ocasião da posse então, ele afirmara enfaticamente que:

O Maranhão não suportava mais nem queria o contraste de suas terras férteis e seus vales úmidos, de seus babaçuais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais com a miséria, com a angústia, com a fome [...].

A Baixada, portanto, foi um dos focos de investimento de Sarney. A bubalinocultura era uma atividade que já havia sido implementada, em caráter experimental, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 (BERNARDI, 2005), durante a gestão do então governador do estado Newton Bello. Mas, foi somente na gestão de José Sarney, na segunda metade da década de 1960, com o projeto que ele denominou como Maranhão Novo, que visava a modernização e a industrialização do estado, que a ideia tomou forma, junto com outras iniciativas que tinham como objetivo construir, o “Maranhão da liberdade do progresso, da grandeza e da felicidade”, afirmou ele também no seu discurso de posse.

O caput do artigo 14 da Lei Sarney deixa bem claro o traço desenvolvimentista da lei, afirmando que não seriam concedidas terras para quem não tivesse intenções econômicas:

⁴⁸ O discurso de José Sarney foi registrado no filme do cineasta Glauber Rocha, intitulado Maranhão 66. ROCHA, Glauber. Documentário “MARANHÃO 66”. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFRuhAA>>. Acessado em 28 de agosto de 2019.

Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial.

O projeto de Sarney estava em consonância com o Programa de Integração Nacional (PIN) e com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ambos do governo da ditadura empresarial-militar (SANT'ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018), que tinham como objetivo incentivar a implementação de atividades econômicas e ocupar a Amazônia. “Integrar para não entregar”, dizia slogan nacionalista. No Maranhão, Sarney passou, então, a investir fortemente em infraestrutura, construindo estradas, barragens, portos e ferrovias e deu espaço para a instalação de empreendimentos privados, inclusive estrangeiros (ASSELIN, 2009), no interior e na capital, São Luís. Conforme este modelo de desenvolvimento o meio rural passaria por remodelações com a implementação de grandes empresas rurais e a venda de terras devolutas para grupos organizados em sociedades anônimas (ASSELIN, 2009) que tivessem o intuito de levar a cabo tais propostas.

Foi nesse contexto que os rebanhos bubalinos foram importados para a Baixada Maranhense. As primeiras matrizes vieram principalmente da ilha de Marajó, no Pará. Acreditava-se (BERNARDI, 2005) que localidade tinha características ambientais e ecológicas semelhantes às da Baixada, habitats aquosos, propícios para o bem-estar dos búfalos, animais de origem indiana. Importante lembrar que é justamente nesse período que acontecem as primeiras reações, registradas no século XX, dos Akroá-Gamella às invasões de suas terras, quando empreendem os cortes de cerca.

Para incentivar as importações de búfalos, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia financiaram a aquisição do gado e abriram uma linha de crédito especial para a bubalinocultura (MUNIZ, 2009). Duas Fazenda Experimentais de Bubalinos foram fundadas, para divulgar a bubalinocultura (BERNARDI, 2005) e encorajar os criadores. E, então, durante quase três décadas foram importados búfalos do Pará. A expectativa, entretanto, de que a criação de búfalos seria “a redenção econômica da Baixada” (MUNIZ, 2009, p. 66) não se cumpriu. Hoje em dia, no município de Viana, a economia em torno do búfalo não supera, em termos de geração de Produto Interno Bruto (PIB), os serviços de a administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social (IMESC, 2016)⁴⁹.

⁴⁹ Conforme: Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão 2016, / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 11, n 04. São Luís: IMESC, 2016. Disponível em <<http://www.seplan.ma.gov.br/files/2019/03/PIB-dos-Munic%C3%ADpios-do-Maranh%C3%A3o-2016.pdf>> Acessado em: 03/09/2019

Posterior à chegada dos búfalos, ainda no governo Sarney, a construção da MA 014, com 180 quilômetros de extensão, construída na década de 1980⁵⁰, ligou os municípios de Vitória do Mearim e Pinheiro, onde antes 36% do transporte de pessoas e mercadorias era feito por água e outros 38% por tração animal, conforme os dados de Lafontaine (2011, p. 73). A malha rodoviária total construída no governo Sarney foi de cerca de 500 quilômetros “ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões de Pindaré e Tocantins” (ASSELIN, 2009, p.152) facilitando acesso aos compradores de terra. As localidades ditas devolutas, que atraíam investidores até de fora do Maranhão pelos “anúncios de terras baratíssimas, sem concorrência pública e sem leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária” (PEDROSA, s/a, p.19) eram, entretanto, terras de uso comum, onde viviam camponeses, povos tradicionais e populações originárias. No final da década de 1960 e início dos anos 1970, diversos conflitos de terra eclodiram no Maranhão com características comuns, os cercamentos de áreas de uso comum, as fraudes cartoriais e a grilagem de terra (ASSELIN, 2009) levavam a reações por parte das pessoas que moravam nas regiões invadidas.

Jaleco Akroá-Gamella, hoje com 43 anos, conta sobre os impactos da chegada da MA 014, quando ele tinha cerca de 10 anos. Ele conta que nunca havia visto um trator antes e por isso ele e outras crianças ficavam horas observando, impressionados, as máquinas derrubando árvores para abrir espaço para a passagem da rodovia. O grupo de crianças espectadoras ficavam atentas principalmente ao tombamento das árvores frutíferas. E logo que o maquinário se afastava corriam para juntar as frutas que iam ficando pelo chão.

Mas foi devastado muito por causa dos linhões e das estradas que passaram dentro. Então nessa época que ela passou, essa estrada, [eu] era bem criança, mas me lembro. Acho que era de oito a dez anos que eu tava, mas vou te falar que a gente não chorava porque não tinha conhecimento do que era bom, criança na época, quando via trator derrubar caju do mato, acho que você não conhece o que é caju do mato, uma fruta bem gostosa. É o caju, só que ele é vermelho. Só dá no mato, não dá em casa, assim. É caju do mato. A gapel, que eu acho que vocês também não sabe, é uma fruta vermelha bem grande, bem gostosa. Hoje

⁵⁰ Grande parte da infraestrutura construída a partir da década de 1980 no Maranhão é também decorrente do Programa Grande Carajás (PGC) que visava escoar a produção de minério do Pará da, então, estatal Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), pela saída marítima de São Luís. A criação Decreto Lei 1813, de 24 de novembro de 1980 foi fundamental pra isso: “Se o eixo fundamental do Programa era a garantia da extração, transporte e exportação do minério de ferro, o decreto presidencial, que previa uma articulação de vários ministérios da República, teve como meta, também, a dinamização da economia da Amazônia oriental e sua inserção e integração na lógica econômica nacional e na expansão capitalista que marcou esse período. Assim, podemos afirmar que, em termos geográficos, o PGC foi planejado para alcançar cerca de 900 mil km², abrangendo parte dos estados do Pará, do Maranhão e do, hoje, Tocantins (à época norte do estado de Goiás) e, articuladas à produção mineral, promoveu obras de infraestrutura e de instalação de indústrias, bem como exploração madeireira, monocultura de grãos e eucalipto e pecuária extensiva, todas inseridas em um conjunto de ações estatais e de iniciativas privadas” (SANT’ANA JÚNIOR, ALVES, 2018, p. 260-261)

bem pouco nós tem. Quando eles derrubava nós caia apanhando. Que que, às vezes, falavam ‘é, faz a estrada mesmo’. Que nós não sabia não conhecia, não sabia o que era. Melhorou por uma parte e piorou por outra. Porque se nós não tivesse devastado, era mais difícil o acesso para nós ir na cidade? Era! Mas nós vivia muito melhor, porque nós tinha como viver. Até o ar que respiramos era muito melhor, que hoje a gente respira sufocado. Porque nós não têm mais a mata, nós não têm mais as plantas que nós tinha. Hoje filho da gente não conhece vários tipos de fruta (trecho de entrevista, 18 de fevereiro de 2019).

6.2 A linha de transmissão da CEMAR e o dia 30

No escopo desses investimentos em infraestrutura, no ano de 1969, a primeira linha de transmissão de energia foi colocada em um trecho referente ao território Akroá-Gamella. Sobre essa linha, Borges, hoje com 62 anos, conta que:

Eles vieram com **a primeira linha de transmissão de energia** [1969], passaram dentro do nosso território e fizeram um estrago muito grande. Onde cortou boa parte do nosso juçaral aqui, um juçaral que tem aqui, que sobe aqui o caminho que vai pra Nova Vila. Era um juçaral emendado ali e eles **fizeram um estrago doido ali, passaram por cima de fruteiras, casas, campo de futebol que a meninada brincava** ali nos Moraes. Fica bem na saída ali... e desde lá eles vieram fazendo esses estragos.

(Borges Akroá-Gamella - Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7 de agosto de 2018. Grifo meu.)

Hoje a linha construída em 1969 está desativada. Um outro circuito foi instalado, mais recentemente pela CEMAR, em 1995, em outro trecho do território Akroá-Gamella. Denominada Linha de Transmissão Miranda do Norte – Três Marias, essa linha liga as subestações das cidades de Miranda do Norte e Pinheiro; dos cerca de 155 quilômetros de extensão, sete deles estão sobre o território Akroá-Gamella. A CEMAR, entretanto, precisa renovar as torres e os cabos desse último circuito e está na justiça exigindo autorização para finalizar o empreendimento porque mesmo sem as licenças corretas para fazer a obra sob território indígena, a empresa já construiu vinte seis das vinte e oito torres previstas para passar dentro do território indígena. Os Akroá-Gamella por sua vez, exigem os estudos de impacto ambiental com o componente indígena, tal como prevê a lei.

Nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 2018, dois funcionários da CEMAR, duas funcionárias da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental (CGLic) da FUNAI, os Akroá-Gamella acompanhados de sua advogada fizeram uma reunião para debater o assunto. Também participou da reunião a empresa Encruzo Novo que tem linhas que atravessa o território e estava negociando autorização para fazer as limpezas e manutenções.

Nessa ocasião, então, o engenheiro da CEMAR, explicou que é usual que um circuito tenha durabilidade de 50 anos, entretanto, o circuito de 1995 está precisando de substituição antes do prazo, sob o risco, do que ele chamou, de um colapso, por conta do aumento de demanda de energia. Conforme ele, o sistema se apresenta obsoleto e já não responde mais a aos cerca de 26 municípios para os quais este circuito fornece energia. Uma outra linha de trajeto idêntico teria que ser construída ao lado da que já existe, para possibilitar a desativação da primeira. Ele afirma que:

Ela já está fraca pra aquilo ali, entendeu? Então eu vou construir a outra por que? Essa aí que eu falei ela foi construída em 95, de lá pra cá a população aumenta e **aí vai aparecendo uma cerâmica, uma irrigação, um colégio novo**, aí vai aumentando a demanda de energia, aí a gente tem que fazer ... tem que o tempo todo estar ampliando o sistema que é pra atender todo mundo, porque do jeito que está hoje, por exemplo, daqui a 20 anos esse sistema que está aí não dá mais conta. Então, sempre tem obra. [...] (Engenheiro da CEMAR - Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018. Grifo meu.)

Em 2015, a CEMAR, através de uma empresa terceirizada, começou a construir a Linha de Transmissão Miranda do Norte – Três Marias para substituir a primeira. Foi nesse período que as vinte e seis das vinte e oito torres previstas foram levantadas. Entretanto, a CEMAR tem somente a licença do órgão licenciador estadual, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) o que contraria a resolução 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de 19 de dezembro de 1997, que afirma que compete ao IBAMA a licença ambiental quando “empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional” forem em terras indígenas, tal como afirma o artigo 4º da resolução.

De qualquer modo, a FUNAI deveria, ter sido consultada pela SEMA, uma vez que houvesse sido procurada pelo empreendedor. Outros órgãos federais, tal como Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também deveriam ter sido procurados. Somente depois da negativa desses órgãos, quanto a existência de terras indígenas, quilombolas, assentamentos e outros, a empresa poderia obter a licença de instalação. Entretanto, não foi o que aconteceu e os proprietários que estão ao longo do trajeto da linha já receberam as indenizações previstas, inclusive aqueles pretensos proprietários que estão dentro do território Akroá-Gamella. A CEMAR se vê diante de um impasse que ela (e o órgão licenciador estadual) mesma criou. O diálogo entre a advogada dos Akroá-Gamella e o funcionário da CEMAR revela isso:

CEMAR: É complicado porque a gente vai passar na área, eu vou bater na porta do fazendeiro e tô com um índio no carro e dizer **‘ó, meu querido, só um segundo aqui, sai rapidinho, porque o índio, vai me dizer que essa área... [é dele]’**. Então...

Advogada: Até porque né? ‘Eu já te paguei, eu já vim aqui primeiro e peguei teu título como se fosse legítimo, e agora eu tô dizendo que não é, e que é dos índios’. E aí, como vai fazer? Essa é nossa questão.

CEMAR: Então é isso. A questão jurídica do território é complexa também (Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018. Grifo meu.)

A CEMAR justificou que não sabia da existência dos Akroá-Gamella e por isso começou as obras, mas nas suas peças jurídicas também tem alegado, a seu favor, que as terras indígenas ainda não estão demarcadas, sugerindo então, que não deveriam valer as leis que exigem que se considere a existência da população. Em um agravo de instrumento, do qual falarei com mais detalhes a frente, a CEMAR afirma que “nem mesmo os supostos índios ora Agravados, a despeito de se entenderem titulares dos direitos patrimoniais sobre a área que compreenderia seu suposto território são capazes de identificar a sua extensão e limites”. Tal argumentação tem encontrado sustentação na Portaria Interministerial 060, publicada em 25 de março de 2015. Assinada pelos Ministérios do Meio Ambiente, Justiça, Cultura e Saúde, a portaria disciplina os procedimentos administrativos da FUNAI, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Fundação Cultural Palmares e do Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental. A letra A do item 12 da portaria caracteriza o que entende por terra indígena como, “a) áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por ato da Funai, publicado no Diário Oficial da União;”, portanto, somente seriam reconhecidas como terras indígenas aquelas terras que já estivessem com o processo demarcatório concluído. Esse entendimento da portaria sobre terras indígenas, entretanto, fere a Constituição. A funcionária da CGlic da FUNAI, questiona a portaria:

Só que é o seguinte: como que nós vamos desconsiderar que existe uma população reivindicando uma área? Ou seja, nós não vamos considerar área indígena simplesmente a partir do momento que tem relatório, a Funai reconhece que tem um povo, tem um povo indígena que ocupa e reivindica uma área, então esse ponto, por mais que é uma briga que a Funai tem internamente com órgãos ambientais, com empreendedores, toda vez, afeta uma área que esteja em processo de reivindicação, que esteja em processo de estudo, a Funai vai incluí-lo também, essa área, pra ser estudado no componente indígena. (Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018, grifo meu.)

Kum'tum fala sobre a inconstitucionalidade da portaria:

A portaria, ela não pode se sobrepor aquilo que está na Constituição. Na Constituição tem um conceito de terra indígena, a portaria é inconstitucional. Ela não pode ser puxada... 'vamos passar porque a terra não está demarcada', não, a Constituição diz que essa terra aqui é terra tradicional indígena (Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018, grifo meu.)

Vale lembrar que quando as obras da CEMAR começaram, os Akroá-Gamella já tinham se autodeclarado publicamente. Portanto, caso a FUNAI tivesse sido consultada, haveria de ter dado o seu parecer chamando atenção para existência da etnia no percurso da obra e alertado para a necessidade de uma consulta prévia e informada, tal como prevê a Convenção 169 e, portanto, a elaboração do Componente Indígena do Programa Básico Ambiental (PBA), tal qual exige a instrução normativa da FUNAI 01 de 09 janeiro de 2012, com base na Constituição, na Convenção 169 e em outras leis. E a FUNAI ainda haveria de ter perguntado, como de praxe, se existia uma alternativa locacional, isto é, seria cogitada a possibilidade de o empreendimento desviar do território indígena.

Mas não foi assim, e em meados de 2015, os Akroá-Gamella encontraram tratores escavando uma área de campo onde eles normalmente pescam, nas imediações da aldeia Centro de Antero. Antônio Akroá-Gamella conta que alguns dias antes havia visto um movimento de homens fazendo medições na área e conversou com eles. Os homens lhe asseguraram que não derrubariam o araribal⁵¹, que fica às margens do igarapé Poção de Matias onde os indígenas navegam e pescam. Algum tempo depois, entretanto, eles estavam derrubando o araribal. Antônio narra os dois momentos que encontrou os homens:

Isso porque quando eles passaram por aquela estradinha eu tava pescando lá e aí,
 'o que é que vai passar aí, vai passar uma estrada de trem?'
 Aí ele disse,
 'não, é outra linha que vai ficar ao lado aqui'.
 'Outra linha?'.
 'É'.
 E aí eu,
 'Mas vai fazer **outro desmatamento** aqui no araribal?'.
 'Não', ele disse, 'A gente vai usar só metro e meio. Só metro e meio que a gente vai usar'.
 Aí também eu fiquei tranquilo, quando foi essa data que eu passei lá de novo eles estavam derrubando o araribal.
 'Sio, essa araribá vc vai atirar de dentro do igarapé?'.
 Ele disse, 'eu vou atirar de dentro do igarapé.'

⁵¹ Local onde há uma grande quantidade de árvores araribá.

‘Olha, porque aqui passa canoa, aqui é onde a gente procura o alimento da gente’.

Aí eu sai e fiquei mais assim arretirado e ele continuou derrubando aí foi que eu me zanguei e chamei o povo e foi que nós barremos.

(Antônio Akroá-Gamella - Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018. Grifo meu.)

A degradação era semelhante e na mesma localidade das torres que foram feitas em 1995, na construção do primeiro circuito. Borges lembra que o mesmo igarapé já havia sofrido com o assoreamento há 24 anos, devido a terra jogada pela CEMAR dentro dele para a construção das torres do circuito que agora necessita de troca.

Porque nessa primeira [linha de 1995], que eles vêm agora abeirando novamente, **eles taparam nosso igarapé, jogaram um monte de terra pra dentro**, fizeram uma barragem e essa barragem se espalhou dentro do igarapé onde a gente conhecia como Poção de Matias. Ele era bastante fundo, mas com esse desespero que eles fizeram foi um estrago enorme (Borges Akroá-Gamella - Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018. Grifo meu.)

A situação agravou-se ainda mais, porque o local escolhido para as escavações, isto é, o araribal, às margens do igarapé, além de ser um berçário de peixes é moradia dos Encantados, Mãe d’água. Um lugar, portanto, sagrado, onde perturbações mínimas desestabilizam as relações objetivas e cosmológicas dos Akroá-Gamella com seus entes sagrados. Antônio, comenta a fala que fez perante o juiz, na primeira audiência de conciliação relativa a esse litígio:

Lá no dia da audiência [primeira audiência de conciliação] eu disse pro juiz se o cara lá da máquina descesse mais um pouco lá no poção da Mãe d’água, lá ele ia morrer. Eu disse pra ele, ele ia morrer. Mas toda a valência que ele parou, ele ficou tranquilo e de lá ele voltou, senão ele ia morrer. Se ele descesse ali, ele ia morrer, porque **ele não sabe onde é nossos pontos de nossos Encantados, as Encanturias onde nós tira nosso alimento**. Que era lá (Antônio Akroá-Gamella - Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018. Grifo meu.)

Os Akroá-Gamella partiram, então, pra uma ação de barramento do trabalho do maquinário. O que não foi feito sem tumulto, uma vez que os homens que operavam as máquinas hesitaram em abandonar os seus postos de trabalho e a polícia foi chamada ao local. Vone Akroá-Gamella conta sobre a chegada da polícia:

[...] **a gente tava impedindo que acabasse de destruir o nosso campo, o nosso rio, e eles simplesmente trouxeram a polícia** que eu achei pra mim um escândalo, porque é um desrespeito, porque tudo isso que tá acontecendo... porque a gente tá defendendo. Mesmo que não fosse uma terra indígena, mas era um direito de fazer uma defesa do meio

ambiente porque era nos campos naturais. Então, a polícia em vez de corrigir um desmatamento, ele quer corrigir quem está defendendo, então, **veio foi duas viaturas lá naquele momento pra cima da gente**, e foi a maior loucura, mas a gente disse, ‘não passa’.

Pode vir a polícia federal, pode vir... ‘mas não passa’.

E de lá eles levaram a máquina. Mas se a gente não tivesse ido lá, claro que eles iam fazer a tapagem todinha se a gente não tivesse ido impedir. (Antônio Akroá-Gamella - Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 7, 8 e 9 de agosto de 2018)

A CEMAR judicializou, então, o caso, na tentativa de agilizar a finalização da passagem da linha de transmissão. E a pressão da CEMAR sobre os indígenas predomina como pano de fundo do ataque ocorrido em 30 de abril de 2017. Pois, o impedimento da passagem do empreendimento realizado pelos Akroá-Gamella estava sendo utilizada como mote para animar posturas contrárias aos indígenas um dia antes do ataque. No dia 29 de abril de 2017, portanto, o deputado federal esteve no programa de rádio, que já citei outras vezes nesse trabalho, afirmando que os Akroá-Gamella estariam impedindo a chegada de energia elétrica a milhares de pessoas. Ele contou que dias antes havia se reunido com o ministro da justiça, à época Osmar Serraglio (PP) e que este tinha demonstrado bastante preocupação com o que estava ocorrendo nas imediações de Viana:

Tivemos a grata surpresa de ter um ministro hoje **que entende dessa problemática** que viveu no estado do Paraná [...] preocupado e não só isso, já tomou providências urgentes, já mandando comigo um [...] da polícia federal para verificar *in loco* o que está acontecendo [...] (Trecho de diálogo entrevista concedida por um deputado federal à rádio local em 29 de abril de 2017. Grifo meu.)

No final de abril de 2017, o ministro Osmar Serraglio (PP), não havia completado ainda dois meses no comando da pasta. Entretanto, a postura contrária à demarcação de terras indígenas e o alinhamento ao agronegócio não era uma novidade, dado o seu vínculo com a bancada ruralista. Três dias após assumir o cargo, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, ele questionara o jornalista, “Terra enche barriga de alguém?”, comentando a temática indígena⁵². Vale rememorar também que foi o Ministério da Justiça que lançou a nota, em 1º de maio de 2017, um dia após o ataque, portanto, referindo-se aos Akroá-Gamella como “supostos indígenas”, e logo depois retirou-a do ar, apagando o termo. Na rádio, portanto, o deputado

⁵² BRAGON, R e MATTOSO, C. Ministro da Justiça critica índios e diz que 'terra não enche barriga'. Brasília: Folha de São Paulo, 10 de março de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865209-ministro-da-justica-critica-indios-e-diz-que-terra-nao-enche-barriga.shtml>> Acessado em: 25/08/2019.

conta que ele e Osmar Serraglio (PP), estiveram também reunidos com o diretor da CEMAR tratando sobre o assunto da passagem do empreendimento:

Expus ao ministro [da justiça], inclusive estive na presença do ministro com o diretor da CEMAR também e expus ao ministro uma situação gravíssima. A companhia de energia do Maranhão está passando uma linha de transmissão por essa área, com tudo pronto, **com todas as licenças ambientais concedidas** e esse grupo de pessoas que se dizem proprietários da área, indígenas, **estão evitando que a empresa estenda uma linha de transmissão que vai prejudicar mais de 600 mil pessoas**. Então, o ministro ficou muito preocupado com essa situação, entendeu a gravidade do problema. Mostramos pra ele no mapa como a coisa está se procedendo aí no Maranhão e ele tomou providências urgentes, primeiro, disse que eu fosse a reunião levar essa palavra dele – que eu levarei lá pra reunião [Manifestação pela Paz]. Fosse com uma equipe da polícia federal para analisar *in loco* o que está acontecendo e mais do que isso disse que essa semana tomará providências urgentes em relação a FUNAI que é um órgão que tem se mostrado ino... [inaudível] no tratamento dessas questões ambientais e indígenas no Brasil.

[Radialista:] Então, o senhor vai estar amanhã na região? Essa equipe da polícia federal ela já vem logo de imediato acompanhar esse conflito?

A equipe da polícia federal irá comigo para participar da reunião. Ela vai inicialmente colher informações sobre o que está acontecendo para depois, através de um relatório reportar ao diretor geral da polícia federal e ao próprio ministro a situação grave que Viana e região está passando com o problema desses indígenas aí. **Esses pseudos indígenas**.

(Trecho de diálogo entrevista concedida por um deputado federal à rádio local em 29 de abril de 2017. Grifo meu.)

Ao evocar o número de 600 mil pessoas que ficariam sem energia elétrica, o deputado está colocando em oposição uma pretensa maioria populacional, de um lado, e os Akroá-Gamella de outro. A preocupação do deputado, numericamente justificada, reflete, entretanto, as diretrizes adotadas historicamente pelos projetos de desenvolvimento do Estado Nação, nos quais os argumentos de baixa densidade demográfica são usuais para justificar as ocupações de terras onde vivem povos tradicionais e originários. E minimizar os impactos causados por empreendimentos e expansões territoriais. No que diz respeito à Amazônia esse foi, e ainda é, um argumento fundamental para a passagem de obras. Conforme Sant’Ana Júnior; Teisserenc; Brustolin (2018) houve, no Brasil, dois momentos importantes para a formatação da concepção de desenvolvimento tal qual ela é. A primeira, em 1970, quando se levou a cabo, os projetos empresariais-militares de ocupação da Amazônia e o outro, a partir de 1990, quando os projetos Brasil em Ação (1996-1999) e o Avança Brasil (2000-2003), também avançaram sob a Amazônia com projetos de infraestrutura em transportes e comunicação. Conforme os autores:

Essa concepção de desenvolvimento em curso desde os anos 1970 e reorganizada nos anos 1990 desconsidera populações locais e as regiões visadas para sua expansão são consideradas como vazios demográficos/existenciais. A invisibilidade de populações locais (povos indígenas, quebradeiras de coco, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, pescadores) não impede que as mesmas reajam e que se instalem conflitos sociais pelo controle dos territórios e de conservação de seus recursos e bens simbólicos (SANT'ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018, p. 10)

No Maranhão, em 1964, a implementação do maior programa de desenvolvimento do mundo, o Programa Grande Carajás, comprometeu 900 mil km² da Amazônia oriental Brasileira (SANT'ANA JÚNIOR; CARDOSO, 2016) alicerçado, entre outras coisas, no argumento de vazio demográfico sustentado pelo governo empresarial-militar. Hoje, com o suporte dos direitos previstos na Constituição de 1988 e a adoção pelo Brasil dos tratados internacionais que preveem a consulta aos povos impactados, as disputas judiciais deveriam se dar, no mínimo, em igualdade de forças. Entretanto, não é o que se vê. O predomínio da lógica desenvolvimentista compromete a adesão das instâncias do judiciário às demandas dos povos. Mesmo quando bem informados, os gestores públicos e membros do judiciário têm enorme dificuldade de acessar as lógicas locais e as decisões (e encaminhamentos) judiciais acabam por colocar em risco a existência dos povos. No que diz respeito aos Akroá-Gamella, a urgência do planejamento da CEMAR está colocando os indígenas diante de algumas opções, todas ruins. Todas implicam em risco de morte.

6.3 Racismo institucional

Às 14h30 do dia 19 de setembro de 2018, um Juiz Federal da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão presidiu o que seria a segunda audiência de conciliação entre a CEMAR e a União⁵³. A ação movida pela CEMAR pedia autorização para dar continuidade a uma obra parada desde 2015. Duas das 28 torres previstas para ligar as subestações de energia em um trecho de cerca de 7 quilômetros, como já mencionado anteriormente, não haviam sido construídas por conta do impedimento dos Akroá-Gamella que denunciavam a falta de estudos de impacto e autorizações corretas para que o empreendimento passasse por dentro do seu território.

⁵³ No processo que corre na 5ª Vara a União e outros são os réus do caso que trata do , no caso é a FUNAI, que sempre é parte nos processos que envolvem questões de litígios sobre terras indígenas.

Na madrugada desse mesmo dia os Akroá-Gamella saíram do território, com uma van alugada, para transportar cerca de 18 Akroá-Gamella, dentre eles algumas crianças. Depois de cerca de 5h de viagem, estavam em frente ao prédio da Justiça Federal, na Av. Vitorino Freire, na capital do estado, São Luís. Os 18 Akroá-Gamella, três indígenas Tremembé⁵⁴ e a assessora jurídica do CIMI, que é advogada deles, passaram pelo credenciamento e identificação para depois subir a sala onde ocorreria a audiência. Os indígenas sentaram-se fora da mesa central em formato de T onde estavam o juiz, um Procurador da República, um Defensor Público, um representante da CEMAR, um engenheiro da CEMAR, um advogado da CEMAR, uma advogada da FUNAI, um Procurador Federal, representando a FUNAI, o chefe do Núcleo de Apoio Técnico/FUNAI em São Luís, a advogada dos Akroá-Gamella e um oficial do gabinete.

A FUNAI, naquela ocasião, estava representada por alguns funcionários, entretanto esses não estavam aptos a responder as questões do juiz. Quem, esperava-se, deveria comparecer àquela audiência seriam os funcionários sediados em Brasília que fazem parte da CGLic e que estivera em reunião com os Akroá-Gamella nos dias 7, 8 e 9 de agosto. A justificativa dada foi a falta de verbas para a compra de passagens.

Acredito que foi a ausência da equipe correta da FUNAI que fez com que o juiz declarasse, ao início da sessão, que não se tratava mais de uma audiência, mas de uma reunião informal. Os próprios funcionários da FUNAI que ali estavam afirmaram que não tinham muitas informações para contribuir com a audiência porque tudo estava correndo por Brasília. “Nossa audiência não é uma audiência no sentido clássico, técnico, é mais uma reunião por sorte que nós vamos conduzir isso aqui da maneira menos formal possível com os olhos postos nessa solução que estamos buscando aqui [...]”, disse ele.

Os Akroá-Gamella, entretanto, curiosamente, não se manifestaram na reunião. Quando perguntei pra eles porque optaram por ficar calados, Pe’gre me respondeu o seguinte:

Lá a gente ficou totalmente inutilizado, parece assim que botaram uma barreira e os Gamella simplesmente desapareceram, essa foi uma das partes que eu fiquei me perguntando: “o que que eu tava fazendo ali?”. Segundo ponto: quando ele começou a falar, que falou aquelas... aquilo que foi uma barbaridade que ele falou, porque **ele escreveu e leu pra gente: “que se não existia terra, não existia índio”**, porque no conhecimento dele se a terra não tá demarcada pela Funai, então não existe índio aqui. Aquilo dali foi uma grande ofensa, ele vendo nós ali, ele vendo nós ali. Uma tremenda de uma hipocrisia, no meu modo de ver (trecho de entrevista, 7 de agosto de 2019).

⁵⁴ É usual que indígenas de outras etnias, povos e comunidades tradicionais acompanham-se.

Pe'gre se refere à seguinte fala do juiz, na qual ele comenta o Termo de Referência⁵⁵ elaborado pela CGLic que estava sendo apresentado naquele momento:

Agora uma questão aqui, só abrir um parêntesis, a uma questão que eu [inaudível] como prejudicial e relevante. É esse item 4, que está aí nesse roteiro, no tópico metodológico, ele trata dos chamados “dados gerais da terra indígena”. O que impõe a indagar e responder o seguinte: esta terra é indígena sob a perspectiva jurídica administrativa, isto é, a FUNAI já tem essa área como indígena, terra indígena, no conceito técnico, legal, ou **isto ainda está em estudos perante a FUNAI e ainda não consagrou esse território como sendo território indígena?** (trecho de reunião, 19 de setembro de 2018)

A posse das terras indígenas não é uma posse constituída pelo direito civil. Ela é uma posse diferente, é constitucional, e se vale da concepção de posse imemorial, conhecida também como indigenato, que consiste na compreensão de que as terras indígenas já existem enquanto tal e ao Estado cabe tão somente o dever de reconhecê-la a partir do que está previsto na Constituição de 1988. Nesse sentido, a fala do juiz, foi contestada pela advogada dos Akroá-Gamella da seguinte maneira:

Se a gente toda hora, cada reunião, voltar pra saber se é povo indígena ou se não é povo indígena, se é território ou não, é até inconstitucional. E esse foi um dos objetos de repulsa na última reunião, de que se pare de colocar no agravo questões racistas, de desconfiança quanto a isso, e de um tratamento de supostos índios, de pessoas que não têm balizas comportamentais e por aí vai (trecho de reunião, 19 de setembro de 2018)

O agravo, do qual a advogada se refere é uma peça jurídica fabricada pela CEMAR, logo após a primeira reunião de conciliação entre as partes. A peça em si, surpreendeu os Akroá-Gamella e a sua assessoria, pois dado os direcionamentos da primeira audiência de conciliação ficou expresso que os indígenas não eram contrários a passagem do empreendimento, mas que exigiam, isto sim, a feitura dos estudos de impacto. Entretanto, havia um prazo regimental que

⁵⁵ O Termo de Referência ocupou grande parte da reunião, pois, cerca de um ano antes, duas funcionárias da CGLic estiveram no território Akroá-Gamella reunindo-se durante três dias com os indígenas para conversar sobre as diretrizes desse Termo de Referência que daria as bases para as atividades e ações que a CEMAR deveria realizar. Ao findar dessa reunião os indígenas, então, combinaram com a CGLic que o Termo de Referência seria encaminhando para que o Conselho de Lideranças Akroá-Gamella desse vistas no documento. Esse combinado consta na ata final da reunião. Entretanto, ao chegar na reunião com o juiz federal naquele 19 de setembro, os Akroá-Gamella foram pegos de surpresa, pois o Termo de Referência estava pronto. Quem o apresentou foi a CEMAR e nem os funcionários da FUNAI presentes sabiam que a CEMAR já estava com o ele em mãos. O chefe do Núcleo de Apoio Técnico da FUNAI, em São Luís, não soube responder quando o procurador da república lhe perguntou se havia algum prazo estabelecido para que a CEMAR entregasse os estudos. O chefe do núcleo não havia tido tempo hábil de ler o Termo, que lhe foi enviado, por e-mail, algumas horas antes da reunião. O procurador da república, então, numa tentativa de ler rapidamente o termo, ali mesmo na reunião, apontou alguns problemas aparentes e apoiado pelo defensor público pediu que o termo fosse anulado e reelaborado com a participação, então, dos Akroá-Gamella, como acordado.

a CEMAR deveria cumprir, morando aí, talvez, a justificativa sobre a interposição do agravo. Entretanto, o teor do agravo e a sua não contestação ou anulação aponta para o racismo institucional instituído nas instâncias jurídicas e órgãos do Estado que vê com condescendência a fabricação de um documento que ofende.

O agravo, recebido na secretaria da 5ª vara em 02 de julho de 2018, utiliza as mesmas denominações que o governador do estado do Maranhão, o Ministério da Justiça e o deputado federal, nas situações já mencionadas nos capítulos anteriores e vai além. “Supostos índios”, “suposto território indígena” ou “área supostamente ocupada” são os termos compartilhados com os representantes dos poderes executivo e legislativo, mencionados anteriormente. Entretanto, a CEMAR adjetiva a conduta dos Akroá-Gamella, mencionando a paralisação da derrubada do araribal, como “estranha e descabida”, “postura intransigente”, feita “a ferro e fogo”, por pessoas que “ignoram balizas comportamentais”. Além disso, afirma que a reivindicação por demarcação de terra é uma “falsa premissa”, um “interesse ilegítimo” ou “supostos direitos”.

Imagem 9 – Agravo de Instrumento, página 17

LARA, PONTES & NERY
ADVOGADOS



Vale dizer, ademais, que essa decisão foi proferida sem que havido qualquer fato novo capaz de modificar as circunstâncias da lide e que, portanto, permitissem a identificação do alcance dessa decisão de reconsideração --- tal como especificamente a conclusão do processo de demarcação desse suposto território indígena, o que ainda resta pendente, conforme se verifica das últimas manifestações apresentadas nos autos pela FUNAI.

Ora, inobstante isso, nem mesmo os supostos índios ora Agravados, a despeito de se entenderem titulares de direitos patrimoniais sobre a área que compreenderia seu suposto território, são capazes de identificar a sua extensão e limites. Tanto é assim que são os próprios Recorridos a atestar, em sua manifestação, que restaria pendente inclusive a identificação de seu território, conforme se verifica do excerto abaixo:

2.4 – Conforme Portaria FUNAI nº 1.171, de 10 de novembro de 2017, já foi constituído o Grupo Técnico responsável pelos estudos e relatórios de Identificação e Demarcação do Território do povo Akroá Gamella.

Desse modo, se nem mesmo os Recorridos possuem condições de identificar e individualizar a área por si supostamente ocupada, como, então, a decisão agravada pretender que a Agravante suspenda as obras de implantação da Linha de Transmissão “apenas nos territórios” da comunidade indígena?

Impossível, Excelências!

Nesse sentido, e ao contrário do que alegam os supostos índios — ora Agravados — em seu pedido de reconsideração, nem se diga que o autorreconhecimento da comunidade indígena, enquanto ato essencialmente unilateral, seria equivalente ou mesmo capaz de suprir a demarcação do território por si ocupado, o reconhecimento dos limites ou

17 de 29

www.lpn.adv.br

Scanned by CamScanner

Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella

Imagem 10 – Agravo de Instrumento, página 18



LARA, PONTES & NERY
ADVOGADOS



mesmo da existência dessa área nessa qualidade (território indígena), de modo individualizado e determinado.

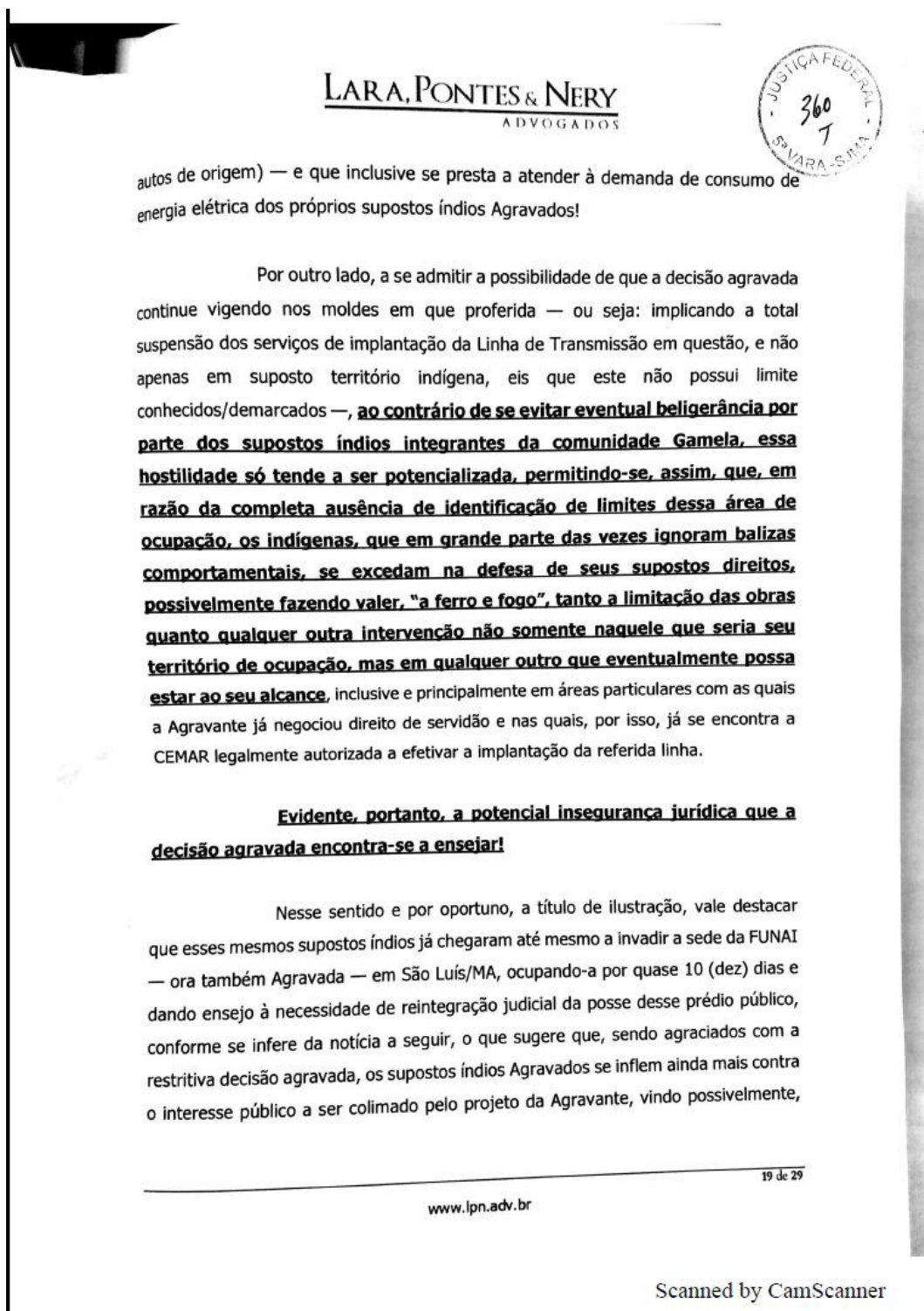
Aliás, tanto é falsa essa premissa invocada pela parte Agravada que, se de fato esse autorreconhecimento fosse por si só capaz de delimitar a área efetivamente afetada à comunidade indígena, despicienda seria sua demarcação enquanto ato solene a ser envidado mediante processo administrativo ou mesmo judicial.

De mais a mais, nem se diga, também ao contrário do que fantasiosamente se defendeu no pedido de reconsideração que deu ensejo à decisão agravada, que a pretensão veiculada pela parte Agravante na ação de base de algum modo se confunde com o suposto fato de ostentarem os ditos silvícolas — ora Agravados — identidade indígena, muito embora a população local questione a suposta origem indígena dos integrantes dessa suposta comunidade, sendo certo, ainda, que o portal **UOL** de notícias, em contato com diversos moradores da área pretendida, constatou que os entrevistados “**não conheciam nem tinham notícias de ocupação indígena no município há pelo menos dois séculos**”⁵.

O certo é que, mesmo abstraindo-se essa questão, a discussão envolvida na lide diz respeito exclusivamente à área em relação à qual, inexistindo demarcação apta a determinar se tratar ou não de território indígena, se impõe a necessidade de que os Agravados tão somente se abstenham de impedir a consecução de projeto de incremento de transmissão e fornecimento de energia elétrica que, do ponto de vista fundiário, já se encontra integralmente viabilizado — **em razão do prévio ajuste do direito de servidão em relação a todas as áreas afetadas pelo empreendimento, conforme se logrou demonstrar em 1º grau e ora também através do presente instrumento** (v. cópia integral dos

⁵ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/05/moradores-de-viana-ma-negam-origem-indigena-de-feridos-em-confronto.htm?> Acesso em 23/06/2018.

Imagem 11 – Agravo de Instrumento, página 19



Fonte: reprodução dos arquivos dos Akroá-Gamella

O texto da peça jurídica produzida pela CEMAR impressiona. Entretanto, é tão significativo quanto, que tal peça não tenha recebido uma resposta à altura das suas possíveis

infrações éticas, tanto do juiz, quanto dos próprios funcionários da FUNAI que poderiam questionar o seu teor. O racismo institucional se expressa mais na convivência com a peça do que na peça em si, pois revela “[...] um racismo institucional não-oficial – relações sociais difusas e informais que se infiltram e ‘aparelham’ as instituições oficiais” (SALES JUNIOR, 2006, p. 230). Nesse sentido, a postura do juiz, questionando a oficialização, por parte da FUNAI, da tradicionalidade da terra e saindo, algumas vezes, em defesa da CEMAR, não passa de modo imperceptível:

[...] com a perspectiva de uma visão pragmática buscar uma solução que atendesse aos interesses dos índios e atendesse aos interesses da CEMAR. Que é óbvio que nós não podemos ignorar [inaudível] o juiz tem que ter essa percepção de que **os gráficos estendidos pela CEMAR são vultosos e os danos ao patrimônio da empresa certamente o serão se não houver um desfecho desse processo em um prazo razoável**. Todos perdem. Perdem os índios porque não tem uma segurança jurídica com relação a questão que é crucial e que é essencial [inaudível] [...] E, de outro lado, a própria CEMAR que certamente, isso é óbvio, é evidente, **tem investimentos imensos, os seus acionistas que [inaudível] os custos que estão sendo [inaudível] pela empresa, a empresa tem capital aberto, tem que dar satisfação dos seus investimentos, um investimento desse implica em retornos financeiros pra quem tá botando, comprando as ações, compra sabendo que vai ter um projeto de expansão, que a empresa vai atender melhor, mais eficientemente os seus clientes, que vai ter uma “performance” de receita maior porque vai atender mais clientes, vai ter uma energia melhor, vai ter mais receita, isso implica em quem está investindo numa empresa que [inaudível]** (trecho de reunião, 19 de setembro de 2018, grifo meu).

Como se pode ver o juiz declarou preocupação com os investimentos e as ações da empresa, postura por ele apresentada quando concedeu, em junho de 2017, uma liminar de Tutela de Urgência à CEMAR, afirmando que os Akroá-Gamella estavam proibidos de impedir a passagem do empreendimento. À época, Kum’tum criticou a decisão afirmando que “Então, existe o interesse público, mas parece que nós indígenas, quilombolas, pescadores e Quebradeiras de Coco Babaçu não fazemos parte do interesse público. É racismo institucional o nome disso”, dissera ele.

O silêncio dos Akroá-Gamella, nessa reunião do dia 19 de setembro de 2018 é emblemático. Embora tenham sido, por formalidade, convidados a participar, os “mecanismos de exclusão perfeitamente legal, mas nunca legítimo ou ético”⁵⁶ (SEGATO, 2006, p.7) ficaram evidentes, pois não lhes foram dirigidas perguntas, não lhes foi adaptada a linguagem e não havia um ambiente receptivo a compreender as questões que eram sensíveis a eles, uma vez que a própria identidade estava sendo questionada, como tem sido usual. Tal como afirma Jaleco, o

⁵⁶ “mecanismo de exclusión perfectamente legal, pero nunca legítimo o ético” (SEGATO, 2006, p. 7)

incômodo foi que, “[...] muita coisa que nós vê ele falar que tá nos agravando que nós não entende, que aí nossa advogada, ela responde. Mas tem coisa que dá da gente responder e eles não dirige a pergunta pra nós” (trecho de reunião, 7 de agosto de 2019). E, por isso, sem estranhamento algum pela falta de manifestações dos Akroá-Gamella a reunião é finalizada. E o juiz, dirige-se à advogada deles e diz, “traduz o juridiquês pra eles” (trecho de reunião, 19 de setembro de 2018).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançando o olhar para o racismo que recai hoje em dia sobre o povo Akroá Gamella, é possível notar que foram os programas de governo, primeiro da Colônia e depois do Estado Republicano, que censuraram a existência desse povo considerado extinto, pelo Estado, no final do século XX.

Primeiro, no século XVI, quando a Terra dos Índios, sesmaria doada aos seus ancestrais, pela Coroa Portuguesa, foi (de)limitada com a intenção de deixar passar os projetos agrícolas coloniais, eles foram obrigados a ocupar uma área menor do que a que costumavam habitar, entre os rios Mearim e Grajaú (NIMUENDAJU, 1937). Territorializados (OLIVEIRA, 1988) em um polígono de terra que equivale a cerca de 10 mil hectares (PAULA ANDRADE, 2008) não ficaram a salvo, entretanto, das expropriações, tal como aponta o mapa de Diogo Guilherme Boyhe, datado do século XVIII.

Quase dois séculos depois, os Programa de Integração Nacional (PIN) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ambos dos governos da ditadura empresarial-militar, que tinham como objetivo incentivar a implementação de atividades econômicas e ocupar a Amazônia facilitaram a entrada dos búfalos e a abertura de fazendas. Iniciou-se, então, um processo de grilagens de terra, a partir de documentos fraudados em cartório, que abriu margem à expropriação quase completa do polígono relativo à Terra dos Índios.

Hoje restaram somente seis aldeias em uma área descontínua entrecortada por fazendas, povoados, rodovias e torres de energia. Esse último empreendimento que chegou em 1969, exige na justiça uma autorização para passar sob território Akroá-Gamella e deixar, mais uma vez, a destruição de matas nativas e igarapés. Consecutivamente, a alegação de líderes políticos locais, que afirmam que os Akroá-Gamella estão forjando a identidade indígena e impedindo que a energia chegue à população, incitou a violência do dia 30 de abril de 2017, na qual 22 indígenas foram feridos e dois tiveram os braços decepados.

Os Akroá-Gamella explicam que o racismo impetrado contra eles encontra no dinheiro a sua força motriz. A ideia de raça e racismo que eles têm dialoga com o que pensa o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2011). Conforme esse autor, o racismo é “o mais eficaz instrumento de dominação inventado nos últimos 500 anos” (QUIJANO, 2011, p. 1). Ele, inclusive, foi aparelhado pelas instituições de Estado e atua dificultando o acesso a direitos das populações indígenas.

O racismo institucional, entretanto, não é o único dispositivo de segurança (BRUSTOLIN, 2015) utilizado na guerra contra os Akroá-Gamella. Além dele a disseminação

do medo e da mentira têm sido utilizados, pelo Estado ou com o consentimento do Estado, para manter essa população enquanto uma (sub)alteridade (TORRES, 2007) passível à morte, à punição ou a viver no mundo da morte (MBEMBE, 2016).

7.1 O futuro

No momento em que redijo o final dessa dissertação, em meados de 2019, os Akroá-Gamella iniciam um processo de letramento junto a outros povos do mesmo tronco linguístico, o Macro-jê. Como não há nenhuma pessoa viva da etnia Akroá-Gamella que saiba falar a língua materna, eles estão tomando de empréstimo as bases da língua dos Krikati, indígenas que vivem no sudoeste do Maranhão, para remontar seu próprio léxico, a partir das suas histórias e trajetórias. Confeccionar o futuro que regressou (QUIJANO, 2014), tem sido um exercício constante para os Akroá-Gamella desde a autodeclaração pública, em 2014. E nesse incessante imaginar - e fazer - o futuro, algumas noções hegemônicas são questionadas, o desenvolvimento é uma delas.

A CEMAR, na tentativa de explicar sobre a urgência de passar os cabos de energia elétrica, sob o território Akroá-Gamella, justificou que todos, inclusive eles, os Akroá-Gamella, seriam prejudicados se houvesse um colapso energético, isto é, um apagão. Sem energia, um cenário de caos se implementaria, conforme disse o engenheiro da CEMAR que se dirigia a quase duas dezenas de Akroá-Gamella em uma reunião:

- Deixa eu explicar uma coisa rapidinho. Essa linha aqui, a que tem lá, ela não tá mais dando conta de atender todo mundo aqui. Vai ter uma hora que ela pode falhar e deixar todo mundo no escuro aqui. [...] A nossa preocupação é terminar a obra pra garantir que todo mundo continue com energia elétrica, porque vamos supor, por exemplo, que nosso impasse aqui demore alguns meses ou anos. A hora que sair ... e essa linha que está lá não dar mais conta, vai ficar todo mundo sem energia. [...] aqui, ele tava me contando, diz aí, lá em Barra do Corda, quanto tempo ficou sem energia?

- 48 horas.

- Uma cidade toda, imagina 48h hospital sem energia, escola sem energia, delegacia, a casa das pessoas, tem gente aqui...

(Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 8 de agosto de 2018, grifo meu.)

A fala, aparentemente, tinha o intuito de gerar uma comoção (ou uma pressão) nos indígenas. Pe'gre diante do apelo do funcionário faz alusão ao fim do mundo perguntando se seria necessário “acabar com nossos araribais pra fazer a implantação [da linha] pra salvar o mundo? É assim?”. A fala dela evidencia que o tamanho do colapso descrito, e consequentemente a urgência da empresa desconsidera algo de extrema importância para os

Akroá-Gamella, o araribal. Um mundo sem araribais e com energia elétrica é um contrassenso para eles e, portanto, pensar nessa troca desvantajosa levou os Akroá-Gamella, naquela reunião, a imaginar como seria viver sem energia. Mandioca disse “[...] 16 anos sem anergia, só na lamparina. O povo nunca morreu. Pra nós voltar, é depressinha. A vela, lamparina, construção de pau aí pra fazer a fumacinha, pra voltar, [é] rapidinho”. E Antônio completou, “E azeite de carrapato”. E Pe’gre, seguiu no raciocínio que já estava:

Não demora muito...se um colapso assim do nada, dá um circuito, morre e pronto foi [embora] a energia? Não sei. A gente passava sal uma semana num quilo de carne aí, se fosse pra botar hoje botava no fogo, se não fosse passava uma semana, duas, a gente ia comer quando quisesse. Ia lá no mato pegava uma cutia, botava o tanto que queria comer no fogo, os outros se passava sal se comia com duas, três semanas depois e continuamos vivos. E continuamos seguindo as nossas tradições (Trecho de reunião entre a CEMAR, a FUNAI, a Encruzo Novo e os Akroá-Gamella, dia 8 de agosto de 2018, grifo meu.)

Esse diálogo dos Akroá-Gamella, me ajudou a dimensionar o futuro que regressou. Fica evidente a intenção deles de reinventar os modos de existir independentemente da possibilidade de um colapso energético ou de um colapso das condições materiais de existência tal como são hoje. Porque os Akroá-Gamella, assim como outros povos indígenas, lidam com a reinvenção de suas práticas partindo do pressuposto que o colapso já aconteceu. Viveiros de Castro (2014) afirma que o fim do mundo dos indígenas que vivem nas Américas aconteceu no século XVI. E que a novidade agora é que o nosso mundo, o mundo dos brancos, é que está acabando, devido aos projetos de desenvolvimento que estão acelerando a destruição do planeta. Desse modo é compreensível que a possibilidade de ficar sem energia elétrica pareça para os Akroá-Gamella uma perda menor, pois eles têm outra escala de importância e prioridades dentre as coisas que já perderam e as que pretendem salvar e, além disso, são, como afirma Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 142) os “verdadeiros especialistas em fins do mundo” por isso, talvez, não os impressione certos cenários de crise.

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.
- ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra**: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2013.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **Morte e vida no Nordeste Indígena**: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **O reencantamento do mundo** - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.
- ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Ética, 2009.
- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.
- BATESON, G., MEAD, M. **Balinese Character**: A Photographic Analysis. New York: New York Academy of Sciences, 1942.
- BERNARDI, Cristina Costa. CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS DECORRENTES DA BUBALINOCULTURA EM TERRITÓRIOS PESQUEIROS ARTESANAIS: O CASO OLINDA NOVA DO MARANHÃO. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005.
- BONFIL BATALLA, Guillermo. “**El pensamiento político de los indios en América Latina**”. Anuário Antropológico/79. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 11-54. 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASILIA. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito FUNAI -INCRA 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoes-especiais/cpi/Relat%C3%B3rio%20da%20CPI%20-%20Funai%20e%20Incr%202%20-%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20no%20Di%C3%A1rio.PDF>>. Acessado em: 07 de maio 2019.

CAIUBY NOVAES, Silvia. **O uso da imagem em antropologia**. In: Samain, E. (org.). **O fotográfico**. São Paulo: Ed. HUCITEC/CNPq, 1998.

CARVALHO, José Jorge de. **Poder e silenciamento na representação etnográfica**. Série Antropologia, n. 316, p. 1-23. Brasília, 2002.

CAVALLI, Guilherme. **Congresso anti-indígena**. In: Congresso anti-indígena. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2018.

CHAMORRO, Graciela. **História Kaiowá**. Das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

Conselho Indigenista Missionário. **Congresso Anti-Indígena**: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas, Brasília: CIMI, 2018a. Disponível em: <<https://cimi.org.br/congressoantiindigena/>> Acessado: 14/05/2019.

Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra Povos Indígenas no Brasil, dados de 2017**. Brasília, 2018b. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contr-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf> Acessado em: 12/06/2019.

DANOWSKI, Deborah. VIEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie : Instituto Socioambiental, 2014.

DINIZ SANTOS, Rosimeire de Jesus. **Povo Akroá-Gamella**: do escondimento a luta política descolonizada. In: Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência contra Povos Indígenas no Brasil, dados de 2017. Brasília 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contr-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf> Acessado em: 12/06/2019

ENTREVISTA. **Rádio Maracu**. 2017. 1 vídeo (41 min 34 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-AkvCfPE9H4&feature=youtu.be>> Acesso em: 07 dez. 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre Desarrollo, território y diferencia,. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESPINOSA, Mónica. **Esse indiscreto assunto de la violência**: Modernidad, colonialidad y genocidio en Colombia. In: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra mascarar brancas**. tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FELIPE, Sabrina. **Porque esse homem ainda está vivo?** A vida dos Akroá-Gamella dois anos depois de terem as mãos decepadas. The Intercept Brasil. 27 de maio de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/05/27/gamella-maos-decepadas/>> Acessada em: 13 de junho de 2019.

FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

FOUCALT, M. Segurança, território, população, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Força-tarefa investiga conflito entre índios e fazendeiros no Maranhão. Maranhão: G1, 3 de maio de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/forca-tarefa-investiga-conflito-entre-indios-e-fazendeiros-no-maranhao.ghtml>> Acessada em: 12/06/2019.

GURAN, Milton. **Fotografar para descobrir, fotografar para contar**. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, v.10, p 155- 164, Rio de Janeiro, 2000.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAGO, Antônio Bernardino Ferreira do. Itinerário da Província do Maranhão (1820). RIHGB. Tomo 35, parte primeira. Rio de Janeiro, 1872.

LEAL, Caroline. **Akroá-Gamella**: territorial struggles and narratives of violence in the Baixada Maranhense. In: Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology. vol.15 no.3 Dossier Gramáticas de la violencia: identidades, guerras, cuerpos y fronteras. Brasília, 2018.

MBEMBE, Achille. **El gobierno privado indirecto**. In: Necropolítica seguido de El gobierno privado indirecto. Traducción y edición Elisabeth Falomir Archambault. Editorial Melusina, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. In: Arte & Ensaios – Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes, UFRJ. N32. Rio de Janeiro, 2016.

MENDES, Ana. *Nos conhecemos há anos. Nunca nos vimos durante o dia!* A sociabilidade construída a partir da boemia, da dança e dos jogos de sedução. Uma fotoetnografia do Clube do Choro de Porto Alegre. Monografia (Monografia em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

Mineração: **violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et all. 1ª ed. – Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

MORAIS, Bruno Martins. **Do corpo ao pó**: crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. São Paulo: Elefante, 2017.

MUNIZ, Lenir Moraes. **A MATANÇA DE BÚFALOS NA BAIXADA MARANHENSE**: as consequências de um projeto de desenvolvimento e o conflito sócio-ambiental. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2009.

NIMUENDAJU, Curt. **The Gamella Indians**. In: Primitive Man. Vol. 10, No. 3/4, 1937.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Uma etnologia dos índios misturados?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: Mana, v.4, nº1. Rio de Janeiro, pp. 47-77, 1988.

PAULA ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio** - terras de uso comum e resistência camponesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

PAULA ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio**: identidade étnica e conflito em terras de uso comum. Coleção Humanidades v.3. São Luís, EDUFMA, 2008.

PEDROSA, Luiz Antônio Câmara. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO**. Disponível em: < <http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf> >. Acessado em: 04 de setembro de 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Bien vivir**: entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder. In: Descolonialidad e bien vivir. Lima: Editorial Universitaria, 2014.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra, Janeiro, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Que tal raça!** In: América Latina en Movimiento, No. 320. 2011. Disponível em <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/quijano-anibal-que-tal-raza.pdf>> Acessado em: 13 de junho de 2019

RESENDE, S. M. 'No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena', diz Bolsonaro a TV. Folha de São Paulo, 5 de novembro de 2018. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>> Acessado em 03 de agosto de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento (Coleção: Feminismos Plurais), 2019

ROBINSON, William I. **Global capitalism and 21st century fascism**. Publicado em 8/maio/2011. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/04/201142612714539672.html>> Acessado em 02/09/2019

ROBINSON, William I. **La crisis global y el espectro del fascismo del siglo XXI**. In: RADAR, Revista de Arte y Pensamiento del MUSAC. León: MUSAC, 2012.

ROBINSON, William I. **Trumpismo, Fascismo del Siglo XXI, y Dictadura de la Clase Capitalista Transnacional**. Alai, 2018. Disponível em <<https://www.alainet.org/es/articulo/196314>> Acessado em: 13/05/2019.

SALES JR., Ronaldo. **Democracia racial**: o não-dito racista. Tempo soc., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, Novembro, 2006.

SAMMAIN, Etienne. **Balinease Character (re)visitado**. In: ALVES, André. Os Argonautas do Manguê. p.17-80, São Paulo: Unicamp, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Mina-Ferrovia-Porto**: no “fim da linha”, uma cidade em questão. In: ZHOURI, Andréa. Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. [livro eletrônico] Marabá - PA: Iguana/ ABA, 2018. pp. 259-296.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**. Modos e Significações, 9-15. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES, 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>> Acessado em: 30 de abril de 2019.

SEGATO, Rita. **Cotas**: porque reagimos? REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 76-87, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOULAGES, François. **A fotograficidade**. In: Revista Porto arte: PORTO ALEGRE, n° 22, 2005.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da dádiva**. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TORRES, Maldonado. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. pp. 127-167. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo. Cosac Naify, 2010.